

Aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD) e Joel Alexandre Neves Marques (PS).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Faltou a senhora Vereadora Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

### Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
  - 1. **Projeto da Ata n.º 8/2022 - Reunião ordinária de 06 de abril de 2022**
  - 2. **Projeto da Ata n.º 9/2022 - Reunião ordinária de 20 de abril de 2022**
  - 3. **Projeto da Ata n.º 10/2022 - Reunião ordinária de 04 de maio de 2022**
  - 4. **Projeto da Ata n.º 11/2022 - Reunião ordinária de 18 de maio de 2022**
  - 5. **Deliberação n.º 3312/2022 – Proposta n.º 28/2022 – GAP – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Aporvela – Organização da Semana do Mar de Setúbal 2022**
  - 6. **Deliberação n.º 3313/2022 – Proposta n.º 29/2022 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública relativa ao Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), para a utilização de uma área do espaço marítimo nacional para a atividade de imersão de dragados no âmbito das dragagens de manutenção do estaleiro da Lisnave, na Mitrena**
  - 7. **Deliberação n.º 3314/2022 – Proposta n.º 2380/2022 – DAF/DICONT/SERGEF – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – 5.º Esq., em Setúbal**

8. **Deliberação n.º 3315/2022 – Proposta n.º 2381/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Esperança, lote 138 – 1.º Esq., em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 3316/2022 – Proposta n.º 2382/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, Lote 212, em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 3317/2022 – Proposta n.º 2383/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Celestino Alves, n.º 7 – 3.º B, em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 3318/2022 – Proposta n.º 2384/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4 a 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 2.º B, em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 3319/2022 – Proposta n.º 2385/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale do Cobro, Rua do Alecrim, n.º 19 - R/C Dto., em Setúbal**
13. **Deliberação n.º 3320/2022 – Proposta n.º 2386/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Guilherme Faria, n.ºs 36 a 44 e Travessa das Papoilas, n.ºs 9 a 21 – 3.º Dto., em Setúbal**
14. **Deliberação n.º 3321/2022 – Proposta n.º 2387/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Santiago, n.º 3 – 2.º D, em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 3322/2022 – Proposta n.º 2388/2022 – DA/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.ºs 46, 46A e 46B – 1.º Dto., em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 3323/2022 – Proposta n.º 2389/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – "Casal da Flamengo", sítio da Onena ou Combros, em Alferrare, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 3324/2022 – Proposta n.º 2390/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Campos Rodrigues, n.º 2B – 2.º Esq., em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 3325/2022 – Proposta n.º 2391/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Sousa Gomes, n.º 10 – 4.º Esq., em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 3326/2022 – Proposta n.º 2392/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bairro Afonso Costa, n.º 96 – 1.º Dto., em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 3327/2022 – Proposta n.º 2393/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Maria de Sousa Brandão, n.º 11, em Azeitão**
21. **Deliberação n.º 3328/2022 – Proposta n.º 2394/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A, 21B, 21C e 21D – 1.º Dto. Retaguarda, em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 3329/2022 – Proposta n.º 2395/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A, 21B, 21C e 21D – 1.º Esq. Retaguarda, em Setúbal**
23. **Deliberação n.º 3330/2022 – Proposta n.º 2396/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A, 21B, 21C e 21D – 1.º Esq. Frt., em Setúbal**

24. **Deliberação n.º 3331/2022 – Proposta n.º 2397/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua do Gás, n.º 6 – 3.º Dto., em Setúbal**
25. **Deliberação n.º 3332/2022 – Proposta n.º 2398/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A, 21B, 21C e 21D - R/C Esq., em  
Setúbal**
26. **Deliberação n.º 3333/2022 – Proposta n.º 2399/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Frederico Franco Paiva, n.ºs 46 e 50 - Armazém, n.º 4, em Azeitão**
27. **Deliberação n.º 3334/2022 – Proposta n.º 2400/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua do Gás, n.º 6 – Cave n.º 4, em Setúbal**
28. **Deliberação n.º 3335/2022 – Proposta n.º 2401/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Oliveira Martins, n.º 4 - R/C Esq., em Azeitão**
29. **Deliberação n.º 3336/2022 – Proposta n.º 2402/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Mafaldo de Setúbal, n.º 15 e Rua Clube Recreativo Palhavã, n.ºs 62 e  
64 – 2.º C, em Setúbal**
30. **Deliberação n.º 3337/2022 – Proposta n.º 2403/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua José Osório de Oliveira, n.º 6 - R/C, em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 3338/2022 – Proposta n.º 2404/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 148 – 1.º H, em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 3339/2022 – Proposta n.º 2405/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Miradouro do Sado, n.ºs 7, 7A, 9, 11, 13 e 13A e Rua do Convento, n.ºs  
8 e 10 - Bloco C, 3.º Esq., em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 3340/2022 – Proposta n.º 2406/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Várzeas, Rua Dr. Fernando Vale, n.ºs 16 e 16A, em Azeitão**
34. **Deliberação n.º 3341/2022 – Proposta n.º 2407/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praça de Portugal, n.º 6 – 5.º Esq., em Setúbal**
35. **Deliberação n.º 3342/2022 – Proposta n.º 2408/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Fernando Santos, n.º 74 – 1.º Frt., em Setúbal**
36. **Deliberação n.º 3343/2022 – Proposta n.º 2409/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 20 - R/C Esq., em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 3344/2022 – Proposta n.º 2410/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Vale Andeiro, em Azeitão**
38. **Deliberação n.º 3345/2022 – Proposta n.º 2411/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Quinta da Amizade, Rua dos Pessequeiros, Lote 207 – 1.º Esq., em Setúbal**
39. **Deliberação n.º 3346/2022 – Proposta n.º 2412/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Professor Carlos Baeta Neves, n.º 7 – 4.º Dto., em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 3347/2022 – Proposta n.º 2413/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Jardía, Rua do Bem Estar, n.ºs 15 e 17, em Azeitão**



41. **Deliberação n.º 3348/2022 – Proposta n.º 2414/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Bartolomeu Dias, n.º 24 – 3.º Dto., em Setúbal
42. **Deliberação n.º 3349/2022 – Proposta n.º 2415/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Cordoaria, n.ºs 19 e 21, em Setúbal
43. **Deliberação n.º 3350/2022 – Proposta n.º 2416/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Travessa dos Alperces, n.º 19, em Azeitão
44. **Deliberação n.º 3351/2022 – Proposta n.º 2417/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Brejos de Canes, Rua da Junta, n.º 13, em Setúbal
45. **Deliberação n.º 3352/2022 – Proposta n.º 2418/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Brejos, Rua do Alecrim, n.ºs 2 e 2-A, em Azeitão
46. **Deliberação n.º 3353/2022 – Proposta n.º 2419/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 5 - Bloco E, 6.º Dto., em Setúbal
47. **Deliberação n.º 3354/2022 – Proposta n.º 2420/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua de Brancanes, n.ºs 11 e 11-A - R/C C, em Setúbal
48. **Deliberação n.º 3355/2022 – Proposta n.º 2421/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua António José Batista, n.º 51 – 3.º Posterior Dto., em Setúbal
49. **Deliberação n.º 3356/2022 – Proposta n.º 2422/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Luísa Todí, n.ºs 267 a 275, tornejando para a Rua dos Trabalhadores do Mar e Rua 1.º de Maio, em Setúbal
50. **Deliberação n.º 3357/2022 – Proposta n.º 2423/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Luísa Todí, n.ºs 590 e 592 – 5.º Esq., em Setúbal
51. **Deliberação n.º 3358/2022 – Proposta n.º 2424/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Sociedade Arqueológica Lusitânia, Lote 13 – 1.º D, em Setúbal
52. **Deliberação n.º 3359/2022 – Proposta n.º 2425/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Várzeas, Rua Francisco Sá Carneiro, Lote 18, em Azeitão
53. **Deliberação n.º 3360/2022 – Proposta n.º 2426/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 6 – 4.º Rec., em Setúbal
54. **Deliberação n.º 3361/2022 – Proposta n.º 2427/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Lopo Homem, n.º 2 - R/C C, em Setúbal
55. **Deliberação n.º 3362/2022 – Proposta n.º 2428/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Brejos, Rua do Alecrim, n.ºs 2 e 2-A, em Azeitão
56. **Deliberação n.º 3363/2022 – Proposta n.º 2429/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Praia da Saúde, n.ºs 11 a 15H -R/C, Loja n.º 12, em Setúbal
57. **Deliberação n.º 3364/2022 – Proposta n.º 2430/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Tomás Ribeiro, n.º 110 – 2.º Esq., em Setúbal



58. **Deliberação n.º 3365/2022 – Proposta n.º 2431/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia Encarnação Maracoto, n.º 127 – 1.º andar, em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 3366/2022 – Proposta n.º 2432/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4 a 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 6.º C, em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 3367/2022 – Proposta n.º 2433/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lote 7 – 1.º andar, em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 3368/2022 – Proposta n.º 2434/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização "Torres do Sado", Edifício 3, Rua José Luciano de Carvalho, n.º 9 – 1.º C, em Setúbal**
62. **Deliberação n.º 3369/2022 – Proposta n.º 2435/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Afonso costa, n.ºs 9 e 9A – 3.º Esq., em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 3370/2022 – Proposta n.º 2436/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cachofarra, Travessa da Cachofarra, n.º 24, em Setúbal**
64. **Deliberação n.º 3371/2022 – Proposta n.º 2437/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida António Sérgio, n.º 32, em Setúbal**
65. **Deliberação n.º 3372/2022 – Proposta n.º 2438/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Comediantes, n.ºs 7, 7A e 7B e Avenida Bento Gonçalves, n.ºs 6A, 6B, 6C e 6D - Sub-Cave, em Setúbal**
66. **Deliberação n.º 3373/2022 – Proposta n.º 2439/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Vaz, n.ºs 44 e 44-A, em Azeitão**
67. **Deliberação n.º 3374/2022 – Proposta n.º 2440/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Comediantes, n.ºs 7, 7A e 7B e Avenida Bento Gonçalves, n.ºs 6A, 6B, 6C e 6D - R/C Dto., em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 3375/2022 – Proposta n.º 2441/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Comediantes, n.ºs 7, 7A e 7B e Avenida Bento Gonçalves, n.ºs 6A, 6B, 6C e 6D - R/C Esq., em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 3376/2022 – Proposta n.º 2442/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.ºs 27A, 27B e 27C, tornejando para a Rua Gama Braga, n.ºs 31 e 33 e para a Rua Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.ºs 16 e 16A – 3.º A, em setúbal**
70. **Deliberação n.º 3377/2022 – Proposta n.º 2443/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Guarda do Pinheiro, Rua Frederico Franco Paiva, (Lote 7), n.º 2, em Azeitão**
71. **Deliberação n.º 3378/2022 – Proposta n.º 2444/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização do Choilo, Rua do Choilo, Lote 301, em Azeitão**
72. **Deliberação n.º 3379/2022 – Proposta n.º 2445/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta dos Vidais, Rua Afonso Castro, n.º 23 – 3.º D, em Setúbal**



73. **Deliberação n.º 3380/2022 – Proposta n.º 2446/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua António Carvalho Serra, n.º 11 – 3.º C, em Setúbal
74. **Deliberação n.º 3381/2022 – Proposta n.º 2447/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Brejos de Azeitão, Rua do Casal Verde - R/C Esq., em Azeitão
75. **Deliberação n.º 3382/2022 – Proposta n.º 2448/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Henrique Freire, n.ºs 1A e 1B – 1.º Esq., em Setúbal
76. **Deliberação n.º 3383/2022 – Proposta n.º 2449/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Belo Horizonte, n.º 78C, 3.º Dto., em Setúbal
77. **Deliberação n.º 3384/2022 – Proposta n.º 2450/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Amílcar Cabral, n.º 7 - R/C G, em Setúbal
78. **Deliberação n.º 3385/2022 – Proposta n.º 2451/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Padre Américo, n.ºs 1 (Torre 5), 2 (Torre 4), 3 (Torre 3), 4 (Torre 2) e 5 (Torre 1) - Torre 1, 4.º Esq., em Setúbal
79. **Deliberação n.º 3386/2022 – Proposta n.º 2452/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– "Capela", sítio da Capela, em Setúbal
80. **Deliberação n.º 3387/2022 – Proposta n.º 2453/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Eletricidade, n.º 5 – 6.º B, em Setúbal
81. **Deliberação n.º 3388/2022 – Proposta n.º 2454/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua António José Batista, n.ºs 90, 92 e 94, Rua da Cerâmica, n.ºs 2, 2A, 4, 4A, 6 e 8, Rua dos Ferroviários, n.ºs 1, 3, 5 e 7 e Azinhaga dos Trabalhadores, Bloco D, n.ºs 1, 3, 5, 7 e 7A – 2.º E, em Setúbal
82. **Deliberação n.º 3389/2022 – Proposta n.º 2455/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida D. Manuel I, n.ºs 74, 74A e 74B – 5.º Dto., em Setúbal
83. **Deliberação n.º 3390/2022 – Proposta n.º 2456/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.ºs 24 e 26, em Setúbal
84. **Deliberação n.º 3391/2022 – Proposta n.º 2457/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Dr. António Manuel Gamito, n.ºs 8, 8A e 8B e Praceta Nunes de Almeida, n.ºs 48, 48A a 48C – 2.º E, Arrec. C/V-4 e C/V-3, em Setúbal
85. **Deliberação n.º 3392/2022 – Proposta n.º 2458/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Madalena Claro, Lote 95 – 4.º B, em Setúbal
86. **Deliberação n.º 3393/2022 – Proposta n.º 2459/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Carcavelas Nabais - Lagos, em Azeitão
87. **Deliberação n.º 3394/2022 – Proposta n.º 2460/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Lúcia Encarnação Maracoto, n.º 127 - R/C D, em Setúbal
88. **Deliberação n.º 3395/2022 – Proposta n.º 2461/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Quinta dos Foios - Aldeia Rica, Rua Padre Manuel Frango de Sousa, Lote 6, em Azeitão



89. **Deliberação n.º 3396/2022 – Proposta n.º 2462/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Professor Gentil Martins, n.º 5 – 2.º Dto., em Setúbal
90. **Deliberação n.º 3397/2022 – Proposta n.º 2463/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Paz, n.º 47, em Azeitão
91. **Deliberação n.º 3398/2022 – Proposta n.º 2464/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua do Moinho, n.ºs 2 e 4 – 2.º G, em Setúbal
92. **Deliberação n.º 3399/2022 – Proposta n.º 2465/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Luísa Todi, n.ºs 277, 279 e 281, Rua trabalhadores do Mar, n.ºs 65 e 67, Travessa dos Trabalhadores do Mar, n.º 65-A e Largo José Afonso, n.ºs 1-A e 1-B – 4.º A, em Setúbal
93. **Deliberação n.º 3400/2022 – Proposta n.º 2466/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Urbanização Torres do Sado, Rua Celestino Alves, n.ºs 2 e 4, com Traseiras para a Rua Doménico Maia, n.º 7 – 4.º C, em Setúbal
94. **Deliberação n.º 3401/2022 – Proposta n.º 2467/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Misericórdia, n.ºs 16 e 18, em Azeitão
95. **Deliberação n.º 3402/2022 – Proposta n.º 2468/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Flávio Resende, n.ºs 15, 15-A e 15-B, e Rua António Ribeiro Sanches, n.ºs 24 e 24-A - R/C Esq., em Setúbal
96. **Deliberação n.º 3403/2022 – Proposta n.º 2469/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Flávio Resende, n.ºs 17, 17-A e 17-B tornejando para a Rua Egas Moniz, n.º 6 - Loja n.º 1 - R/C, em Setúbal
97. **Deliberação n.º 3404/2022 – Proposta n.º 2470/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua José Luciano de Carvalho, n.ºs 1 e 3 - R/C B, em Setúbal
98. **Deliberação n.º 3405/2022 – Proposta n.º 2471/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua dos Melros, n.º 18, em Setúbal
99. **Deliberação n.º 3406/2022 – Proposta n.º 2472/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Jorge de Sousa, n.ºs 10, 12 e 14 – 3.º Esq., em Setúbal
100. **Deliberação n.º 3407/2022 – Proposta n.º 2473/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Michel Giacometti, n.ºs 4 e 6 – 3.º D, em Setúbal
101. **Deliberação n.º 3408/2022 – Proposta n.º 2474/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Gregório Lopes, n.º 9 – 2.º Esq., em Setúbal
102. **Deliberação n.º 3409/2022 – Proposta n.º 2475/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Fran Pacheco, n.ºs 54 e 56, em Setúbal
103. **Deliberação n.º 3410/2022 – Proposta n.º 2476/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Largo da Misericórdia, n.ºs 10, 12, 14 e 16 – 1.º, em Setúbal
104. **Deliberação n.º 3411/2022 – Proposta n.º 2477/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 55 e 57, em Setúbal

105. **Deliberação n.º 3412/2022 – Proposta n.º 2478/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta de Macau, n.º 2 - R/C Dto., em Setúbal
106. **Deliberação n.º 3413/2022 – Proposta n.º 2479/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Bartolomeu Dias, n.º 3, com Traseiras para a Avenida D. Manuel I, n.ºs  
44, 46 e 48 - R/C Dto., em Setúbal
107. **Deliberação n.º 3414/2022 – Proposta n.º 2480/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Tomás Ribeiro, n.º 76, em Setúbal
108. **Deliberação n.º 3415/2022 – Proposta n.º 2481/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Acácio Barradas, n.ºs 5, 5A, 5B e 5C - Bloco 1, 2.º Frt. Recuado, em  
Setúbal
109. **Deliberação n.º 3416/2022 – Proposta n.º 2482/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua João Maria Jales, n.º 14 - C/V Esq., em Setúbal
110. **Deliberação n.º 3417/2022 – Proposta n.º 2483/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 4.º B, em Setúbal
111. **Deliberação n.º 3418/2022 – Proposta n.º 2484/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Vale de Mulatas, Rua Lázaro Losano, n.ºs 15 e 15-A - R/C Dto., em Setúbal
112. **Deliberação n.º 3419/2022 – Proposta n.º 2485/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua das Giestas, n.ºs 7, 9 e 11 - R/C Dto., em Setúbal
113. **Deliberação n.º 3420/2022 – Proposta n.º 2486/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida São Francisco Xavier, n.ºs 22 e 22A a 22G – 2.º Dto. e Garagem n.º  
1, em Setúbal
114. **Deliberação n.º 3421/2022 – Proposta n.º 2487/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Carlos da Costa Frescata, n.º 5 (antigo Lote 7) - R/C Esq., em  
Setúbal
115. **Deliberação n.º 3422/2022 – Proposta n.º 2488/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Estrada do Castelo de S. Filipe, n.º 8, em Setúbal
116. **Deliberação n.º 3423/2022 – Proposta n.º 2489/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Gâmbia, em Setúbal
117. **Deliberação n.º 3424/2022 – Proposta n.º 2490/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Estrada de Santas, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 7.º D, em Setúbal
118. **Deliberação n.º 3425/2022 – Proposta n.º 2491/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua do Antigo Olival, n.º 7 – 1.º D22, em Setúbal
119. **Deliberação n.º 3426/2022 – Proposta n.º 2492/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Santo Amaro, Rua Sophia de Mello Breyner Andersen, n.º 4, em Azeitão
120. **Deliberação n.º 3427/2022 – Proposta n.º 2493/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Lázaro Losano, n.ºs 1 e 1A – 3.º Esq., em Setúbal

121. **Deliberação n.º 3428/2022 – Proposta n.º 2494/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Madalena Claro, Lote 29 – 1.º Esq., em Setúbal
122. **Deliberação n.º 3429/2022 – Proposta n.º 2495/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Largo António Joaquim Correia, n.ºs 26, 27 e 28 – 1.º Andar, em setúbal
123. **Deliberação n.º 3430/2022 – Proposta n.º 2496/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Largo António Joaquim Correia, n.ºs 26, 27 e 28 - R/C, em Setúbal
124. **Deliberação n.º 3431/2022 – Proposta n.º 2497/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida São Francisco Xavier, Lotes 2, 3 e 4 - R/C, em Setúbal
125. **Deliberação n.º 3432/2022 – Proposta n.º 2498/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Olavo Bilac, n.ºs 24 e 24-A e Praceta da Quinta do Tavares, n.ºs 23, 24,  
25, 26 e 27 - 3º C, em Setúbal
126. **Deliberação n.º 3433/2022 – Proposta n.º 2499/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Urbanização Quinta da Amizade, Lote 208 – 1.º Dto., em Setúbal
127. **Deliberação n.º 3434/2022 – Proposta n.º 2500/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Moinho do Frade, n.ºs 1-A, 1-B e 1-C – 3.º Frt., em Setúbal
128. **Deliberação n.º 3435/2022 – Proposta n.º 2501/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Aníbal José, n.º 8 – 2.º Frt., em Setúbal
129. **Deliberação n.º 3436/2022 – Proposta n.º 2502/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 66 e Rua São Tomé e Príncipe,  
n.ºs 23, 25 e 27 - R/C F, em Setúbal
130. **Deliberação n.º 3437/2022 – Proposta n.º 2503/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Quinta da Amizade, n.º 40, tornejando para a Rua dos  
Marmeleiros, n.º 18 - R/C B, em Setúbal
131. **Deliberação n.º 3438/2022 – Proposta n.º 2504/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Jaime Cortesão, n.º 87 e Rua Morgado de Setúbal, n.º 96 – 1.º Dto.,  
em Setúbal
132. **Deliberação n.º 3439/2022 – Proposta n.º 2505/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Jaime Cortesão, n.º 87 e Rua Morgado de Setúbal, n.º 96 – 2.º Esq.,  
em Setúbal
133. **Deliberação n.º 3440/2022 – Proposta n.º 2506/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua João Eloy do Amaral, n.º 152, tornejando para a Praça Machado dos  
Santos, n.º 39-B – 3.º B, em setúbal
134. **Deliberação n.º 3441/2022 – Proposta n.º 2507/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 e Rua José Carlos Ferreira, n.º 2 – 1.º B, em  
Setúbal
135. **Deliberação n.º 3442/2022 – Proposta n.º 2508/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Luz, n.º 2 – 3.º A, em Setúbal

136. **Deliberação n.º 3443/2022 – Proposta n.º 2509/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Aldeia Rica, Quinta dos Foios, Lote 47, em Azeitão
137. **Deliberação n.º 3444/2022 – Proposta n.º 2510/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua José Carlos da Maia, n.º 120, em Setúbal
138. **Deliberação n.º 3445/2022 – Proposta n.º 2511/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Lúcia Encarnação Maracoto, n.º 58 – 5.º Esq. Rec., em Setúbal
139. **Deliberação n.º 3446/2022 – Proposta n.º 2512/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua José Luciano de Carvalho, n.º 6 – 4.º E, em Setúbal
140. **Deliberação n.º 3447/2022 – Proposta n.º 2513/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Manuel Rodrigues Coelho, n.º 6 - R/C, em Setúbal
141. **Deliberação n.º 3448/2022 – Proposta n.º 2514/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Alfazema, n.º 11 - R/c Dto., em Setúbal
142. **Deliberação n.º 3449/2022 – Proposta n.º 2515/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Dr. José Leite de Vasconcelos a tornejear para a Rua Dr. Henrique Constantino, n.º 72 – 3.º Esq., em Setúbal
143. **Deliberação n.º 3450/2022 – Proposta n.º 2516/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 50, 50-A e 52 – 4.º E, em Setúbal
144. **Deliberação n.º 3451/2022 – Proposta n.º 2517/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Tebaida, Lote 15 e Largo Cidade de Magdeburgo, n.º 12 - R/C, em Setúbal
145. **Deliberação n.º 3452/2022 – Proposta n.º 2518/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Belo Horizonte, Lote 4 - C/V Esq., Garagem C/V Dta. e R/C Dto., em Setúbal
146. **Deliberação n.º 3453/2022 – Proposta n.º 2519/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Jacob Azambuja, n.º 15 – 3.º C, em Setúbal
147. **Deliberação n.º 3454/2022 – Proposta n.º 2520/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua do Marinheiro e Rua da Revolução, n.º 17-B, em Azeitão
148. **Deliberação n.º 3455/2022 – Proposta n.º 2521/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua das Águias, n.º 1 – 3.º Esq., em Setúbal
149. **Deliberação n.º 3456/2022 – Proposta n.º 2522/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Infante D. Henrique, n.ºs 24, 24-A e 24-B – 3.º Esq., em Setúbal
150. **Deliberação n.º 3457/2022 – Proposta n.º 2523/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua dos Artificies Vidreiros, n.ºs 2, 2-A e 2-B, em Azeitão
151. **Deliberação n.º 3458/2022 – Proposta n.º 2524/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Poeta Sebastião da Gama, n.º 15 - R/C Esq., em Azeitão

152. **Deliberação n.º 3459/2022 – Proposta n.º 2525/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 138 a 138F - R/C Loja n.º 2, em Setúbal**
153. **Deliberação n.º 3460/2022 – Proposta n.º 2526/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 2 - R/C Esq., em Setúbal**
154. **Deliberação n.º 3461/2022 – Proposta n.º 2527/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.ºs 2 e 2-A, tornejando para a Praceta Pêro Vaz Caminha – 1.º D, em Setúbal**
155. **Deliberação n.º 3462/2022 – Proposta n.º 2528/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luísa Tody, Lotes 89, 90 e 91 – 1.º Dto., em Azeitão**
156. **Deliberação n.º 3463/2022 – Proposta n.º 2529/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Principal das Praias do Sado, n.º 114 – 1.º Dto., em Setúbal**
157. **Deliberação n.º 3464/2022 – Proposta n.º 2530/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Natália Correia, n.º 8 – 1.º Esq., em Setúbal**
158. **Deliberação n.º 3465/2022 – Proposta n.º 2531/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 75 – 3.º B, em Setúbal**
159. **Deliberação n.º 3466/2022 – Proposta n.º 2532/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Celebração de contratos de arrendamento e de comodato – FESTROIA**
160. **Deliberação n.º 3467/2022 – Proposta n.º 2533/2022 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
161. **Deliberação n.º 3468/2022 – Proposta n.º 2534/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Cedência em regime do direito de superfície, a constituir sobre 2 parcelas de terreno, sitas em Serralheira, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**
162. **Deliberação n.º 3469/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 08/2022/DRH/SBS contra Francisco Simões Silva Romão**
163. **Deliberação n.º 3470/2022 – Proposta n.º 23/2022 – DEB/DIGEPE – Proposta de Apoio Financeiro à UNISETI - Universidade Setubalense da Terceira Idade**
164. **Deliberação n.º 3471/2022 – Proposta n.º 34/2022 – DOM – AD56/10 – RUBE – Reabilitação e Reconversão do Polo da Biblioteca da Bela Vista” – Auto de receção definitiva - Homologação**
165. **Deliberação n.º 3472/2022 – Proposta n.º 35/2022 – DOM – Concurso Público 12/2022/DOM – CP 12/2022/DOM – Empreitada “Rede de Abastecimento Primário no Parque Urbano da Várzea” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
166. **Deliberação n.º 3473/2022 – Proposta n.º 36/2022 – DOM – CPI 13/2022/DOM - “Reabilitação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público por Lotes com Publicidade Internacional - Candidatura n.º 59996 “Reabilitação do Bairro da Alameda das Palmeiras” - RE-CO2-I01 do PRR**
167. **Deliberação n.º 3474/2022 – Proposta n.º 2379/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – CONCURSO PÚBLICO N.º 28/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para locação operacional de dois veículos elétricos ao abrigo da 3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, 2.ª Parte do Fundo Ambiental**

168. **Deliberação n.º 3475/2022 – Proposta n.º 698/2022 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por inspeção aos elevadores números 371-15.12/001494 e 371-15.12/001495 – Processo n.º 229/06**
169. **Deliberação n.º 3476/2022 – Proposta n.º 699 /2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de alterações de edifício de uso comercial – Processo n.º 324/05**
170. **Deliberação n.º 3477/2022 – Proposta n.º 700/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e mudança de uso de comércio/serviços para habitação – Processo n.º 142/03**
171. **Deliberação n.º 3478/2022 – Proposta n.º 701/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para a realização de obras de alteração, de uma moradia unifamiliar – Processo n.º 220/22**
172. **Deliberação n.º 3479/2022 – Proposta n.º 702/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para ampliação de moradia e alteração de muro de vedação – Processo n.º 539/21**
173. **Deliberação n.º 3480/2022 – Proposta n.º 703/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de ampliação de garagem – Processo n.º 1167/18**
174. **Deliberação n.º 3481/2022 – Proposta n.º 704/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação – Processo n.º 328/21**
175. **Deliberação n.º 3482/2022 – Proposta n.º 705/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para legalização e alterações de edificação – Processo n.º 421/21**
176. **Deliberação n.º 3483/2022 – Proposta n.º 706/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia – Processo n.º 225/22**
177. **Deliberação n.º 3484/2022 – Proposta n.º 707/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de licenciamento de arquitetura para construção de moradia unifamiliar – Processo n.º 205/22**
178. **Deliberação n.º 3485/2022 – Proposta n.º 708/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de uma moradia, piscina e muro – Processo n.º 426/21**
179. **Deliberação n.º 3486/2022 – Proposta n.º 709/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção – Processo n.º 106/22**
180. **Deliberação n.º 3487/2022 – Proposta n.º 710/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença para obras de construção de campo desportivo – Processo n.º 222/22**
181. **Deliberação n.º 3488/2022 – Proposta n.º 711/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção para alteração de fachada – Processo n.º 243/22**
182. **Deliberação n.º 3489/2022 – Proposta n.º 712/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edificação – Processo n.º 523/21**
183. **Deliberação n.º 3490/2022 – Proposta n.º 713/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia, garagem, piscina e muros de vedação – Processo n.º 524/21**
184. **Deliberação n.º 3491/2022 – Proposta n.º 714/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, com 1 piso, garagem, piscina e muros de vedação – Processo n.º 547/21**
185. **Deliberação n.º 3492/2022 – Proposta n.º 715/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar térrea, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 95/22**

186. **Deliberação n.º 3493/2022 – Proposta n.º 716/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 536/21**
187. **Deliberação n.º 3494/2022 – Proposta n.º 717/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de ampliação da moradia – Processo n.º 393/21**
188. **Deliberação n.º 3495/2022 – Proposta n.º 718/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de ampliação de moradia e construção de garagem – Processo n.º 407/21**
189. **Deliberação n.º 3496/2022 – Proposta n.º 719/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 330/20**
190. **Deliberação n.º 3497/2022 – Proposta n.º 720/2022 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 1/06 – Processo n.º 973/00**
191. **Deliberação n.º 3498/2022 – Proposta n.º 721/2022 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 02/1998 – Processo n.º 2/95**
192. **Deliberação n.º 3499/2022 – Proposta n.º 722/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 20/79 – Processo n.º 167/75**
193. **Deliberação n.º 3500/2022 – Proposta n.º 723/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE – Processo n.º 4/22**
194. **Deliberação n.º 3501/2022 – Proposta n.º 724/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE – Processo n.º 164/DFI/2021**
195. **Deliberação n.º 3502/2022 – Proposta n.º 725/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE – Processo n.º 520/DFI/2021**
196. **Deliberação n.º 3503/2022 – Proposta n.º 726/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE – Processo n.º 598/DFI/2021**
197. **Deliberação n.º 3504/2022 – Proposta n.º 727/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE – Processo n.º 391/DFI/2021**
198. **Deliberação n.º 3505/2022 – Proposta n.º 728/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE – Processo n.º 8/DFI/2021**
199. **Deliberação n.º 3506/2022 – Proposta n.º 729/2022 – DURB – Alteração à Comissão de Vistorias**
200. **Deliberação n.º 3507/2022 – Proposta n.º 730/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Processo n.º 322/22**
201. **Deliberação n.º 3508/2022 – Proposta n.º 731/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração – Processo n.º 268/19**
202. **Deliberação n.º 3509/2022 – Proposta n.º 732/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Obras de alteração – Processo n.º 164/22**
203. **Deliberação n.º 3510/2022 – Proposta n.º 733/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Construção edifício habitação coletiva, com comércio/serviços e garagem em cave – Processo n.º 316/21**

204. *Deliberação n.º 3511/2022 – Proposta n.º 734/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Demolição e construção – Processo n.º 434/21*
205. *Deliberação n.º 3512/2022 – Proposta n.º 735/2022 – DURB/GAPRU – Indeferimento de projeto de arquitetura – Obras de alteração edifício – Processo n.º 251/22*
206. *Deliberação n.º 3513/2022 – Proposta n.º 736/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local – Processo n.º 129/22*
207. *Deliberação n.º 3514/2022 – Proposta n.º 737/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local – Processo n.º 131/22*
208. *Deliberação n.º 3515/2022 – Proposta n.º 738/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local – Processo n.º 132/22*
209. *Deliberação n.º 3516/2022 – Proposta n.º 739/2022 – DURB/GARIU – Prorrogação da ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinha “food-truck” e esplanada – Processo n.º 12/22*
210. *Deliberação n.º 3517/2022 – Proposta n.º 740/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito – Processo n.º 15/22*
211. *Deliberação n.º 3518/2022 – Proposta n.º 741/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho para venda de castanhas – Processo n.º 139/19*
212. *Deliberação n.º 3519/2022 – Proposta n.º 742/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 155/16*
213. *Deliberação n.º 3520/2022 – Proposta n.º 743/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 156/16*
214. *Deliberação n.º 3521/2022 – Proposta n.º 744/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 157/16*
215. *Deliberação n.º 3522/2022 – Proposta n.º 745/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 158/16*
216. *Deliberação n.º 3523/2022 – Proposta n.º 746/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 374/16*
217. *Deliberação n.º 3524/2022 – Proposta n.º 747/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 375/16*
218. *Deliberação n.º 3525/2022 – Proposta n.º 748/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 376/16*
219. *Deliberação n.º 3526/2022 – Proposta n.º 749/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 377/16*
220. *Deliberação n.º 3527/2022 – Proposta n.º 750/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 378/16*
221. *Deliberação n.º 3528/2022 – Proposta n.º 751/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 379/16*
222. *Deliberação n.º 3529/2022 – Proposta n.º 752/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 380/16*
223. *Deliberação n.º 3530/2022 – Proposta n.º 753/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 381/16*
224. *Deliberação n.º 3531/2022 – Proposta n.º 754/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 382/16*
225. *Deliberação n.º 3532/2022 – Proposta n.º 755/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 177/19*
226. *Deliberação n.º 3533/2022 – Proposta n.º 756/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 – Processo n.º 256/17*
227. *Deliberação n.º 3534/2022 – Proposta n.º 757/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 199/16*
228. *Deliberação n.º 3535/2022 – Proposta n.º 758/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 200/16*

**229. Deliberação n.º 3536/2022 – Proposta n.º 759/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 201/16**

**A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 4 e 5.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 7.
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 8.

**2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Presidente** – Informou que iria proceder a uma tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, dois representantes do Conselho Municipal de Educação.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Relativamente ao Programa Leite Escolar tinha conseguido apurar que o primeiro concurso público tinha ficado deserto, pelo que gostaria de saber como iria decorrer o novo concurso e se o mesmo apenas incluía o leite branco ou o leite achocolatado conforme estava previsto na Portaria n.º 161, assim como perceber se aquele programa estaria a ser integralmente cumprido e se o leite estaria a ser distribuído nas escolas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que lhes tinha sido transmitido por alguns comerciantes do Mercado do Livramento que exista um incumprimento regulamentar que vinha sendo recorrente e algumas das bancas daquele Mercado. Aquele incumprimento passava pela venda recorrente de produtos que não seriam de produção própria pelos comerciantes que ocupavam as bancas dedicadas exclusivamente a produtores. Aquela situação já tinha originado uma reclamação por parte dos comerciantes que os contactaram, datada de 9 de fevereiro, sem que até ao momento tivessem recebido uma resposta concreta face àquilo que tinha sido a sua reclamação. Pelo exposto, disse que gostariam de saber se o executivo tinha conhecimento daquelas alegações e se já tinham tentado averiguar se seria uma situação que se mantinha e se a fiscalização estaria a atuar de forma a fazer cumprir o regulamento e a fazer cumprir aquela diferenciação que seria necessária e que era regulamentar, daquilo que era a venda de produtos comprados para revenda e daquilo que era a venda de produtos de produção própria.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que recentemente tinham passado uma reportagem sobre o Parque de Merendas da Comenda e sobre tudo aquilo que se passava. Verificou-se

que a questão era ainda um pouco mais grave do que se fazia crer na reportagem da “Sábado” que tinha sido anterior àquela reportagem televisiva. No entanto, havia questões que deviam ser esclarecidas pela Câmara, segundo a peça televisiva o senhor Presidente não respondera, mas naquele órgão colegial e público deviam ser prestados alguns esclarecimentos sobre o andamento daquele processo. Independentemente das suas lutas político-partidárias e de serem de partidos diferentes, às vezes conseguiam colocar-se no lugar dos outros e perceber quão difícil era a gestão que o atual executivo CDU tinha daquilo que tinham sido os mandatos anteriores de Maria das Dores Meira, o qual tinha sido complicado. Fora transmitido aos setubalenses que a Câmara ponderava expropriar naquela área, como se sabia há décadas que o anterior proprietário, o Conde d’Armand, tinha convidado as pessoas de Setúbal e de fora a utilizarem aquele espaço como zona de lazer e zona onde pudessem também fazer refeições. Não se compreendia que atendendo àquele fundamento, à guerra que um presidente da antiga Freguesia da Anunciada movera contra o anterior proprietário António Xavier de Lima sobre o mesmo espaço, significava que aquela questão não era nova e já tinha um histórico, não se percebia que tivesse sido afirmado que estaria a ser ponderada a expropriação daquele espaço, quando vieram a saber que a Câmara tinha oferecido 6 mil euros por aquele espaço. Para quem tinha estudado Direito - e havia ali mais pessoas que tinham estudado Direito -, costumava-se dizer que quando se tinha uma intenção diferente daquela que se vocalizava, seria uma declaração não séria. Ao oferecer 6 mil euros por aquele espaço quando em público se dizia que se iria expropriar, seria uma declaração não séria, seria dizer o mesmo que se iria fazer uma coisa que não se tinha feito. Após as Eleições Autárquicas do ano anterior, tinha havido uma manifestação onde tinha participado o senhor Presidente e outras pessoas - que com todo o direito podiam fazer todas as manifestações que quisessem -, mas a questão passava por saber o que é tinham feito na realidade, nas funções que lhes tinham sido atribuídas pelo voto popular.

Também tinha sido afirmado - não tendo sido a primeira vez que era referido em órgãos de comunicação social - que tinham sido levantados autos de contraordenação, sendo que seria importante saber como se encontravam os autos que tinham sido reportados à Câmara. Quem conhecia o procedimento de contraordenação - e quase todas as pessoas na vida já tinham passado por isso, nem que tivesse sido numa contraordenação por estacionamento ou por excesso de velocidade -, sabiam mais ou menos como é que o processo decorria, por essa razão precisavam de saber se o auto tinha sido levantado e se tinham sido notificados os proprietários. Questionou se já tinha sido apresentada uma proposta de condenação, de decisão condenatória.

Questionou se já tinha sido respondido, ou não, a decisão condenatória pelos proprietários e se, eventualmente, já tinha sido impugnada a decisão final da Câmara ou se ainda estariam num estado anterior.

Tratava-se de um espaço que era querido aos setubalenses e não só, pelo que era importante saber o que na realidade tinha sido feito. Naquela pergunta não havia nenhum juízo de censura, era importante mesmo saber. Deviam de existir outros processos de contraordenação relevantes a decorrer na Câmara Municipal de Setúbal, mas como àquele processo tinha sido dado um especial ênfase, inclusivamente tinha sido um dos primeiros atos públicos do senhor Presidente enquanto político, não enquanto Presidente da Câmara, que terá participado na manifestação pela Comenda.

Disse que gostaria de perceber se tudo aquilo se consubstanciaria em atos.

A reportagem televisiva tinha sido má a todos os títulos para a imagem do nosso concelho, desde milícias desarmadas que guardavam aquele espaço, à atuação de um político do Bloco de Esquerda se tinha feito passar por um cidadão anónimo quando na realidade não o era, mas que estava no seu direito de tentar entrar nos espaços que eram de servidão, já reconhecido pelo tribunal, espaços que já deviam estar abertos ao público.

Havia qualquer coisa ali que estava errado, independentemente de discutir a questão do domínio público/marítimo que estava a ser impedido aos cidadãos e que estava a ser objeto de discussão.



Todos os setubalenses deviam ter uma ideia do que se estava a passar, até mesmo para defesa do senhor Presidente, porque às vezes quem calava consentia. Uma vez que senhor Presidente não tinha respondido à reportagem ou não estaria habilitado a responder, ou não queria responder por alguma razão, todos tinham o direito de perceber o porquê e se era relevante.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que ia dar alguns esclarecimentos solicitados pela bancada do PSD, que já tinham sido aflorados na última sessão da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal, a partir de abril, recebera a competência do Programa do Leite Escolar e de imediato elaboraram um caderno de encargos, abriram um procedimento para concurso público, tendo em conta os montantes que estavam em cima da mesa. A Câmara fizera um trabalho junto das escolas para perceberem as necessidades e também para verificarem os cadernos de encargos de anteriores concursos que as escolas costumavam fazer, para perceberem exatamente os valores que estavam em causa, razão pela qual fizeram uma consulta de mercado. No ano letivo anterior, os valores eram uniformes e não diferiam muito de agrupamento para agrupamento, cada pacote de leite custava cerca de 15 cêntimos a unidade. Em abril/maio ainda não estava tão evidente o problema da inflação, nomeadamente no que se referia ao produto leite branco, que posteriormente sofreu um agravamento muito grande, aumentando para 18 cêntimos a unidade. Quando foram fazer a abertura das propostas verificaram que tinham concorrido duas empresas com os valores superiores aos 18 cêntimos, sendo que os valores apresentados tinham sido de 22 cêntimos a unidade pelo que, em termos da contratação pública, considerava-se que o concurso tinha ficado deserto. Tinham uma margem de manobra, porque alguns agrupamentos ainda tinham leite escolar e alguns tinham feito encomendas no final do ano, porque a DGES os tinha autorizado, conseguindo obter uma reserva de leite. Tiveram de fazer aquele tipo de gestão em todos os agrupamentos, para que não faltasse leite em nenhum deles. Aquela gestão era feita quase que diariamente, para que todo aquele processo tivesse no início a sua implementação. Em paralelo, assim que o concurso ficou deserto, tomaram duas medidas, sendo que uma delas tinha sido imediatamente a abertura de um procedimento através de ajuste direto, para poderem ter o fornecimento assegurado durante o primeiro período e o lançamento de um novo concurso, para garantir o fornecimento no restante ano letivo. O concurso continuava a ter três tipos de produtos diferentes, o produto mais abundante que era o leite branco, o outro que era o leite achocolatado, medida que estava prevista no decreto-lei e que permitia que esse leite achocolatado pudesse, mediante uma certa combinação de chocolate, ser também administrado às crianças e o leite sem lactose para crianças que apresentassem uma declaração médica que comprovasse intolerância ou alergia. Relativamente ao leite achocolatado também fizeram esse levantamento com as escolas, porque nem todas as escolas já administravam leite achocolatado, havia muitas que preferiam simplesmente dar o leite branco.

Naquele momento, o ajuste direto já tinha sido fornecido por completo à Câmara. O leite não tinha sido todo distribuído pelas escolas, porque tinham de fazer a gestão relativamente às necessidades e aos prazos de validade. Iam fornecendo à medida que os senhores diretores lhes iam informando das necessidades. Contavam até final do ano terem o processo do concurso público despachado para que o fornecimento ficasse assegurado o resto do ano. O procedimento já não ficaria deserto, a não ser que a escalada da inflação ultrapassasse aqueles que tinham sido os valores adquiridos no regime de ajuste direto, caso contrário teriam que tomar medidas. Aquela processo pelo qual passaram, tinha sido um processo que acontecera em muitas autarquias, porque as pessoas estavam à espera de um aumento, mas não de um aumento tão pronunciado. O leite escolar estava a ser entregue em todas as escolas e nunca deixou de ser entregue.

**Sr. Presidente** – Questionou a senhora Vice-Presidente se podiam concluir que nunca tinha havido nem haveria falta de leite nas escolas.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Presidente que não havia falta de leite nas escolas.

**Sr. Presidente** – Questionou se nunca tinha havido e não haveria falta de leite nas escolas.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Presidente que já tinham concluído e podiam voltar a concluir que não havia falta de leite nas escolas.

**Sr. Presidente** – Como era do conhecimento da Sra. Vice-Presidente, tinha havido quem passasse a mensagem, de que havia escolas que não tinham leite e era preciso que as coisas ficassem clarificadas. Se havia alguma dificuldade em algum “stock” todos os diretores de agrupamentos tinham conhecimento de que podiam pedir à câmara a reposição desse mesmo “stock”.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Presidente que aquela era a realidade da situação. Agradeceu o trabalho dos diretores, tanto naquela área como em outras áreas, porque tinham sido extremamente colaborativos e cooperativos, para se pudesse concretizar aquele tipo de gestão, não faltando leite em nenhuma das escolas.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Não dissera que o leite tivesse faltado nas escolas, no entanto, alguns encarregados de educação informaram que desde quinta-feira tinha havido escolas do Agrupamento Luísa Todi, em que os alunos não recebiam leite. Não dizia que o leite não existisse, no entanto, não tinha sido distribuído. Era essa a razão que gostariam de perceber, se teria havido algum problema na logística da distribuição ou se seria mesmo a inexistência de leite. Todos estavam presentes dos constrangimentos que tinham havido com a alimentação, de concursos que tinham ficado desertos não só na Câmara de Setúbal, mas por todo o lado. Aconteceu com o leite, o pão, a carne, muitas empresas tiveram de fazer novos contratos para compensação dos novos preços. Estavam completamente conscientes da situação, no entanto, gostava de perceber se a escassez do leite tinha sido pelo procedimento ou se - havendo leite nas escolas -, terá existido outra questão qualquer que tivesse motivado nos últimos dias a não distribuição de leite a algumas crianças. Percebia que afirmassem perentoriamente que aquilo não estava a acontecer, pois não via a necessidade de que os pais estivessem a dizer uma coisa que não correspondesse à realidade.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que agradecia a questão que tinha sido levantada, porque também tinham sido informados que havia escolas que não tinham leite, que a Câmara não estava a fornecer o leite. Uma vez que não tinha sempre a informação presente, naturalmente que a senhora Vice-Presidente que tinha a área das escolas teve a necessidade de fazer uma tomada de posição pública, dizendo que não havia falta de leite, que nunca tinha havido falta de leite e que os senhores diretores das escolas não agrupadas que precisavam de repor “stock” o deveriam fazer, porque não estavam numa situação de normalidade. Tendo sido lançado um concurso que tinha ficado deserto, certamente que não estavam numa situação de normalidade, mas isso não significaria que não houvesse leite nas escolas, tal como tinha sido referido pela senhora Vice-Presidente. Os senhores diretores e os senhores das escolas não agrupadas tinham conhecimento da situação e havendo rotura de “stock” era uma questão de estabelecer um contacto com a Câmara Municipal no sentido de repor os “stocks”. Podia acontecer muita coisa, mas não se podia acusar a Câmara Municipal de Setúbal sobretudo quem tinha responsabilidades, de uma coisa que não tinha responsabilidade, o que era grave.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Informou o senhor Presidente que ninguém estava a fazer acusações, estavam a pedir esclarecimentos porque até podia ter sido um constrangimento da própria escola.

**Sr. Presidente** – Disse que já tinha agradecido à senhora Vereadora ter colocado a questão.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que podia não ter a ver com o executivo, mas com uma questão da gestão com a direção da escola. Às vezes sabiam que estavam em início de ano letivo e os agrupamentos eram confrontados com uma série de situações e como tal podia ter ocorrido. Era apenas naquele sentido que estavam a questionar, para perceber o que se passara.

**Sr. Vereador Fernando José** – Informou o senhor Presidente que não era verdade, que não tivesse faltado o leite em escolas do concelho. A explicação feita pela senhora Vice-Presidente era uma explicação normal e obviamente aceitável. Tinha havido a abertura de um concurso, que pelas circunstâncias que estavam a viver, por força de uma criminosa invasão da Ucrânia pelo regime de Putin que alguns teimavam em não condenar. Na realidade, aquela invasão tinha tido efeitos nefastos por todo o mundo e as explicações dadas pela Sra. Vice-Presidente Carla Guerreiro eram perfeitamente aceitáveis. Aquela questão tinha sido levantada pelos deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal, porque no decurso das visitas que os vereadores do Partido Socialista estavam a fazer em todas as escolas, tinham abordado diversos temas, nomeadamente a questão da descentralização de transferência de competências e da delegação dessas mesmas competências por parte da Câmara Municipal nos agrupamentos, mas existiam situações que não estavam a correr bem, que a senhora Vice-Presidente e o senhor Presidente sabiam. Estiveram três anos para preparar aquele processo, não o prepararam em três anos porque foram sempre negando e aceitaram esse processo em protesto e as coisas não estavam efetivamente a correr bem. Com o esforço da senhora Vice-Presidente Carla Guerreiro e com a solidariedade e o empenho dos diretores aquele processo ia terminar bem, depois dos acertos que seriam feitos na delegação de competências, que tinha sido feito pela Câmara Municipal de Setúbal, acreditava que as coisas iriam tomar o seu rumo.

Em relação à questão do leite não era verdade porque tinham sido informados - pelo diretor de um dos agrupamentos - que nas suas escolas tinha faltado o leite nos dias 20, 21 e 22. A respetiva comunicação tinha sido feita via telefone e por email para a Câmara Municipal. De acordo com a resposta dada pela Câmara Municipal, não se sabia quando é que o problema ficaria resolvido. A situação era justificável e a senhora Vice-Presidente Carla Guerreiro já tinha apresentado a justificação, mas, na verdade, durante aqueles três dias, as crianças daquelas escolas não tiveram acesso ao leite. Aquela situação que tinha sido comunicada à Câmara Municipal de Setúbal via telefone e e-mail pela responsável do setor, também terá sido enviado por e-mail para a DGEST, com conhecimento à Câmara Municipal. Não podiam vir dizer, nem o senhor Presidente, nem a senhora Vice-Presidente, sem querer fazer daquela situação um cavalo de batalha, que não tinha faltado o leite. Tinham de assumir que na realidade tinha faltado o leite nas escolas nos dias 20, 21 e 22. Houve escolas que não tiveram leite e tinham de assumir aquela situação. Não era ir para a página do Município fazer política mentindo aos setubalenses, havia que assumir. A justificação que tinha sido apresentada, a bancada do Partido Socialista aceitava, mas não aceitavam a mentira. Na segunda-feira a seguir tinha havido uma reposição porque a Câmara Municipal tinha ido buscar leite a outras escolas e tinha repostado nessas mesmas escolas. Passados três ou quatro dias, aquelas escolas voltaram a ficar sem leite e isso tinha sido confirmado pelo presidente do Agrupamento, pelo diretor do Agrupamento de Escolas, pelos pais e pela coordenadora da escola. Significava que estavam a duvidar e a chamar de mentirosos aos diretores de escola e aos encarregados de educação, ou então tinham de assumir que falharam na comunicação que tinham feito na página do Município, porque o leite tinha falhado. Naquele momento, a situação estava a ser repostada e acreditava que a mesma iria voltar à normalidade. Tal como a CDU levantara noutras câmaras municipais aquele problema, o Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal ao ter conhecimento levantou também a questão, porque depois de ter levantado a questão na Assembleia Municipal, a

situação não tinha ficado resolvida. Os vereadores do Partido Socialista passado mais de uma semana da Assembleia Municipal e sem que o assunto tivesse sido resolvido levantaram publicamente a questão.

Disse que ia fazer um requerimento dirigido à senhora Vice-Presidente, esperando que o mesmo fosse respondido e que o documento que ia solicitar lhes fosse entregue. Que não fizessem o mesmo como tinham feito com os anteriores requerimentos que tinham sido feitos há cerca de um ano, dirigidos ao gabinete do senhor Presidente, os quais continuavam sem resposta.

Que lhes fosse entregue uma ata da reunião tida na passada quinta-feira no Agrupamento de Escolas Luísa Todi onde constassem as declarações dos diretores do agrupamento sobre o tema do leite.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que os senhores vereadores tinham sempre a tendência de criar casos para serem incendiados, por essa razão havia a necessidade de esclarecer as datas. A Câmara Municipal começou por fazer a distribuição do leite na semana de 19, a primeira semana de aulas. Posteriormente, tinha-lhes sido reportado que havia falta de leite num determinado agrupamento e a Câmara terá feito a reposição do leite. No dia 30 tinha sido colocada na Assembleia Municipal a questão do leite, à qual prestara as respetivas explicações junto dos senhores deputados municipais. No dia 3, segunda-feira seguinte, tinha sido feito um telefonema a dizer que havia pouco leite e que estavam a pensar racionar o leite que existia, sem que lhes tivessem comunicado com antecedência aquela necessidade, apenas estavam a pensar racionar o leite, mas no dia seguinte o agrupamento obteve o leite que necessitava. A Câmara não conseguia - caso ligassem no próprio dia - no próprio dia fazer a entrega do leite. Na terça-feira, dia 4 de outubro, tinha sido feita a entrega do leite. No dia 19 e no dia 20 andaram a entregar o leite em todas as escolas. Imediatamente disseram que não devia ser racionado leite nenhum e que devia ser comunicado à Câmara Municipal se havia, ou não, falta de leite. Fizeram uma ronda pelas outras escolas do mesmo agrupamento e descobriram que havia escolas que tinham leite até novembro. Aquela gestão podia ter sido feita dentro do agrupamento e não o fora. Custava-lhe dizer aquelas coisas todas em público porque achava que não havia necessidade. No dia 7 tinha havido uma reunião - como era normal existirem todos os meses - com a Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação, na Escola Luísa Todi, onde participavam todos os senhores diretores, tendo sido colocado por um diretor a questão do leite, enquanto todos os restantes diretores disseram que não tinha havido problemas de leite, inclusivamente que estiveram sempre disponíveis para fornecer leite às escolas que tinham menos leite, tendo a direção chegado à conclusão que podia ter sido uma falha de comunicação entre aquela direção daquele agrupamento e a Câmara Municipal. No dia 10 fizeram uma reunião do Conselho Municipal de Educação e não houve nenhuma questão levantada em relação ao leite. Nessa reunião tinha feito um retrato da situação sobre o leite escolar, que podia ser comprovado por várias pessoas que estavam naquela sala e que estiveram presentes na referida reunião.

Fazer daquilo um grande caso com grandes parangonas de que não havia leite nas escolas, não era verdade. Aquilo que sempre pediram e que sempre se basearam na relação entre a Câmara e os senhores diretores tinha sido baseado no compromisso do diálogo. Os senhores diretores e o Partido Socialista eram livres, para terem as conversas que entendessem e não era isso que estava em causa, fazer daquilo um aproveitamento e criar daquilo um caso, quando havia leite e o mesmo estava a ser fornecido, não se justificava. Fazer daquilo um aproveitamento e criar um caso, quando na realidade o leite estava a ser fornecido.

O senhor Vereador tinha falado três vezes de que eram mentirosos, mais uma vez os senhores Vereadores acharam que tinha sido um "grande furo", quando na realidade não existia furo nenhum, porque se não conseguissem ter o leite era óbvio que a Câmara tinha de dizer que não conseguia ter leite, no entanto, a realidade tinha sido outra e havia leite nas escolas que dava para ser gerido por todas as escolas. Se os senhores vereadores do PS

estavam a fazer reuniões nas escolas, também poderiam questionar os senhores diretores dessas mesmas escolas.

Quanto à questão do Agrupamento de Escolas Luísa Todi, estiveram a fazer visitas que coincidiram com quarta-feira e quinta-feira e todas as salas tinham leite escolar. A falha que podia ter existido - a qual não a negava - podia ter sido nos meninos que bebiam o leite sem lactose porque ainda não tinham feito o levantamento total dos meninos com intolerância à lactose, provavelmente já o teriam, mas há uma semana ainda não tinham, uma vez que o ajuste direto também contemplava o leite sem lactose o qual já terá sido distribuído. Mas em relação ao leite normal, ele estava nas salas e à vista de toda a gente, em relação ao leite normal, isso não aconteceu podia ter acontecido a um menino que tinha a indicação para beber leite sem lactose e ainda não lhes tivessem sido dadas essa indicação. Não podia confirmar que na semana anterior não tivesse havido leite na Luísa Todi, na realidade tinha havido leite e até tinha tido a oportunidade de confirmar a existência nas salas de aula.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que pretendia levantar uma questão à senhora Vice-Presidente.

**Sr. Presidente** – Desconhecia se seria para dizer que a senhora Vice-Presidente estaria a mentir, mas caso fosse também poderia fazer a pergunta.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que aquilo que tinha perguntado era quem estaria a mentir, não tinha acusado ninguém de mentir. Terá questionado quem estaria a mentir.

**Sr. Presidente** – Disse que era isso que ficava no ar. Aquela era uma forma de o Partido Socialista intervir, era uma marca que começava a ficar, as quais teriam de denunciar aquelas situações.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse para que o senhor Presidente não se preocupasse com a marca do Partido Socialista, porque quanto ao Partido Socialista eram os próprios que se preocupavam.

Quanto à questão da página do Município, voltou a referir que não tinha sido rigorosa e faltara à verdade, porque nos dias a que tinha referido, tinha faltado leite nas escolas e a senhora Vice-Presidente tinha acabado por confirmar. Se a responsabilidade era da Câmara ou se era das escolas, seria uma situação que quando a ata chegasse também verificariam o que lá estaria.

Sem pretender alimentar mais aquele tema, até porque a situação tinha sido explicada e estava a ser resolvida, quando os vereadores do Partido Socialista em Setúbal levantavam qualquer tema, eram acusados de ser anticomunistas primários, de haver aproveitamento político, de ser um grande furo e vir atrás desse grande furo. Questionou a senhora Vice-Presidente se utilizava aquela mesma adjetivação para os seus camaradas do Partido Comunista Português (CDU) em Loures. Porque a CDU em Loures acusara a Câmara Municipal de deixar milhares de crianças do primeiro ciclo do ensino básico sem leite escolar, num comunicado de 7 pontos. Questionou se também na Câmara Municipal de Setúbal a CDU, tinha feito um aproveitamento e tinha tido também um grande furo naquela situação, na qual a Câmara Municipal de Loures tinha acabado por vir dar a mesma justificação que a senhora Vice-Presidente Carla Guerreiro tinha acabado por dar.

**Sr. Presidente** – Conforme referia o povo, *“quando não temos resposta, arranjamos forma de atirar com os problemas para cima dos outros”*. Era lamentável que tivesse sido o comportamento do senhor Vereador Fernando José. Tratava-se de um problema sério, mas quem tinha levantado o problema tinha sido o Partido Socialista, porque a senhora Vice-Presidente tinha acabado de dizer que tinha sido um único diretor de agrupamento que tinha levantado a questão e que havia várias escolas daquele agrupamento que tinham leite até



novembro. Para que ficasse claro e que para a próxima vez tivessem mais cuidado de colocar em causa o bom serviço feito pela Câmara Municipal de Setúbal.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que todos tinham consciência da forma como tinha sido feita a transferência de competências para as câmaras municipais, na verdade tinha sido um desastre e, nesse sentido, gostaria de salutar o esforço e as visitas que a senhora Vice-Presidente estava a promover junto de todas as escolas, porque era uma boa prática, uma vez que era no terreno e falando com cada uma das pessoas que conseguiriam perceber quais os problemas e conseguiriam priorizá-los. Mas muitas das vezes, sendo sérios nessas questões, os problemas nas empresas privadas também funcionavam assim, não eram todos do administrador, havia diretores que falhavam, às vezes as hierarquias iam falhando. Importava ter uma atitude construtiva, porque isso seria o mais importante não só para as escolas como também para os alunos, porque em última instância esses é que contavam. Pretendia assinalar aquele esforço porque se tratava de muitas escolas. Naquele sentido, o que gostava de perceber junto da senhora Vice-Presidente era se na sequência daquelas visitas se tinham preparado um plano de ação, a fim de priorizar em termos de resposta, porque certamente teria sido confrontada com diversas questões de infraestruturas, várias reparações, imaginaria que existisse vários problemas ao nível das escolas de diferentes naturezas, tendo os mesmos que serem tratados pela Câmara Municipal. Sabia que existiam problemas em casas de banho e janelas. Gostava de perceber como é que a senhora Vice-Presidente pensaria fazer esse plano de trabalho, no sentido de ir dando resposta àquelas questões.

Questionou a senhora Vice-Presidente se os alunos do primeiro ciclo naquele ano letivo iriam usufruir do programa Regime de Fruta Escolar.

Sabia que tinha sido na reunião de Câmara de agosto, que tinha sido aprovado o valor para a aquisição dos livros de atividades. Os mesmos começaram por chegar às escolas, sensivelmente um mês depois do arranque do ano letivo, pelo que sugeriu que no próximo ano se comesse por desencadear aquele processo no mês de junho, altura em que tinha sido lançado o programa dos manuais escolares gratuitos.

Disse que gostava de perceber se a Câmara Municipal já estaria a implementar as medidas definidas para a Administração Local, no que se referia a uma resolução do Conselho de Ministros, que definia as medidas tendo em conta a poupança de energia, pelo que gostava de perceber se já estariam a implementar as medidas, porque seria algo que deveriam fazer tão rápido quanto possível.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que a fruta escolar fazia parte de um programa que a Câmara já tinha aderido há alguns anos e também iria ser implementado naquele ano. Tinha sido feito um concurso que felizmente tinha corrido bem, não ficara deserto e a fruta iria ser distribuída muito brevemente.

A questão das visitas às escolas era uma prática que ao longo do tempo no Departamento de Educação e com o respetivo vereador era uma constante, naquele ano com uma perspetiva muito diferente. Receberam 10 escolas do segundo e terceiro ciclo e secundário e tinham aquela responsabilidade, que naquele momento era um acompanhamento maior que estavam a fazer no fornecimento das refeições escolares. Tratava-se de um grande movimento, tendo sido feito dois concursos para o fornecimento de refeições, mas era preciso fazer um grande acompanhamento daquilo que realmente acontecia no terreno. Naquelas visitas às escolas tinham priorizadas a questão dos refeitórios e de perceber como é que os refeitórios estavam a funcionar. Uma boa notícia era o facto de terem mais alunos do que aqueles que estavam a almoçar antes do período da pandemia, o que era positivo. Tudo aquilo acontecia na maior parte das escolas, era uma boa notícia, porque consideravam que quanto mais crianças almoçassem na escola, melhor estariam garantidas as suas condições para a aprendizagem. A notícia menos boa, passava pelo facto de muitos dos refeitórios não estarem dimensionados, sem terem as condições ideais. Tinham agrupamentos com excelentes equipamentos e tinham outras escolas que por falta de requalificação já não tinham as

melhores condições para servir cerca de 200 refeições, o que acontecia em alguns agrupamentos. A DGEST teve um compromisso de fazer algumas obras e de repor alguns equipamentos, antes de entregar o serviço à Câmara, no entanto, as obras não aconteceram, e alguma maquinaria tinha sido renovada. Como estavam em permanente contacto com a DGEST estavam em querer que as obras iriam ser cumpridas. Existiam algumas pequenas obras que deveriam ter sido feitas, mas parecia que a opção passaria pela requalificação. O problema é que a Câmara não sabia quando é que aqueles edifícios seriam requalificados, quando as refeições tivessem de continuar a ser servidas.

Ao contrário do que algumas pessoas continuavam a dizer, a Câmara Municipal preparou-se para a transferência de competências e muito bem, porque os técnicos da Câmara Municipal das diferentes áreas tiveram a oportunidade de fazer um levantamento e de apresentar esse levantamento sobre todas as questões que tinham que ser intervencionadas, o Ministério da Educação é que não se tinha preparado porque não tinha entregue as escolas nas melhores condições.

A título de exemplo, que não estava relacionado com as escolas, referiu que quando assinaram os contratos de transferência para as juntas de freguesia, no que se referia aos espaços verdes, entregaram os espaços verdes tratados, para depois as juntas poderem fazer a manutenção. No caso das escolas aquilo não tinha acontecido, elas tinham sido entregues tal e qual como estavam. Quem não tinha tido tempo para se preparar tinha sido o Governo e não as câmaras. As câmaras tinham feito muito trabalho e ainda estavam a fazer muito mais trabalho do que aquilo que estava exigido no diploma. Referiu que tinham questões com escolas do concelho que eram geridas pela Parque Escolar, mas que a Parque Escolar pura e simplesmente se negava a fazer o acompanhamento aos espaços exteriores das escolas e a Câmara Municipal de quando em vez era chamada para intervir. De certeza que não eram boas condições para dizerem que a transferência de competências tinha corrido bem naquele aspeto.

Analisando o problema daquelas obras, tinha sido feito um acordo com a Associação Nacional de Municípios em que tinham sido colocadas escolas para intervenção. O executivo congratulara-se porque, finalmente, passados três anos, admitiram que teriam que colocar a Escola de Azeitão e a Escola Barbosa do Bocage na respetiva lista, tendo sido um passo muito importante constar naquela lista. O facto de estar na lista, para as outras escolas onde já constavam a Escola Secundária do Bocage e a Escola de Aranguez não tinha significado muito porque o decreto-lei tinha sido de 2019, a lista tinha sido elaborada em 2019 e no caso da Secundária do Bocage e no caso da Secundária de Aranguez nunca acontecera nada. Iriam ver que significado iria ter a lista. A situação não podia durante muito mais tempo não ter resposta, inclusive pelo estado de degradação em que algumas escolas se encontravam. Na Escola Básica de Aranguez chovia em dois edifícios e a Câmara Municipal já tinha decidido assumir aquela obra, mesmo não sendo da sua responsabilidade. Não podiam permitir que as escolas estando sob a alçada da Câmara Municipal deixassem entrar a chuva nos seus edifícios. Certamente que o valor daquela obra iria consumir todo o valor já previsto para o ano em curso, no caso da manutenção.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que o executivo iria priorizar a questão dos refeitórios e dos pequenos arranjos que tinham de ser feitos nos refeitórios e iriam tentar perceber no âmbito da manutenção e daquilo que eram as requalificações, o que efetivamente não seria um esforço adicional em termos de consumo de recursos que deveriam estar a ser empregues para a requalificação e não para a manutenção. As escolas que estavam para requalificação tinham sido as que lhes apresentaram mais pedidos de intervenção. A Escola Secundária do Bocage apresentou-lhes 81 pedidos para intervenção, na Escola de Azeitão apresentaram-lhes 86 pedidos para intervenção. Significava que a manutenção era ineficaz tendo em conta o estado de degradação dos edifícios.

Daquele acordo que tinha sido celebrado entre a Associação de Municípios e o Governo precisavam que saíssem coisas concretas, para que a Câmara Municipal pudesse fazer o seu trabalho e para que o Governo dissesse efetivamente o que seria a requalificação e a conservação, porque aquilo que tinham naquele momento era a normal manutenção. Não



fazia muito sentido fazer coisas que depois no âmbito da requalificação poderiam não se manter, era preciso estudar tudo aquilo. A título de exemplo, referiu que a Escola Secundária do Bocage tinha uma calçada enorme à volta do edifício, que durante anos e anos fora-se degradando sem que tivesse sido feita a sua manutenção, sendo que o atual estado da calçada não era nada agradável. A Câmara tinha um orçamento para reparar toda a calçada, que eram cerca de 30 mil euros, mas se a escola constava na lista das muito urgentes, certamente que iria entrar rapidamente em obra, logo toda aquela calçada que fosse arranjada iria ser depois deteriorada por causa das obras de requalificação do edifício, por essa razão, optaram pela recuperação do corredor entre o portão e o edifício principal.

No âmbito daquelas escolas teriam de verificar quais seriam as áreas que realmente precisavam de uma espécie de “*penso rápido*” para poderem atuar, porque a manutenção não se poderia substituir àquilo que eram as necessidades de requalificação. Era preciso começar a pensar rapidamente em projetos, porque nem sequer as plantas dos edifícios existiam, o Ministério da Educação não tinha as plantas dos edifícios e ter-nos-ão transmitido que solicitássemos as referidas plantas ao Tesouro.

Existia uma comissão de acompanhamento que estava prevista na lei, a mesma reunia o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, os diretores e o senhor delegado regional da DGEST em representação do ministério e eram feitas atas regulares, sobre os pontos de situação relativamente a todas aquelas questões da própria Comissão de Acompanhamento.

Seria uma boa ideia trazer as atas da Comissão de Acompanhamento, para que os senhores vereadores pudessem acompanhar aqueles processos e os seus progressos.

Relativamente ao caderno de atividades registou a sugestão da senhora Vereadora Sónia Martins, efetivamente era prática não só fazerem naquela altura, não saberia se tinha a ver com o facto de haver muitas matrículas que também ficavam para o fim, mas se pudessem antecipar e programar provavelmente seria mais fácil. Da sua parte aquela verba estava inscrita no orçamento no início do ano, pelo que não haveria nenhum problema em poder antecipar para o final do mês de junho, quando já tivessem terminado as aulas, no entanto, iriam ter um grau de incerteza um pouco maior, mas podia ser uma proposta.

Relativamente às questões de poupança de energia, pensou que a Vereadora já não estaria a falar das escolas, mas estaria a falar genericamente da questão de poupança de energia.

Aprovaram na Câmara Municipal, há um tempo, um contrato com uma empresa de serviços energéticos, esse contrato até ao fim do ano provavelmente estaria a funcionar e ao acontecer, iriam substituir cerca de 9 mil luminárias de vapor de sódio, ainda existentes no concelho, por tecnologia Led e iriam dar um grande contributo para a questão da poupança de energia. Também fizeram um grande levantamento no que se referia às escolas, porque as escolas do 2.º e 3.º ciclo não tinham iluminação Led, as do 1.º ciclo praticamente já tinham todas. Havendo a oportunidade de um PEC ou de uma outra candidatura, poderiam candidatar as novas escolas para aquela realidade.

Em relação às recomendações do Conselho de Ministros, ainda estavam a avaliá-las, no entanto, o passo na iluminação pública era muito importante, porque iria reduzir muito tanto a conta da luz como a questão das emissões e do problema ambiental que ainda tinham com as atuais lâmpadas, sendo que poderia ainda existir para além das lâmpadas de vapor de sódio ainda algumas lâmpadas de mercúrio.

Naquele momento, a Câmara Municipal estava a fazer uma obra na Estrada da Graça para a colocação de iluminação cujo sistema seria todo em led, uma obra em parceria com a EDP. Tudo o que estavam a colocar era led e aquilo que iam retirar dar-lhes-ia quase uma cobertura de todas as luminárias, ficando por resolver alguns problemas. No ano em curso a EDP em parceria com a Câmara Municipal substituiu muitas luminárias em Azeitão, daquelas chamadas bolas para sistema led e iam continuar a fazê-lo, num projeto para dois anos, o que ia dar um contributo muito importante na questão da poupança de energia.

**Sr. Vereador Fernando José** – Agradeceu as explicações dadas pela senhora Vice-Presidente Carla Guerreiro.

Na sequência das reuniões que tiveram nas escolas, exista uma questão que lhes tinha sido levantada e que estaria relacionada com as pequenas obras. Na delegação de competências da Câmara Municipal nas juntas de freguesia, relativamente à manutenção das escolas do 1.º ciclo, as pequenas obras eram da responsabilidade das juntas de freguesia, sendo as grandes obras da responsabilidade da Câmara Municipal. Aquilo que acontecia é que naquela delegação de competências, por força da transferência de competências da Administração Central no Poder Local, a maior transferência de competência que tinha sido positiva, num processo que continuava e que tinha de ser sempre melhorado, acontecia que isso não estava previsto. Aquilo tinha sido transmitido pelos diretores e os vereadores do Partido Socialista entenderam que seria uma questão ponderada, que aquelas pequenas obras deveriam ser delegadas nos agrupamentos de escola. A título de exemplo, referiu a reparação de um vidro. Um vidro que era partido tinha de ser comunicado à Câmara Municipal, para a Câmara Municipal fazer essa intervenção, um estore que estava partido tinha que ser feita essa comunicação à Câmara Municipal para haver uma intervenção. Aquelas pequenas obras poderiam ser delegadas nos agrupamentos de escola, sendo uma forma mais célere de resolver aquele tipo de problemas. Era uma sugestão que deixava.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador Fernando José tinha aprendido alguma coisa com a gestão da CDU, em Setúbal

**Sr. Vereador Fernando José** – Informou o senhor Presidente que estava enganado. Aquela era uma situação que já vinha do tempo do professor Mata Cáceres, não tinha sido com o Partido Comunista que a delegação de competências nas juntas de freguesia tinha começado. Tinha ao seu lado o Vereador Vítor Ferreira que tinha sido autarca na Junta de Freguesia de São Julião há muitos anos, ainda o senhor Presidente não andava por Setúbal, pelo menos em termos de vida autárquica, andava noutras casas, na casa da Democracia, e nessa altura tinha sido deputado na Assembleia da República e já a Junta de Freguesia de São Julião tinha essas competências delegadas e era precisamente assim, as pequenas obras eram da responsabilidade da Junta de Freguesia de São Julião.

**Sr. Presidente** – Disse que se estava a referir ao facto de Setúbal ser provavelmente o município a nível nacional que tinha maior descentralização nas freguesias, aquela era a gestão da CDU.

**Sr. Vereador Fernando José** – Informou o senhor Presidente que não tinha qualquer tipo de problema em reconhecer, que com a anterior presidente tinha sido dado um passo importantíssimo na delegação de competências da Câmara Municipal nas juntas de freguesia e que essas delegações de competências tinham sido alargadas. Os vereadores do Partido Socialista sempre reconheceram e não tinham qualquer tipo de problemas em reconhecer, quando as medidas eram boas. Já ao contrário!

**Sr. Presidente** – Disse que, provavelmente, o senhor Vereador não tinha estado com atenção e, ainda, não se tinha apercebido do reforço ainda maior da delegação de competências que iria ter lugar no dia 1 de janeiro de 2023 e que decorria já daquele mandato.

**Sra. Vice-Presidente** – Referiu que quando fizeram a avaliação relativamente a tudo o que tinham de dar seguimento no âmbito da transferência de competências, visto no mandato passado, decidiram criar uma equipa a que chamaram a equipa móvel, essa equipa era constituída por 4 trabalhadores que tratavam de pequenas manutenções. Não estava colocado de parte que aquela necessidade de ser atribuído uma verba aos senhores diretores para pequenas reparações pudesse vir a acontecer, até porque já o faziam no âmbito da delegação de poderes noutras matérias, na aquisição de material de escritório, na aquisição de material de limpeza. Precisavam de ter uma solução que fosse boa, que funcionasse e que

fosse confortável para todos. No âmbito das reuniões que tinham da Comissão Permanente e da Comissão de Acompanhamento, aquele tinha sido o modelo que tinham decidido definir. Sendo todos seres inteligentes, com certeza que se houvesse necessidade de ajustamento, haveriam de chegar a esse caminho. Tinha havido um motivo muito forte que não lhes tinha feito entregar a cada escola os 20 mil euros. Tinha havido municípios que o fizeram e deram os 20 mil euros a cada escola para tratem dos possíveis problemas existentes.

Juntamente com a Delegada Regional tinham verificado que não estavam exatamente obrigados a gastar esses 20 mil euros em cada uma das escolas e, por uma questão solidária, poderiam existir escolas que num determinado ano tivessem mais necessidade de intervenção ou uma prioridade maior de intervenção de que outras escolas. Aquela verba poderia ser utilizada para o conjunto das reparações de todas as escolas. Uma escola como a de Aranguez ou uma escola como a de Azeitão, certamente que iriam superar muito mais os 20 mil euros do que outras escolas que tiveram obras há menos tempo. Era naquele sentido solidário que tinham decidido não passar os 20 mil euros para cada um dos agrupamentos.

Caso se viesse a verificar a existência de necessidade de que pudessem ser ultrapassadas mais rapidamente, certamente que estariam disponíveis para conversar e para ver essas possibilidades. A ideia passara pela criação de uma equipa que conseguisse responder em todos os agrupamentos – e até agora não tinham registo de grandes atrasos –, poderem solidariamente gerir aquela verba em função das necessidades de cada uma das escolas.

Indo ao encontro daquilo que o senhor Presidente disse, a partir de 1 de janeiro de 2023, consideraram os grandes espaços verdes das escolas, que eram na realidade muito grandes e transferiram para a gestão das juntas de freguesia. O trabalho iria ser muito bem acompanhado, só com a ressalva que no acordo a Câmara Municipal iria receber 50 cêntimos por metro quadrado e aquilo que transferiram para as juntas tinha sido muito mais do que isso relativamente aos espaços exteriores dos espaços verdes, como era o exemplo, a Escola Dom Manuel Martins que tinha um excelente espaço exterior, não era certamente suficiente fazer a manutenção daquele espaço com 50 cêntimos por metro quadrado. Apresentariam todas aquelas contas e segundo o compromisso da senhora Ministra da Coesão Territorial todo o dinheiro que a Câmara gastasse que se justificasse e que estivesse fora das verbas transferidas, iria ser ressarcido à Câmara. Registaram aquela decisão numa reunião que tiveram em julho com a senhora Ministra e estavam a trabalhar nesse sentido.

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Disse ser parte interessada, uma vez que era habitante do espaço escolar há 43 anos, era professor.

Simpatizava com a ideia da solidariedade, de fazerem uma gestão solidária daquilo que era o pouco dinheiro para manutenção. A sugestão apresentada pelo Vereador Fernando José não necessitava de uma transferência de 20 mil euros. Tratava-se de uma verba menor, até porque algumas escolas, nem todas, tinham pessoal capaz de fazer determinado tipo de intervenções. Seria uma verba menor que, nalguns casos resolveria mais facilmente, aliviando a tal equipa que o município tinha constituído e também para aqueles que estavam na gestão do local. Estaria a falar de um estore ou de um vidro e para isso não seria necessários 20 mil euros. Por aquilo que tinha percebido das palavras da senhora Vice-Presidente havia abertura para ponderar aquela sugestão. Insistia em referir que não se tratava de uma transferência de 20 mil euros e concordava com uma gestão solidária daqueles montantes.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Informou o senhor Vereador Joel Marques sobre as denúncias relativamente à venda de produtos no Mercado do Livramento, dizendo que era com alguma regularidade que os serviços de fiscalização do mercado faziam ao longo dos meses um conjunto de avaliações e de fiscalizações face às circunstâncias da origem dos produtos. Era com regularidade permanente que os serviços da Câmara Municipal e também enquanto vereador do pelouro - a propósito daquelas e de outras matérias -, que reuniam com a Associação de Produtores. Muitas vezes existiam pequenas denúncias, as mesmas não eram específicas, no entanto, costumavam acompanhar as situações.

Sugeriu ao senhor Vereador Joel Marques que pudesse fazer chegar a informação. Disse que não tinha presente a data, mas ainda naquele dia tinha chegado aos serviços da Câmara Municipal, o qual já tinha sido respondido, por uma comerciante e também respondido prontamente pelo Chefe de Divisão, uma circunstância semelhante, na qual levantava questões sobre a veracidade de origem dos produtos. Eram situações que acompanhavam com regularidade, no entanto, sugeria que o senhor Vereador Joel Marques pudesse chegar a informação, no sentido de confirmar se correspondia também a alguma das situações que tinham sinalizadas ou não, dessa forma poderiam tentar ir ao encontro de uma solução.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Paulo Calado sobre a questão da Comenda, disse que não tinha tido oportunidade de ver o programa de televisão que falou sobre a Comenda, apenas teve a informação de forma indireta. De acordo com o senhor Vereador Paulo Calado o Município terá ficado malvisto “na fotografia”. Por aquilo que lhe disseram não teria ficado tão malvisto. Certamente que estavam a falar de Setúbal por más razões e, nesse sentido, estava de acordo, mas a questão seria outra, porque a situação era demasiado dramática. Podiam verificar um conjunto de entidades que tinham competências, responsabilidades e que não atuavam e a juntar a tudo aquilo tinham um particular com uma iniciativa inaceitável do ponto de vista de um estado democrático. Não sabia se um programa de televisão, da forma como lhe contaram e pela forma como foram colocadas as questões, não seria uma forma de alerta para uma situação que não devia existir num estado democrático. Tratava-se de uma situação real e concreta que era necessário ser denunciada. Todas as entidades que tinham competências e responsabilidades naquele território e naquelas questões em concreto, de acordo com o que estava em causa, deviam ser mais pró-ativas.

Desde a primeira hora que assumira perante os setubalenses e também já o assumira depois enquanto Presidente da Câmara e já o dissera várias vezes na Assembleia Municipal, enquanto presidente da Câmara faria tudo o que estivesse ao seu alcance para que designadamente o Parque da Comenda voltasse ao uso público e faria tudo até às últimas consequências. Assumia com tudo aquilo que eram os poderes do Presidente da Câmara e estaria certo dos poderes que tinha a Câmara Municipal de Setúbal, bem como a Assembleia Municipal de Setúbal. Quando houvesse condições para exercer aquela determinação, quer o Presidente da Câmara, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal atuariam no sentido de que o Parque de Merendas da Comenda voltasse ao uso público. Relativamente às outras situações como o senhor Vereador havia referido, a Câmara Municipal através dos serviços municipais tinha tomado os procedimentos normais que a lei estabelecia, para colocar em causa todas as iniciativas irregulares e ilegais que tinham sido tomadas. O senhor Vereador Paulo Calado era jurista, sabia certamente que os serviços municipais levantavam os autos, faziam as comunicações e depois havia o cumprimento da lei, tudo aquilo estava sujeito a prazos. As respostas dos dois gabinetes de advogados da empresa eram dadas sempre no último dia, sabendo gerir bem aquele processo nos termos da lei. Aquele era um processo que estava a decorrer, ainda na segunda-feira tiveram uma reunião com a Comissão da Assembleia Municipal que acompanhava aquele processo e lhes tinha sido transmitido toda a informação que a Câmara Municipal tinha, com aquela mesma determinação, quando houvesse condições, o Presidente da Câmara, a Câmara Municipal se fosse necessário e a Assembleia Municipal tomariam as iniciativas necessárias para que aquela situação voltasse à normalidade. Quando falava da normalidade não falava apenas no Parque das Merendas, estava a falar de toda a intervenção irregular que tinha sido feita.

Estavam a cumprir os prazos no que dizia respeito ao cumprimento dos autos, das notificações.

Também assumira o compromisso logo no início, identificando um conjunto de entidades que tinham responsabilidades e competências diretas em várias matérias naquele território das intervenções, vindo a reunir com todas as entidades. Na comissão municipal houve quem falasse da inércia dos serviços da administração, ao qual subscrevera, porque existia na

realidade uma inércia relativamente àquela matéria. Tinha confiança de que se haveria de ultrapassar aquela fase. Também tiveram uma situação que fora necessário repor as condições para a atuação por parte da Câmara Municipal. Sendo que uma delas estava relacionada com determinados procedimentos, iniciativas que tinham sido tomadas no mandato passado, às quais ponderaram, sendo que algumas daquelas iniciativas com as quais não concordavam, tendo posto de parte algumas iniciativas que tinham sido desenvolvidas. Houve também a alteração do gabinete de advogados que representava a Câmara, tiveram de fazer uma substituição. O anterior gabinete de juristas extinguiu a sua atividade, por essa razão tiveram de encontrar novos juristas, pelo que tinha havido necessidade de contratar novo gabinete de juristas e fazer a transferências dos processos de um gabinete para outro, criando alguma dificuldade na forma de tratar todo aquele processo. O novo gabinete de advogados estava a apreciar os processos, pelo que esperava que numa próxima semana houvesse a possibilidade de fazer um ponto de situação e tomassem iniciativas de acordo com as orientações que pudessem ser dadas. Acompanhavam tudo aquilo numa perspetiva o mais abrangente possível e não podia deixar de referir a iniciativa judicial por parte da Associação de Defesa da Arrábida e do Estuário do Sado, no sentido de demonstrar, no que se referia ao Parque de Merendas, que a propriedade não era privada, mas pública e naquele sentido deveria ser devolvida ao interesse público. Era um processo que estava a decorrer, que numa primeira iniciativa não tinha sido aceite aquele entendimento e a associação recorreu e aguardava a decisão de uma outra instância.

Mantinha o compromisso que assumira com a população de Setúbal e com todos aqueles que não eram de Setúbal e que utilizavam aquele espaço e conviviam com os setubalenses. Mantinha o compromisso de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance, enquanto Presidente da Câmara, para que o Parque de Merendas da Comenda regressasse ao uso público.

Às vezes parecia que as coisas estavam paradas, mas não estavam, porque a própria empresa continuava a desenvolver iniciativas irregulares e a Câmara Municipal continuava a levantar autos e, naturalmente, depois a desenvolver os procedimentos nos termos da lei. Todo aquele processo se arrastava, mas a Câmara Municipal com toda a ponderação acompanhava aquele processo e com aquele novo gabinete de advogados esperava que pudessem encontrar novos caminhos.

Decidiram voltar a consultar as entidades da Administração Central no sentido de avaliar qual era a posição, porque, entretanto, já tinha havido um conjunto de iniciativas que a empresa continuou a desenvolver, saber se as entidades já tinham mais algum entendimento, mais pró-ativo relativamente àquela matéria.

A comissão municipal da Assembleia Municipal acompanhava aquele processo. Tinha estado reunido na segunda-feira com a senhora Vereadora do Urbanismo e com a respetiva Comissão, onde tinham sido transmitidas as posições da Câmara e transmitiram toda a documentação de todo o processo.

Disse que continuava a ter muita confiança e determinação em atingir o objetivo e o compromisso que estabelecera com os setubalenses.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que todos tinham compreendido o que o senhor Presidente tinha dito e entendia que ainda estivessem na mudança de escritório de advogados, tentando fazer o ponto de situação. Caso fosse possível, se em menos de 15 dias conseguissem obter o ponto de situação, agradecia que o mesmo lhes fosse transmitido. Compreendia que algumas coisas pudessem não ser ditas em público, estando relacionada com a estratégia processual, mas naquilo que fosse possível deveria ser dada uma explicação pública por parte do Município de Setúbal. Terá sido exatamente aquela a intenção que tinha tido no início da sua intervenção, porque quem tinha ficado mal tinha sido o Município e não os munícipes, a cidade ou concelho, não era a Câmara que estava em causa, mas sim o que se estaria a passar e obviamente isso não seriam boas notícias.

Quanto à inércia da Administração Pública não só o senhor Presidente subscrevera a inércia da Administração como também o senhor Ministro da Economia naquela semana o tinha subscrito - sendo o Ministro menos politizado do Governo teve aquele desabafo em público.

Independentemente dos juristas que acompanhavam os processos e tinham a sua autonomia técnica, fazia parte dos eleitos, inclusive do senhor Presidente que tinha a seu cargo o respetivo pelouro, de tentar que os processos fossem mais céleres, respeitando os prazos e respeitando os direitos dos infratores. No entanto, a situação já se arrastava há muito tempo e conhecendo os prazos, por muitos incidentes que tivessem sido criados, já seria tempo de acontecer alguma coisa. O que acontecia e se verificava muito no país é que as entidades públicas falavam pouco entre si, às vezes até competiam entre si, o que não seria naquele caso, e deveriam entender-se melhor para conseguirem debelar aquele assunto. O senhor Presidente deveria ver a peça televisiva quanto antes, para perceber aquilo que era o sentimento de qualquer pessoa ao ter visto aquilo que tinha sido transmitido, inclusive até tinha sido ocupada a via pública, uma Estrada Nacional que tinha sido ocupada com pilaretes. Aqueles senhores deram-se ao luxo de atuar com se se tratasse de uma companhia majestática dos velhos tempos, ocupavam o espaço público e nada acontecia. Certamente que não era competência da Câmara, o que terá sido dito na peça, no entanto, competia à Câmara politicamente pressionar, tal como o senhor Presidente disse que estava a fazer, pressionar as entidades da Administração Central para que atuassem o mais rapidamente possível.

**Sr. Presidente** – Disse que, infelizmente, os casos eram muitos. Infelizmente nos últimos tempos tiveram a oportunidade de acompanhar o processo do lançamento de produtos químicos para uma vala que desaguava no Estuário do Sado. A entidade que tinha competência nos recursos hídricos atuou e desenvolveu todos os procedimentos, mas o gestor da empresa do condomínio do centro empresarial nem sequer queria aceitar uma conversa com a referida entidade, nem aceitavam as notificações, obrigando a que um agente da GNR os fosse notificar e quando a empresa se apercebeu que a situação estava a ser mais complicada começou por tomar algumas medidas.

Na realidade, tiveram de tomar uma iniciativa em conjunto com a Junta de Freguesia, mobilizando as pessoas que também se sentiram revoltadas com a situação porque a vala continuava a ter o lançamento de produtos químicos, não evitando a morte de alguns animais, eventualmente pela contaminação da zona ribeirinha. Mesmo com denúncias sucessivas, aquele processo levou quatro a cinco meses para a empresa tomar a decisão de estancar a situação. Só agora tinham recebido a visita dos serviços municipais com a Direção-Geral dos Recursos Hídricos, entidade que tinha essa competência nas linhas de água, estando agora a empresa a cumprir as determinações que a Câmara Municipal estabelecera no que dizia respeito aos processos de restabelecimento das canalizações internas do centro empresarial, de forma que os efluentes tivessem o tratamento adequado na ETAR e não fossem lançados na linha de água. Tinha sido necessário o Presidente da Câmara, os Vereadores, a Junta de Freguesia mobilizar as populações fazendo uma concentração e uma manifestação pública, com a comunicação social envolvida que era sempre uma parte fundamental naqueles processos, de forma a que tivesse maior eco e, da parte de quem estava a prevaricar a necessidade de tomar uma posição diferente relativamente à posição inicial.

Tudo isto servia para dizer que vivíamos num Estado, no que se referia às questões do ambiente, de preservação do património era muito complicada. Há cerca de dois anos em Setúbal, ninguém pretendia assumir a responsabilidade dos resíduos industriais e andou-se vários meses para encontrar a solução e tinha sido o Estado a assumir responsabilidades que ninguém pretendia assumir, uma vez que não tinha conhecimento da situação, embora as fotografias nos jornais já fossem conhecidas há muito tempo.

Do ponto de vista do Ambiente e do ponto de vista da defesa do património natural, as situações em que se vivia, era importante que as entidades da Administração Central e o poder político criassem condições para intervir de imediato em situações de emergência, para que pudessem restabelecer a ordem.

Todos tiveram conhecimento infelizmente, da situação que viveram em Setúbal e não só, relativamente à falta de transporte público. Tratava-se de uma situação deveras preocupante, com um sentimento de grande revolta da população e de grande revolta de quem ao longo de



uma semana tivera reuniões em todas as freguesias, ouvindo as pessoas que denunciavam a falta de autocarro para transportar as crianças para a escola, das pessoas que pretendiam deslocar-se para o trabalho e ficavam horas nas paragens dos autocarros. O executivo CDU da Câmara Municipal de Setúbal estava a fazer tudo o que estava ao seu alcance para procurar ultrapassar uma situação muito difícil de ultrapassar. Existiam vários problemas que a Câmara acompanhava e conhecia, mas havia um facto que era determinante, tinha havido um concurso público para atribuir responsabilidades da garantia de transporte público em Setúbal e em toda a Área Metropolitana de Lisboa, sendo que a preocupação era relativamente a Setúbal. A empresa que ganhara o concurso internacional e garantira que tinha todas as condições para fazer aquele serviço desde o primeiro dia não cumprira minimamente aquilo que fora o seu compromisso. Atualmente vivia-se numa situação difícil a nível internacional, estando perante uma situação muito preocupante.

Disse que tinham sido feitas várias reuniões e no final da semana anterior tinha havido uma reunião em que tinha estado presente a senhora Presidente do Conselho Metropolitano, a Comissão Executiva Metropolitana e a Empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa que era a empresa que geria aqueles contratos e a empresa operadora do lote 4. Houve uma pressão muito grande sobre a empresa, como não podia deixar de ser, e terá sido perante essa pressão lhe fora garantido que na segunda-feira seguinte que o serviço iria melhorar substancialmente, porque vinham 35 motoristas para reforçar a equipa. Daquilo que conseguiram constatar, naquela segunda-feira, dos 35 motoristas apenas 20 motoristas tinham iniciado o trabalho. Do registo conhecido, tinha havido um maior número de utentes que foram transportados, significava que tivera o seu impacto, mas não resolvia o problema, porque continuava a haver horários que não estavam a ser cumpridos, porque não passavam os respetivos autocarros. A empresa dizia que era um problema de motoristas, mas de acordo com a avaliação que as Câmaras Municipais, a TML e a Área Metropolitana faziam, era tudo uma questão de organização. Se tivesse existido organização, a informação que era passada aos utentes nas plataformas nada daquilo funcionava. A empresa ia dizendo sempre que estariam a afinar e a tentar resolver. Todos reconheciam que havia falta de motoristas, não só da Alsa Todì, a empresa que operava naqueles municípios, assim como com as outras três empresas que tinham ganho o concurso nos restantes lotes, na Área Metropolitana de Lisboa. No caso da empresa que estava a operar e que tinha ganho o concurso em Setúbal, não era só uma questão de falta de motoristas, era também uma questão de organização e certamente que avaliaram com preocupação todo aquele processo. Prometeram às populações que a Câmara Municipal iria assumir a contratação de autocarros para fazer o transporte escolar, o que até agora tinham verificado no mercado é que não havia empresas em condições para assegurar os transportes escolares que eram necessários em Setúbal. Em Azeitão fizeram o levantamento e concluíram que necessitavam de transporte para 400 jovens, daqueles que precisavam de ir de Azeitão para a secundária de Sesimbra, secundária de Palmela e para 3 escolas na cidade de Setúbal. Tratava-se de 400 jovens com grandes dificuldades de garantir o transporte. Certamente que em Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e no Sado também existiam aqueles problemas, sendo que a maior quantidade seria dentro da cidade. A Câmara tentara contratar empresas para garantir aqueles transportes e dos contactos que tinham feito apenas duas ou três empresas estariam em condições de poderem contratar com a Câmara de Setúbal autocarros para aquele serviço, tendo em conta a sua dimensão. Existiam empresas com dois ou três autocarros, mas para fazer aquele serviço, até à data não tinham conseguido encontrar nenhuma empresa. Era uma situação dramática com que estavam confrontados bem como as populações, apesar do contrato não ter sido feito com a Câmara Municipal, sendo que a situação era muito idêntica nos outros concelhos. Naquele dia tinha voltado a pedir para que se fizesse uma reunião com urgência, com as mesmas entidades que tinham a responsabilidade e que estavam envolvidas naquele processo, a Área Metropolitana, a TML e a Comissão Executiva e com os representantes dos outros municípios. Era necessário continuar a fazer tudo o que estivesse ao alcance do Município, toda a pressão, no sentido de vir a garantir que aquele contrato se viesse a cumprir, porque havia uma questão que era mais dramática, não havia outra alternativa.

Como era do conhecimento, a empresa que tinha ganho o lote 3, era uma empresa que trabalhava na região e estava com problemas idênticos. No lote 1 e lote 2, correspondente à margem norte de Lisboa, nem sequer tinham iniciado o processo contratual. Estavam a viver uma situação dramática, razão pela qual tinham de manifestar a solidariedade, compreensão e o empenhamento em fazer tudo o que estivesse ao alcance para a Câmara de Setúbal bem como as outras câmaras que faziam parte do mesmo grupo, através de um maior empenhamento com a Área Metropolitana, a Comissão Executiva, a senhora Presidente do Conselho Metropolitano, a TML, no sentido de pressionar a empresa, criando condições para que o mais rapidamente possível tivessem a tão desejada oferta de transportes públicos, que numa situação de crise tudo indicava que se iria agravar. Pretendia manifestar aos vereadores a sua grande preocupação, mas também o grande empenhamento de continuarem a fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para conseguir atingir os objetivos, porque havia várias hipóteses que estavam a ser consideradas no sentido de encontrar alternativas para ultrapassar aquela situação.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que considerava uma certa repetição naquilo que tinham sido as afirmações do senhor Presidente, no sentido de indicar que não havia alternativa, condicionando qualquer processo negocial que viesse a existir ou que estivesse em curso com o concessionário. Não era muito aceitável dizer aos cidadãos de Setúbal, utentes dos transportes públicos, que se tinha assinado uma concessão durante sete anos e que não havia alternativa ao mau funcionamento da concessão e que durante sete anos, poderiam viver a situação que já viviam há quatro meses. A Câmara Municipal de Setúbal, tal como as outras da Área Metropolitana de Lisboa delegaram competências no âmbito dos transportes públicos rodoviários na Área Metropolitana de Lisboa, que depois passou para a TML. Entenderam que tinha sido um passo correto, porque a gestão dos transportes públicos numa área tão vasta, em que as pessoas tinham de circular entre concelhos, fazia sentido ser feita de uma forma centralizada. Entendiam que aquele era o caminho correto para se fazer aquele tipo de gestão. Na sequência daquela delegação de competência, não podiam deixar de assumir todas aquelas que eram as suas responsabilidades, na exigência e na tentativa de garantir que o trabalho e o serviço fossem efetivamente cumpridos e bem prestados às populações.

Ao longo daqueles meses ainda não tinha ouvido ao senhor Presidente nenhuma afirmação com alguma assertividade sobre aquele que deveria ser o papel da AML, do Primeiro Secretário do Concelho Metropolitano, Carlos Humberto Carvalho, nem da TML, particularmente do vogal da administração que era responsável pelo acompanhamento daquele contrato, Rui Lobo. Não sabia se por serem ambos autarcas da CDU, mas ainda não tinha ouvido da parte do senhor Presidente, nenhuma afirmação que tivesse sido particularmente explícita, no sentido de exigir à entidade a quem a Câmara Municipal de Setúbal delegara as competências, no âmbito do serviço de transportes rodoviários, resolver o problema que estava no terreno naquele momento.

O senhor Presidente referira na sua intervenção o transporte escolar, que era uma preocupação de todos. No dia 20 de julho, tiveram a oportunidade de alertar para aquilo que lhes parecia vir a ser um problema, porque os transportes estavam numa situação de operacionalidade absolutamente caótica desde o dia 1 de junho. Alertaram para o facto, de aquela situação poder vir a acentuar e a agravar a partir do dia 16 de setembro. No dia 3 de outubro ouviram a senhora vereadora Rita Carvalho, que detinha o pelouro da mobilidade, ter dado uma entrevista à SIC onde afirmava textualmente: *“A Câmara Municipal de Setúbal está a fazer consultas a empresas particulares para que possam garantir o transporte dos alunos mais deslocados.”* No dia 3 de outubro já tinham passado 17 dias, desde que o ano letivo tinha iniciado. A entrevista tinha sido no dia 3 e tinham passado mais 9 dias e continuavam a ter exatamente os mesmos problemas e as mesmas dificuldades, porque não se antecipou resolução de um problema, que era um problema evidente e do conhecimento de todos aqueles que tinham crianças, particularmente as que estavam mais deslocadas, as que vinham da Gâmbia, do Sado e as que vinham de Azeitão, ficando muitas das vezes na berma

de uma estrada nacional, numa paragem à espera de um autocarro que não sabiam se iria chegar e que na maior parte das vezes não chegava, obrigando a muitas famílias a alterar toda a sua gestão familiar, inclusivamente com riscos acrescidos no que dizia respeito à manutenção do seu posto de trabalho, por terem que se deslocar a Setúbal, a Sesimbra ou a Palmela onde estudavam muitas das crianças que residiam naqueles territórios, para poderem levar os seus filhos à escola e depois ao final do dia também para os irem buscar, porque tinham que garantir que aquelas crianças chegassem a casa e que não ficassem perdidos à espera de um autocarro que não chegava.

Tinham idosos que muitas das vezes esperaram meses por uma consulta ou por um exame e que estavam a perdê-los, porque no dia em que tinham a consulta ou exame, chegavam atrasados ou nem sequer conseguiam chegar ao serviço de saúde onde a consulta ou exame teria lugar.

Gostaria de ouvir da parte do senhor Presidente uma maior assertividade na exigência de respostas, que eram inexistentes, por parte das entidades às quais a Câmara Municipal de Setúbal delegou, num princípio de que entendiam como sendo bom, as competências na gestão dos transportes rodoviários e até agora aquilo a que assistiram tinha sido uma mobilização da população para uma manifestação. Na verdade, quase que se pedia à população que assumisse aquilo que era a posição do concedente e exigia-se à empresa concessionária o correto cumprimento do contrato e a correta operacionalização dos transportes, porque quem tinha concedido não revelava capacidade mínima para fazer essa mesma exigência.

**Sra. vereadora Sónia Martins** – Informou o senhor Presidente que mais uma vez tinham trazido aquela questão a todas as reuniões de câmara, desde o dia 1 que existiam factos que não podiam esquecer. A Câmara Municipal de Setúbal tinha feito um investimento de nove milhões e trezentos mil euros. Significava que não se podia de todo colocar à margem e teria de ser exigente, tal e qual como já tinha manifestado em reuniões anteriores, como tinha transmitido também, que compreendia a metodologia e a escolha das ações, mas perante a gravidade do assunto, quer a manifestação quer as reuniões descentralizadas, só vinham confirmar aquilo que já sabiam, os problemas que viviam naquele momento no Município em termos de transportes públicos. Tinham de passar à ação e não podiam esquecer que havia um investimento por parte dos municípios de nove milhões e trezentos mil euros.

Uma vez que traziam uma moção sobre aquele assunto que estavam a discutir, colocava à consideração do senhor Presidente o facto de podê-la apresentar naquele momento, porque fazia todo o sentido de ser apresentada.

**Sr. Presidente** – Disse que ainda não tinha lido a moção, mas antes da sua apresentação gostaria de dizer mais alguma coisa, porque tinham sido levantadas algumas questões que do seu ponto de vista eram extremamente graves. Quando tinham um problema com a gravidade que era conhecida e que afetava as populações da Área Metropolitana de Lisboa, trazer-se para a reunião de câmara e fazer-se uma guerra político-partidária a propósito daquele assunto, era a última coisa que esperava que os vereadores daquela casa pudessem fazer. Era profundamente lamentável que perante um problema tão grave que todos estavam a viver que houvesse vereadores que trouxessem apenas uma mera questão político-partidária. Era do mais baixo nível político quando um vereador daquela casa, em representação do partido que tinha responsabilidades naquele processo, tal como tinha a CDU, colocar a questão apenas do ponto de vista político/partido. Era profundamente grave e era lamentável que acontecesse uma situação daquelas.

Embora não tendo participado desde o início naquele processo, considerava que o projeto que a Área Metropolitana tinha para os transportes públicos, era um projeto em que se revia e em que tinha muito orgulho de poder levar à prática. Era um projeto que tinha responsabilidades do Partido Socialista, da CDU e do PSD, subscrito por aquelas três forças políticas na Área Metropolitana de Lisboa. Disse que tinha o maior orgulho de poder estar a contribuir para implementar aquele projeto.

Naturalmente que lhe custava e não aceitava, que uma empresa que tivesse ganho o concurso pudesse colocar em causa aquele mesmo projeto. Na realidade, sempre dissera que era aquilo que estava em causa.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que os nove milhões e trezentos mil euros que o Município tinha comprometido com aquele projeto estavam relacionados com o cofinanciamento dos passes sociais dos cidadãos da Área Metropolitana de Lisboa. Naquele momento, a Câmara Municipal pagava por ano dois milhões e oitocentos mil euros. Estava previsto ser aumentado aquele valor, naturalmente que o desenvolvimento do sistema tinha uma previsão de aumento da comparticipação de cada um dos municípios. Tinha sido exatamente a componente da contribuição daquele acordo extraordinário e único que se tinha conseguido entre três partidos na Área Metropolitana de Lisboa, encontrando soluções, independentemente das diferenças e dos entendimentos que tinham sobre aquela matéria complexa, mas que conseguiram entender-se no sentido de servir o melhor possível os cidadãos da Área Metropolitana de Lisboa, as empresas e todos os trabalhadores que se movimentavam na Área Metropolitana de Lisboa, no sentido de lhes facilitar a vida e o seu orçamento familiar. Embora não estivesse no início daquele processo, no entanto, era com muito orgulho que não tinha nenhuma dúvida que a Câmara Municipal continuasse a contribuir com dois milhões e oitocentos mil euros por ano, podendo aumentar a comparticipação, porque estava previsto, tal como já tinha sido aprovado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal e em todas as assembleias municipais da Área Metropolitana de Lisboa, que aquele processo pudesse avançar, passando a gratuitidade dos 12 anos para os 18 anos e que as pessoas com mais de 65 anos deixassem de pagar o valor do passe. Aquele era o projeto que estava em desenvolvimento e seria o próximo passo daquele projeto.

Quando alguém, com responsabilidades, colocava questões político-partidárias num processo daqueles, lamentava profundamente, que do ponto de vista político era aquilo que mais baixo poderia acontecer, quando estava em causa o bem-estar das populações, do ponto de vista do direito à mobilidade de todos, mas também das consequências que aquelas decisões tinham nos orçamentos familiares. Aquele processo tinha entrado em vigor em 2019 e na altura tinham sido bem elucidativos os resultados que aquelas decisões tiveram nos orçamentos familiares, sobretudo das famílias com orçamentos familiares mais frágeis. Estavam a falar de uma redução mensal do orçamento familiar, de 150 a 250 euros por mês.

Aquilo não era um aumento das pensões nem um aumento dos salários que o Poder Central tinha todo o dever de fazer sempre que fosse possível. Tinha sido uma decisão dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa para fortalecer os orçamentos familiares, sobretudo daqueles que precisavam do transporte público para se movimentarem. Tendo um alcance maior, na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente, porque a utilização de transportes públicos implicava que as pessoas deixassem de utilizar os transportes particulares e ao fazê-lo, melhoravam substancialmente a qualidade do Ambiente na Área Metropolitana de Lisboa. As questões da saúde e da qualidade de vida das pessoas, era tudo aquilo que estava em causa, por essa razão a sua revolta com a intervenção do senhor Vereador Joel Marques, não a podia deixar de manifestar e da forma como estava a fazer.

Solicitou, independentemente das diferenças, perante uma situação tão grave como a nossa população estava a atravessar que houvesse contenção naquilo que eram as afirmações que se faziam, em momentos e em situações tão graves como aquelas que se estavam a viver. Sugeriu que deixassem aquele tipo de manifestações para outra altura, haveria sempre tempo para fazer isso, não o deveriam fazer numa situação daquelas. Independentemente de considerarem que as manifestações eram as melhores formas ou que o encontro com as populações seriam "fait-divers". Na realidade não estiveram presentes à frente das populações para ouvir aquilo que era o dramático da vida de cada um, colocada olhos nos olhos e que o executivo CDU, em colaboração com as juntas de freguesia, enfrentara e assumira a responsabilidade, ao contrário daquilo que era afirmado que nos dirigíamos para nos desresponsabilizarmos, quando na realidade tinham ido assumir a maior responsabilidade perante aqueles que sofriam todos os dias aqueles problemas. Tinha sido

aquilo que tinham feito e era aquilo que continuavam a fazer. Por essa razão, solicitou para que não fizessem guerras político-partidárias em torno de um problema daquela dimensão.

**Sr. Vereador Fernando José** – Referiu que a forma como o senhor Presidente classificara a intervenção do senhor Vereador Joel Marques, só desclassificava uma vez mais a sua intervenção e desprestigiava o lugar que ocupava. Não estavam habituados àquele tipo de intervenções, embora elas viessem a ser usuais da sua parte, sempre que se dirigia aos Vereadores do Partido Socialista. Aquilo que o senhor Vereador Joel Marques começou por dizer também os Vereadores do Partido Socialista se reviam naquele projeto e se orgulhavam daquele projeto, aquilo que não se podiam orgulhar era da forma como aquele processo tinha sido conduzido. Por mais adjetivações que o senhor Presidente encontrasse, por mais narrativa que tentasse encontrar, por mais alto que levantasse a sua voz para tentar desviar o assunto principal, na verdade tinha havido um concurso que tinha sido ganho, porque alguém o tinha avaliado e na sindicância que tinha feito entendera que aquela empresa tinha todas as condições. Tinha havido por parte da Câmara Municipal de Setúbal aquele reconhecimento, tinha havido por parte da Câmara Municipal na pessoa do senhor Presidente a antecipação em um mês do início da concessão, tinha havido por parte do senhor Presidente a inauguração na primeira volta que tinha dado de forma triunfal, num autocarro passeando por toda a cidade e dando entrevistas sobre a bondade daquele projeto. Tinha feito o seu papel político e nada tinham a criticar, mas com o decorrer da concessão depressa verificaram bem como o senhor Presidente verificou também que as coisas não estavam a correr bem. Verificaram que nos meses que se seguiram à empresa ter entrado em funções no nosso concelho que as coisas não estavam a correr bem. Os setubalenses estavam nas paragens e o autocarro teimava em não passar. No dia 20 de julho, os Vereadores do Partido Socialista alertaram o senhor Presidente para a necessidade em agir, para a necessidade em fazer alguma coisa. Alertando como prioritário, assegurar que as crianças que iriam ter o início do ano letivo em breve, não ficassem nas paragens de autocarro à espera do autocarro que não passava. Aquilo tinha sido no dia 20 de julho, passaram-se dois meses. Aquilo que o senhor Presidente decidira fazer dois meses depois, já com o ano letivo em curso, terá sido reunir com a população para verificar precisamente aquilo que já todos tinham verificado, ouvir as queixas da população que todos estavam a sentir. Aquilo que o senhor Presidente depois decidira fazer terá sido uma manifestação contra a empresa.

Sempre que havia um descontentamento avançavam com uma manifestação promovida pelo Presidente da Autarquia. Iriam ver quando iriam ter uma manifestação contra o estacionamento tarifado na cidade, porque existia também um descontentamento generalizado, certamente que o senhor Presidente haveria de estar também a preparar uma manifestação contra o estacionamento tarifado. Naquele caso, tinha havido falta de ação e de assertividade da parte do senhor Presidente. O senhor Presidente não podia vir dizer que tinha havido um ataque político-partidário. Claro que era político-partidário, claro que se tratava de política, tratava-se de agir e era isso que lhe era pedido. Era pedido para que o senhor Presidente agisse. No dia 20 de julho tinha sido dito que a situação não estava a correr bem e que tinham de antecipar um problema que estava previsto chegar. Solicitara ao senhor Presidente que fosse ler a ata e que recordasse as palavras que lhe tinham sido ditas no dia 20 de julho, as quais assentavam atualmente que nem uma luva, àquilo que se estava a passar. Não eram adivinhos, mas estavam a adivinhar o que iria acontecer.

Acontecera a mesma coisa com o processo dos Ucrrianos, avisaram o senhor Presidente que nada fizera e depois foi o que se tinha visto, pois tinha acontecido a mesma coisa. A questão era muito simples, o senhor não podia estar a assobiar para o ar, dizendo à população que a culpa era da empresa quando, na realidade, a culpa era do senhor Presidente. O senhor Presidente devia assumir a sua responsabilidade e tinha sido isso que o senhor Vereador Joel Marques tinha dito. O senhor Presidente tinha de assumir a sua responsabilidade e não era através de manifestações para a rua contra a empresa que ia deixar de ter essa responsabilidade. A responsabilidade era do senhor Presidente. Os Vereadores do Partido Socialista não estiveram naquelas reuniões, porque não tinham sido

convidados, o senhor Presidente podia ter enviado um email, não precisava de telefonar ou pedia ao seu Chefe de Gabinete para estarem presentes nessas reuniões, mas não o tinha feito. Certamente que tinha falado com os seus camaradas, mas com os Vereadores do Partido Socialista não tinha falado para que estivessem presentes naquelas reuniões.

**Sr. Presidente** – Disse que não delegava as suas responsabilidades.

**Sr. Vereador Fernando José** – Ninguém estava a pedir para delegar as responsabilidades, apenas estava a responder àquilo que o senhor Presidente tinha dito, que os vereadores da oposição não tinham estado olhos nos olhos com a população. Não estiveram porque não tinham sido convidados para poderem estar presentes, caso contrário, tinham estado presentes.

Os Vereadores do Partido Socialista não admitiam aquele tipo de classificação por parte do senhor Presidente, quanto às intervenções que eram feitas pelos Vereadores do Partido Socialista, uma vez que eram responsáveis pelas suas intervenções e não aceitavam aquele tipo de adjetivação, por quem tinha a obrigação de conduzir aquelas reuniões com o mínimo de urbanidade, a forma como se tinha dirigido ao senhor Vereador Joel Marques, não admitiam e repudiavam totalmente aquela forma de intervir.

Reafirmavam que a responsabilidade era do senhor Presidente da Câmara, que tendo sido alertado no dia 20 de julho, deveria ter encontrado uma solução. Não era normal que dois meses depois, as crianças, tal como tinha referido, que vinham de Azeitão ficavam na paragem constantemente à espera do autocarro que não passava, assim como as crianças que ficavam em Setúbal, não era uma situação normal. Muito menos normal tinha sido o facto de ter dito em Azeitão, "*Nem que o problema tivesse que ser resolvido através do aluguer de táxis*". Não tinham estado presentes naquelas reuniões, mas houve quem estivesse e ouvira em todas as reuniões aquilo que tinha sido dito, tanto pelo senhor Presidente como pela população.

**Sr. Presidente** – Disse que não retirava nada daquilo que tinha dito e reafirmava perante um problema tão grave que a população do concelho de Setúbal estava a viver, existir um vereador que tivesse levado para a reunião de câmara a resolução de uma situação, como sendo uma questão político-partidária, seria do mais baixo nível político.

Podia eventualmente não ter pretendido que aquela questão ficasse colocada no ponto em que tinha ficado, mas era preciso que ela ficasse bem registada, porque tinha sido das coisas mais baixas em política que podia ter acontecido.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que não tinha feito as contas, tratava-se de um valor que tinha sido partilhado na reunião ordinária dia 18 maio de 2022, pela senhora Vereadora Rita Carvalho, ao qual terá enfatizado no sentido de terem uma palavra muito considerável naquele procedimento. Obviamente que ninguém colocava em causa todo aquele processo. Enquanto utilizadora de transportes públicos, disse que tinha deixado de pagar 157 euros por um passe, para passar a pagar 40 euros.

De acordo com aquilo que lhes tinha sido apresentado, iriam ter um aumento do serviço de 43%, na Área Metropolitana e em Setúbal o aumento de serviço seria mais 65%, significava que iriam ter mais horários, mais autocarros e mais circuitos. Aquilo que lhes tinha sido apresentado e que os levou a todos a ficarem entusiasmados, pessoalmente a quem utilizava os transportes públicos, significava que iria surgir um super serviço que todos poderiam usufruir, mas que na verdade tinha sido uma fraude, porque se tinha tornado um caos. Não pretendia alongar mais com o tema, uma vez que o PSD trazia uma moção e não valeria a pena duplicar a discussão, até porque já iam muito adiantados no período de antes da ordem do dia.

Informou o senhor Presidente que tinham sido bastante passivos, porque não podiam continuar a permitir aquilo que se estava a passar. Existiam pais que tinham tido falta nos locais de trabalho, porque tinham de sair para levar os filhos às escolas. Aquele novo serviço



de transporte tinha vindo trazer problemas graves às famílias. A empresa em questão tinha de ser responsabilizada, porque não podiam esquecer que havia um contrato e que o contrato tinha que ser cumprido.

Havia outras questões que convinha apurar, mas essas seriam deixadas para a moção, para não estar a duplicar e a ocupar mais tempo.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que existia um contrato e que a melhoria do serviço para os transportes públicos em Setúbal passava pelo cumprimento do contrato. Quando existia uma empresa que tinha uma reputação e um trabalho a nível mundial, com vários serviços envolvidos, uma empresa cotada na bolsa de Londres, que concorria a concursos internacionais, tendo todas as condições para poder cumprir o caderno de encargos, certamente que ficariam convencidos que a empresa estava em condições de fazer o trabalho e eram aquelas as expectativas que tinham. As penalizações à empresa estavam a ser aplicadas, mas a questão não era uma questão das penalizações, porque estavam a ser aplicadas, se não houvesse o pagamento das multas e das coimas que seriam aplicadas à empresa, naturalmente que os tribunais haveriam de resolver, mas isso não resolvia o problema das pessoas que não tinham autocarro. Naquele momento acompanhavam todo aquele processo, tendo a informação tal como todos os presidentes de câmara tinham da aplicação das multas e dos processos que a TML estaria a aplicar à empresa, mas isso era um processo paralelo, porque a sua primeira preocupação era ter autocarros para as pessoas poderem movimentar-se, o resto seriam processos administrativos e judiciais.

Disse que tinha pedido com carácter de urgência uma nova reunião, no sentido de se encontrar um caminho para garantir o cumprimento daquele contrato. Não lhe competia ir mais longe por agora, estavam a ser estudadas alternativas num quadro extremamente difícil para resolver aquele problema. Tratava-se de um quadro geral, que não era apenas da empresa ou da Área Metropolitana, era um quadro geral nacional e internacional e era naquele quadro que estavam a procurar encontrar uma solução, sendo que a primeira coisa a fazer seria pressionar a empresa no sentido de que cumprir o contrato que assinara, o qual tinha sido criada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que tinha ficado bem registado o baixo nível, mas o baixo nível de exigência que a Câmara Municipal tinha para com as entidades a quem delegara as competências no âmbito dos transportes metropolitanos, tal como tinha ficado bem registado o baixo nível de soluções que se procuraram encontrar, primando pela sua ausência, particularmente no que respeitava ao transporte escolar. Recordou que tinham decorrido 17 dias desde o início do ano letivo, quando numa entrevista a um canal televisivo nacional a vereadora com o pelouro da mobilidade dizia, que a Câmara estava ainda a fazer consultas a empresas privadas no sentido de encontrar soluções para os alunos que estavam mais deslocados, entretanto, passaram mais 9 dias e de acordo com a intervenção inicial do senhor Presidente sobre aquele tema, continuavam ainda a fazer consultas, continuavam ainda à procura de uma solução que não vinha, talvez porque tivessem começado a procurá-la demasiado tarde. Ainda não tinham conseguido perceber quais eram as soluções e qual era o grau de exigência que o senhor Presidente preconizava para com as entidades que eram responsáveis pela concessão, em quem a Câmara Municipal de Setúbal delegara as suas competências, porque sobre isso ainda não ouviram uma única palavra da parte do senhor Presidente.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o senhor Vereador Fernando José tentara emendar a intervenção do senhor Vereador Joel Marques, que naquela segunda intervenção também tentara retificar com aquele exercício retórico, no entanto, as palavras foram ditas.

Disse que discordava do senhor Presidente no apelo que tinha feito à bancada do Partido Socialista, porque ele já tinha sido feito em outros momentos e, infelizmente, até na expectativa do novo exercício do mandato da concelhia, que o senhor Vereador Fernando

José iria exercer, ao qual também aproveitava para o cumprimentar, a propósito dessa situação, na expectativa de que se alterasse o comportamento ético e de elevação, no entanto, aquela atitude não era nova e lamentava ter que transmitir àquela Câmara, a atitude do Partido Socialista sobre a forma como tratava temas naquela Câmara ao longo daquele mandato, mesmo com a disponibilidade para o diálogo, mesmo no exercício de demonstração de querer sempre consensualizar, naquela vontade de apresentar propostas, não seria nada de novo.

Bastava recordar a forma como trataram o caso da morte da trabalhadora na Câmara Municipal de Setúbal e as intervenções que tinham feito naquela Câmara.

Bastava lembrar a forma como trataram o assunto e quiseram capitalizar a forma de colocar em causa o exercício das funções daquela Câmara Municipal com a situação dos refugiados. Bastava relembrar, ainda neste período antes da ordem do dia, a forma como tinha sido abordada a situação do leite nas escolas municipais, e bastava relembrar as palavras objetivamente ditas pelos senhores vereadores, em particular o senhor Vereador Joel Marques sobre aquela situação. Não tivessem dúvidas, porque não havia vontade de concertar.

Quando se dizia de uma forma absolutamente boçal, que o senhor Presidente da Câmara Municipal andara numa volta triunfal pela cidade, havia que relembrar que o senhor Presidente da Câmara Municipal não andara sozinho e terá levado consigo vários presidentes de diferentes autarquias.

Questionou se poderia terminar a sua intervenção. Era bom que todos pudessem ouvir o tom do Partido Socialista, dando como exemplo “já levas a resposta” ou até mesmo “já vão ver”. Aquela era a nota com que infelizmente, muitos dos debates naquela Câmara se fazia. Aquilo não tinha a ver com discussão argumentativa, mas com elevação ética. Podiam discordar, podiam achar que os pontos de vista eram diferentes, na realidade aquilo que pretendia subscrever era solidariamente estar ao lado das afirmações do Presidente da Câmara Municipal. A utilização de nomes por parte do Vereador Joel Marques tinha uma intencionalidade, os nomes a quem pretendia atribuir responsabilidades tinha a ver com razões de ordem político-partidária, não tinha a ver com responsabilização.

Questionou o senhor Vereador Joel Marques por que razão não dizia os outros nomes das pessoas que estavam envolvidas.

O senhor Vereador Joel Marques uma vez mais fazia aquele tipo de exercício que era lamentável.

Questionou o senhor Vereador Joel Marques se acharia que alguém estivesse mais penalizado sobre a situação que todos os setubalenses, os azeitonenses e todos aqueles que utilizavam os transportes públicos, se estariam mais preocupados do que o próprio executivo municipal.

Questionou o senhor Vereador Joel Marques se estaria mais preocupado do que estava o senhor Vereador Pedro Pina.

Questionou o senhor Vereador Joel Marques se tinha feito mais do que aquilo que tinha feito todos os vereadores daquela Câmara Municipal.

Questionou o senhor Vereador Joel Marques se achava quando a senhora Vereadora Rita Carvalho e o senhor Presidente da Câmara Municipal tinham reuniões na AML, ou quando tinha reuniões com seus camaradas do Partido Socialista na própria AML, tentando encontrar soluções conjuntas, ao contrário daquilo que os senhores faziam ali sobre aquela matéria, o que se tinha feito no quadro da AML, se não seria tentar encontrar soluções conjuntas.

Todos os eleitos, nomeadamente presidentes de outras autarquias sentiam perfeitamente aquelas circunstâncias. O Presidente da Câmara Municipal já tivera várias oportunidades de explicar as decisões que tinham sido tomadas por outras autarquias em conclusão daquilo que se estava a passar, os quais estariam profundamente solidários com a situação que estava a viver o Município de Setúbal. Os senhores Vereadores tinham legitimidade para dizer que era inclassificável o que se estava a passar, o sofrimento das pessoas, mas como deveriam calcular, mais do que ninguém, o executivo municipal estava empenhadíssimo em

pretender que rapidamente as pessoas chegassem a horas aos seus trabalhos, que as crianças chegassem a horas às escolas, que as pessoas pudessem ir às consultas.

Sem prejuízo de trazer os problemas, de colocar as dificuldades, era bom que o fizessem com elevação e não querendo apenas assacar a responsabilidade pela responsabilidade a quem quer que fosse, fosse qual fosse o partido, porque tinha sido aquilo que o senhor Vereador tentara fazer. O que nada contribuiria nem para a resolução do problema, nem para a questão essencial. Era lamentável que aquilo tivesse acontecido.

A sua intervenção não era para ser aquela, mas não podia deixar passar em claro quando se faziam afirmações gratuitas da forma como tinham sido feitas, que em nada contribuíam para a discussão nem para a elevação daquela Câmara.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que tinha ficado abesbilico com a intervenção do senhor Vereador Pedro Pina, porque quando falava em elevação só se fosse em elevação de voz, tinha sido aquilo que o senhor Vereador ali tinha feito, tinha sido a gritar no sentido de chamar a si a razão. Não era por elevar a voz naquele tom exaltado que iria chamar a si a elevação ética. Os Vereadores do Partido Socialista uma vez mais, não aceitavam aquela adjetivação, cabia ao senhor Presidente chamar a atenção dos Vereadores que estavam em intervenção, como muitas das vezes fazia, sendo que umas vezes bem outras vezes mal, relativamente a vereadores da oposição, também deveria chamar a atenção dos seus camaradas, por que não ficava bem a utilização de determinadas expressões, desde a adjetivação relativamente às intervenções que foram proferidas. A utilização “boçal” adjetivando a intervenção do senhor Vereador Joel Marques, em nada estaria relacionado com elevação. Não aceitavam aquele tipo de intervenções, porque não consideravam que trouxesse alguma elevação ou algum contributo para o debate. Já não era a primeira vez que o senhor Vereador Pedro Pina fazia aquele tipo de intervenções. Cabia-lhes dizer que não existia uma oposição boa, quando ela era feita pelo PCP noutras autarquias e havia uma oposição má quando era feita pelo Partido Socialista em Setúbal. Aquilo que os vereadores do Partido Socialista estavam a fazer, desde o início do mandato e já o tinham feito nos mandatos anteriores, era uma oposição responsável, uma oposição crítica, assertiva, uma oposição que trazia propostas, as quais eram trazidas após auscultação das populações.

A CDU, o Partido Comunista, faziam o seu trabalho, o PS fazia o seu trabalho, em determinados momentos era possível caminharem juntos, noutras situações não era possível. Entendia que era o momento de pararem com aquele tipo de adjetivação, já não era a primeira vez que acontecia e que em nada dignifica o órgão Câmara Municipal de Setúbal.

O senhor Vereador Pedro Pina tinha tido um mau momento na sua intervenção, certamente que iria refletir nas expressões que utilizara, não em público, porque não era pessoa para isso, mas em privado acabaria por pedir desculpa por aquilo que tinha acabado de dizer.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando José que lhe ficava muito bem aquela sua veia.

**Sr. vereador Paulo Calado** – Disse que a discussão já ia longa, pelo que gostaria de fazer uma síntese intercalar, porque também tinha sido mencionado o nome do PSD.

Tratava-se de uma técnica que vinha sendo aplicada, principalmente pelo Partido Socialista em que era tudo igual, no entanto, não eram todos iguais. A Área Metropolitana de Lisboa era composta por dezoito municípios dos quais nove estavam na Península de Setúbal e outros nove na margem norte da Grande Lisboa e existiam três municípios que eram geridos pelo PSD, sozinho ou em coligação, que era o caso de Lisboa, Cascais e Mafra.

A solução que se tinha conseguido, e ainda bem, ainda no ano de 2005, tinha sido aprovado legalmente, uma Autoridade Metropolitana de Transportes, feito num Governo do Partido Social Democrata. O que seria normal, numa Área Metropolitana como aquela, tal como acontecia noutros países, que fosse gerido pelos vários municípios, porque com os movimentos pendulares teria que existir uma gestão em conjunto, não só dos transportes, mas da mobilidade em geral.

Disse que se sentia defraudado por duas razões, como autarca e como utilizador dos transportes públicos. No dia 1 de junho tinha sentido o entusiasmo de verificar que haveria alterações substanciais para os utilizadores dos transportes públicos, só nesta zona de Setúbal e de outros concelhos da península, mas não de todos, do chamado lote 4. Sendo que um mês depois seria aplicado noutros concelhos, mas na realidade, não terá acontecido, porque tinha corrido muito mal em Setúbal.

Não se tinha esquecido do discurso feito pela Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, que era Presidente da Câmara da Amadora, a qual terá tido um deslize e terá dito que era graças ao Governo do PS. Tendo ficado elucidado pela postura naquele dia que os senhores teriam que se entender na reunião de Câmara, uma vez que se entendiam na Área Metropolitana de Lisboa.

Enquanto o PSD, em todas as reuniões, alertara para o que tinha acontecido, não só porque tinham conhecimento direto como eram abordados por inúmeras pessoas, pelo que não compreendiam todo aquele tempo para reagir.

Tinha dito naquele espaço várias vezes, estando na presença de uma empresa privada não fazia a ideia como é que tinha corrido o concurso, no entanto, aquela situação tinha que ser explicada, porque era uma confusão para as pessoas. Inclusivamente os próprios motoristas é que sugeriam aos utentes que se dirigissem à Câmara e escrevessem no livro de reclamações, fazendo queixa do que se estava a passar, porque a confusão era total. Talvez tivesse acontecido aquela confusão, porque se tinha utilizado o Jornal Municipal para fazer grande publicidade daquilo, e terá sido nessa altura que começara o equívoco das pessoas. Os Vereadores estavam esclarecidos, porque a Câmara Municipal não tinha poder efetivo sobre a empresa e quem o tinha era os Transportes Metropolitanos de Lisboa. Cabia à Câmara e ao senhor Presidente em particular, junto dos seus pares e junto do Secretário Metropolitano, que inclusivamente era da CDU. Tinha que haver politicamente o entendimento para resolver aquilo, se já não era possível voltarem aos TST, também não poderiam ficar nas mãos de uma empresa, senão, como diria a CDU nos bons velhos tempos, “*estavam na mão do grande capital*”, o que não poderia ser, haveria que aplicar as penalidades.

Pretendia sugerir não só naquela matéria como noutras, que era importante haver reuniões privadas para entenderem melhor os detalhes dos problemas daquelas questões. Não poderiam estar um dia inteiro a discutir aquela situação, uma vez que existiam outros temas e tinham outras matérias na ordem de trabalhos para a aprovar.

Vinha muitas vezes às reuniões de Câmara e não conseguia entender e não conseguia justificar, porque é que continuava tudo na mesma desde o dia 1 de junho. O senhor Presidente tinha feito fé em diversas reuniões que as coisas iriam melhorar, porque partira do pressuposto que as suas “*démarches*” iriam levar a uma solução, mas na verdade é que não levaram e aquilo teria que ter uma solução. Não sabia se aquela empresa tinha sido a única classificada, se haveria uma segunda, porque em termos contratuais quando a primeira empresa não estava a cumprir, podia-se passar para a segunda empresa classificada no concurso. Os Transportes Metropolitanos de Lisboa tinham que ponderar aquela situação e a mesma poderia ser sugerido pela Câmara de Setúbal. Não sabia se já tinha sido sugerido ou não, mas a verdade é que não viam solução à vista. Tinha alertado antes do início do ano letivo, para aquilo que ali tinha sido mencionado, que era o risco de as crianças não terem transportes.

Já tinha acontecido nas praias situações um pouco complicadas, com as pessoas à torreira do sol, porque não havia sombras possíveis para filas enormes. Sendo que com as crianças a situação era mais grave. Era tudo aquilo que tinha que ser explicado e não sabia se tinha sido aquilo que tinham feito nas reuniões com a população. O diagnóstico estava feito, agora teriam de ter o remédio para a situação.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Relativamente à dignificação do Órgão, disse que tinham começado a reunião às 16h30 e eram 19h30 e ainda não tinham entrado no período da ordem do dia, pelo que teriam que pensar em rever a questão do período de intervenção do público, porque não lhe parecia de todo razoável que o público passasse horas de espera

seguidas para poderem colocar os seus problemas. A título de exemplo, referiu que tinha estado na sala de reuniões uma senhora que provavelmente vinha para usar da palavra que trazia duas crianças que até já estavam a dormir. Tinham de ter alguma sensibilidade para com quem ali vinha, porque seria à população que deviam em primeira instância todo o respeito. O Regimento previa aquela situação, pelo que em futuras reuniões deveriam ter essa situação em conta, porque não gostaria de estar quatro a seis horas a assistir a uma discussão para poder colocar um determinado problema.

De imediato passou a ler a seguinte moção “Serviço rodoviário no Município de Setúbal”, conforme anexo à presente ata sob o registo n.º 9.

**“Moção  
Serviço rodoviário no Município de Setúbal**

*A concessão de transportes públicos rodoviário foi adjudicada pela empresa Alsa Todí, que venceu o concurso internacional, lançado pela Área Metropolitana de Lisboa e que foi apresentada como uma verdadeira revolução dos transportes públicos rodoviários, estava para chegar uma nova Era através da marca Carris Metropolitana – autocarros mais acessíveis, com maior conforto, conectividades e segurança, mais linhas, mais horários e cobertura alargada e melhores ligações.*

*No dia 1 de junho entrou em funcionamento a operação da Carris Metropolitana, tendo apresentado nos primeiros dias de funcionamento algumas dificuldades, o que de certa forma, acabamos por aceitar com alguma normalidade, são apenas os primeiros dias.*

*Mas os primeiros dias transformaram-se em semanas e as semanas em meses. Passaram mais de 4 meses desde o início da operação e a palavra que melhor define este serviço, se é que podemos considerar que temos um serviço, é caos.*

*Os problemas persistem e são de várias ordens, vão desde a inexistência de paragens que deveriam existir, a autocarros que não passam constantemente, horários que não são cumpridos, horários afixados incorretamente, inexistência de sistema de controlo que permite verificar em tempo real os minutos até à chegada do autocarro, paragens trocadas, há de tudo. Problemas agravados com o início do ano letivo, onde se tem registado inúmeros episódios que resultam em graves danos para as famílias e para a atividade letiva – temos conhecimento de vários pais que estão a ser penalizados nos seus trabalhos por chegarem atrasados, uma vez que têm de levar os filhos à escola.*

*Não podemos deixar de frisar, que toda esta situação agrava o rendimento das famílias e empresas, já por si bastante penalizado com o início do contrato de concessão do estacionamento tarifado.*

*Há quatro meses que esta questão tem merecido a nossa preocupação e por diversas vezes temos reforçado a necessidade de firmeza e exigência junto da concessionária, temos de exigir respostas e ações concretas.*

*O Executivo Municipal decidiu promover reuniões em todas as freguesias para conhecer os problemas que os municípios têm enfrentado nestes 4 meses e culminou com uma manifestação – estas ações traduziram-se em melhoria do serviço? Não. E é quase impossível que só tenham tomado conhecimento da dimensão do problema 4 meses depois, basta percorrer a cidade para os constatar, sendo que muitos destes problemas foram trazidos por municípios a reuniões de Câmara e expostos por via eletrónica através dos canais disponíveis para o efeito.*

*Desconhecemos o impacto destas ações, até porque nenhuma delas tem impacto direto junto de quem tem de ser responsabilizado, parece que todos estamos esquecidos de que há um Caderno de Encargos – há um contrato para cumprir.*

*Assim face ao exposto, apelamos ao seguinte:*

*- O Executivo deve promover reuniões diárias junto da Empresa TML e da Alsa Todí, onde transmite as falhas verificadas e se exige a imediata resolução, só assim será possível começar a corrigir os inúmeros problemas existentes;*

- O Executivo deve promover uma relação de proximidade com o concessionário, no sentido de salvaguardar os interesses da população, mas não deve continuar a financiar um serviço que não funciona e que é pago pelos munícipes e deve equacionar, com urgência, a aplicação de penalidades pelo incumprimento do contrato;
- O Executivo deve averiguar se a Alsa Todí está a prestar Serviços Ocasiais e Serviços Regular Especializados, uma vez que o Caderno de Encargos é bastante claro quanto à prestação destes serviços – pode fazê-lo desde que não prejudique o funcionamento normal e com qualidade da Prestação de Serviços, devendo sempre prevalecer o cumprimento da Prestação de Serviços no caso da impossibilidade de cumprimento em simultâneo desta e das demais atividades do ADJUDICATÁRIO – não há funcionamento normal nem qualidade.”

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o tempo era o melhor conselheiro e trazia sempre ao de cima a razão. Ainda no início daquele mandato, os Vereadores do Partido Socialista tinham chamado a atenção para o facto de existirem dois deputados naquela Câmara Municipal e da necessidade para o bom desempenho das funções enquanto vereadores e deputados para que reuniões de Câmara começassem um pouco mais tarde, o que não tinha sido aceite pela maioria constituído pela CDU e pelo PSD, mas na última reunião tiveram o senhor vereador Fernando Negrão a dizer que as reuniões deveriam começar mais tarde.

Naquele dia também tiveram uma situação à qual chamavam a atenção, os vereadores do PS também tinham proposto que o público fosse ouvido em primeiro lugar no Regimento, passando a prioridade para o público. Tinha sido uma proposta não aprovada, uma vez mais, porque a maioria CDU e PSD não a aceitaram, mas iriam trabalhar para apresentar uma proposta no sentido de a população ser ouvida no início das reuniões de câmara, como acontecia nas assembleias municipais. Seria uma situação que entre todos poderia ser alterada e não haveria qualquer tipo de problema.

Disse que acompanhavam a Moção, que seria mais uma recomendação. O senhor Presidente e o executivo tinham caminhado naqueles passos, aquilo seria o reforço dos passos que tinham sido dados, embora sem grandes resultados. Como não tinham sido convidados para estarem nas reuniões, desconhecia se já tinha sido tentado, razão pela qual questionara se sabiam que existiam momentos críticos, o momento em que iniciavam as aulas, sendo que 8h da manhã era o momento crítico para as crianças que vinham de Azeitão e da periferia, bem como no final do dia, quando as crianças saíam por volta das 18h30.

Acabara de receber uma chamada da sua filha que o informara que os dois autocarros que eram para terem passado não passaram, significava que a filha continuava com os colegas na paragem de autocarro.

Tinha de ser dado “*um murro na mesa*” por parte da Câmara Municipal, bem como da parte do senhor Presidente e não uma manifestação à porta. Justificava-se “*um murro na mesa*” informando a empresa que teriam de fazer o reforço e colocar os autocarros naquelas horas. Desconhecia se isso tinha sido feito ou não, caso tivesse sido feito e não resultasse, teriam de voltar a insistir, porque era preciso dar uma resposta a toda a população. Aquelas situações eram críticas e já tinham sido alertadas no dia 20 de julho pela bancada do Partido Socialista, antes do ano letivo começar.

**Sr. Presidente** – Disse que até daria “*três ou quatro muros em cima da mesa*”, caso fosse a resolução para o problema, mas o senhor Vereador Fernando José apenas com “*um murro na mesa*” resolveria a situação e todos ficariam descansados.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que a questão dos serviços ocasionais tinha sido comunicada à empresa, determinando à empresa que não fizesse mais nenhum serviço ocasional, tendo a mesma sido proibida pela TML.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que aquilo decorria do contrato, mas tinha acontecido. Estavam a incumprir aquilo que era uma das cláusulas do contrato.

**Sr. Presidente** – Disse que não lhe sabia dizer, porque não conhecia o contrato em profundidade, no entanto, sabia que tinha sido detetado e que tinha sido determinado.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Informou o senhor Presidente que seria fácil, porque uma das cláusulas do contrato era precisamente sobre aquela questão. Havia duas coisas que se podia concluir, que a empresa estava a violar uma das cláusulas do contrato, o que lhes levava a outra questão, para aqueles serviços não haveria escassez de pessoas, porque as pessoas que estavam a fazer aquele serviço, poderiam estar a fazer os serviços de transporte municipal. Aquilo deveria fazer-lhes pensar, até nas próprias intenções daquela empresa. Havia questões que se resolviam com muita facilidade, que passava por pegar num horário, retirá-lo da paragem errada e colocar noutra paragem. Com aquilo que o senhor Presidente lhes estava a dizer só podia concluir que a empresa incorrera no incumprimento e não cumprira uma das cláusulas do contrato.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que quando a situação foi detetada tinha sido determinado à empresa para que não fizesse mais serviços ocasionais, naturalmente que haveriam de ser aplicados os procedimentos que o caderno de encargos estabelecia relativamente àquela situação.

Relativamente à questão de resolver aquele problema, não tinha na sua presença os dados exatos, mas daria números aproximados àquilo que estaria em causa. O que lhes tinha sido dito pela empresa Alsa Todi, era que faltavam 60 motoristas para a empresa poder cumprir o contrato. A propósito daquilo que escrevera na Moção, disse que o executivo CDU entendia que embora não sendo a Câmara Municipal a responsável pelo contrato, tinham uma responsabilidade indireta e tratando-se dos municípios do concelho não podiam nunca ficar alheios a qualquer problema que acontecesse às populações do concelho face à gravidade da situação. Desde agosto que a Câmara Municipal constituíra com o presidente da Câmara Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia no sentido de pedir explicações à referida empresa, tendo feito várias reuniões. A informação que o Presidente da Câmara e os Presidentes das Juntas de Freguesias tinham era uma avaliação que tinha a ver com aquilo que se passava no terreno. Não iam conhecer nada de extraordinário, independentemente da particularidade de algumas situações. A questão que se travava ali era o facto de as populações entenderem que os autarcas estavam presentes, solidários e compreendiam as dificuldades do que estava em causa. Quando existiam problemas, se tivessem junto das pessoas, naturalmente que estavam junto de quem estava a sofrer as consequências dos problemas. Aquela era a sua forma de estar na política e a CDU fazia daquela maneira. Podiam ser criticados, mas cada um tinha a sua forma de estar e de ver as coisas, era legítimo e não era isso que estava em causa, a CDU fazia daquela maneira e não foram conhecer os problemas, mas foram em muitos casos conhecer particularidades de situações, ter um conhecimento mais profundo da revolta que as populações tinham. Naturalmente que transmitiram aquilo que era o conhecimento que tinham da situação, bem como aquilo que tinham vindo a fazer junto de todas as entidades competentes, incluindo a própria empresa para resolver aquele problema. Quando concluíram que a empresa não tinha motoristas para garantir o serviço para que tinha sido contratado e não tinha organização para dar uma informação correta às pessoas, naturalmente que iniciaram o processo da consulta de outras empresas no sentido de poder ultrapassar o problema dos transportes escolares. O conjunto de empresas que tinham vindo a contactar nenhuma estava em condições de poder prestar aquele serviço na dimensão que se exigia. Aquilo que tinha acontecido na reunião da sexta-feira, em que a empresa tinha sido confrontada com todas as pressões, em que todos os que estiveram presentes na reunião transmitiram os factos que colocavam os transtornos na vida das pessoas, inclusivamente a estabilidade do emprego que por sua vez colocava em causa a estabilidade familiar. Não tinha os números exatos, mas poderia fornecer *a posteriori*, porque de acordo com aquilo que lhes tinha sido transmitido pela empresa eram necessários 60 motoristas para prestar o serviço, no entanto, aquela empresa tinha todos os autocarros que eram necessários de acordo com o que constava no contrato, sendo que alguns eram

autocarros novos, alguns precisavam de ser trocados, mais bem adaptados pela passagem nas pontes. Aquelas eram coisas que se resolveriam e não eram aqueles os problemas mais graves, o problema é que os autocarros existiam, mas não funcionavam porque precisavam de 60 motoristas. Para perceberem o quadro global daquela situação, também haveria que saber que os TST que tinham ganho o concurso do lote 3, que envolvia os municípios de Sesimbra, Almada e Seixal, precisavam de cerca 80 autocarros, precisavam de cerca de 180 motoristas. Não estava a dar os números exatos, daí a sua dificuldade, mas serviria para se perceber a dimensão do problema. Os dois outros concorrentes que ganharam os concursos na Área Metropolitana de Lisboa, no conjunto precisavam de 600 autocarros e precisavam de 800 motoristas. Disse que os vereadores tinham de perceber do que estavam a falar e do quadro em que aquela situação decorria.

Independentemente das questões político-partidárias, do papel de cada um, todos estavam profundamente sensibilizados para aquele grave problema. Naquilo que lhe cabia, faria tudo aquilo que pudesse fazer, para resolver aquele problema e a melhor forma de resolver aquele problema seria levar a empresa que ganhara o concurso o mais rapidamente possível a ter as condições para prestar aquele serviço. Não lhe competia naquele momento em falar, naquele espaço, de que existiam soluções alternativas que estavam a ser equacionadas e o senhor Vereador já tinha falado de uma solução.

No entanto, a questão que tinha levantado tinha implicações e que se poderia arrastar mesmo assim, sendo uma alternativa, mas que se poderia arrastar por vários meses e poderia até cair numa situação mais grave. Quando tinha dito o que se passara com os outros operadores que ganharam o concurso na Área Metropolitana de Lisboa, os TST faltavam 80 autocarros, os outros operadores da Área Metropolitana de Lisboa faltam 600 autocarros. Julgava que percebiam a mensagem que estava a passar, caso fossem para um segundo concorrente, podiam imaginar o que aquilo poderia significar.

Disse que não pretendia alongar mais naquela matéria, porque estavam a ser estudadas alternativas, hipóteses para resolver aquele problema, mas não havia dúvida nenhuma que a melhor solução, a qual esperava que fosse a mais rápida, que a empresa começasse a cumprir o contrato, porque tinham de perceber o quadro em que tudo aquilo estava a acontecer.

Gostaria que os Vereadores ficassem com aquela informação para perceberem melhor o que estava em causa e o empenhamento que todos tinham de ter, naturalmente que o Presidente da Câmara assumia essa responsabilidade de tomar toda a iniciativa para procurar resolver aquela situação. Tinha solicitado uma reunião com carácter de urgência à Área Metropolitana para voltar a colocar aquelas questões.

Não havendo mais intervenções sugeriu aos Vereadores do Partido Socialista que fizessem a apresentação das respetivas saudações.

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 a 17.

#### **“Saudação**

#### **Luís Ventura – Campeão do Mundo de Canoagem de Mar**

*Luís Ventura, sagrou-se Campeão do Mundo de Canoagem de Mar.*

*O atleta e dirigente do Clube de Canoagem de Setúbal, que representou o concelho de Setúbal e Portugal no "ICF OCEAN RACING WORLD CHAMPIONSHIP 2022" (Campeonato do Mundo de Canoagem de Mar), realizado em Portugal no dia 6 de outubro, conquistou a prova na categoria de "Masters - 40 aos 44 anos".*

*Competiu contra 20 adversários de 9 países nos 20Km da competição, extensão percorrida entre a Praia do Coral (Viana do Castelo) e a Praia de Ofir (Esposende), assegurando a mais alta posição do pódio que partilhou com o português Hugo Lima (2.º classificado) e com o espanhol Jonathan Rincon (3.º classificado).*

*Nesta mesma época, Luís Ventura sagrou-se também Campeão Nacional "Master A", após vencer as 4 etapas que constituíram o Campeonato Nacional da especialidade.*

*Destá forma, os Vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara no dia 12 de outubro de 2022, saúdam e felicitam Luís Ventura, bem como o Clube de Canoagem de Setúbal, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, que em muito enaltece o nome do concelho de Setúbal."*

#### **"Saudação**

#### **Bruno Cabrita – Campeão do mundo de Pesca Desportiva em Alto Mar**

*Bruno Cabrita, sagrou-se Campeão do Mundo de Pesca Desportiva em Alto Mar.*

*O atleta do Grupo Desportivo "Os Amarelos", que representou o concelho de Setúbal e Portugal no Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva em Alto Mar, em Albufeira, teria já conquistado, em julho deste ano, o Campeonato Nacional de Pesca em Barco Fundeado na 4.ª mão da 1.ª divisão desta disciplina.*

*Neste sentido, os Vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara no dia 12 de outubro de 2022, saúdam e felicitam Bruno Cabrita, bem como o Grupo Desportivo "Os Amarelos", fazendo votos de continuação do excelente trabalho, que em muito enaltece o nome do concelho de Setúbal."*

#### **"Saudação**

#### **Aniversário do Clube de Futebol "Os Sadiños"**

*O Clube de Futebol "Os Sadiños", fundado em 1946, é uma das emblemáticas coletividades do concelho de Setúbal.*

*Celebrou, no dia 5 de outubro, 76 anos de atividade desportiva e cultural, e de contributo para o desenvolvimento cultural e desportivo do concelho.*

*Mantém uma sede dinâmica e aberta à população, dinamiza a prática de diversas modalidades e organiza atividades de âmbito recreativo, sendo conhecido pela excelência do seu Grupo de Cantares Alentejanos*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara no dia 12 de outubro de 2022, saúdam e felicitam a coletividade pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho."*

#### **"Saudação**

#### **Aniversário do Juventude Azeitonense**

*O clube Juventude Azeitonense, celebrou o seu 69.º aniversário no passado dia 1 de outubro. Fundado em 1953, o clube sediado em Vila Nogueira de Azeitão, oferece a prática das modalidades de hóquei em patins e patinagem artística em diversos escalões. Participa e representa o concelho de Setúbal em competições distritais, nacionais e internacionais. Mais recentemente, os seus atletas da modalidade de patinagem artística integraram a equipa da seleção portuguesa, no Campeonato da Europa de 2022.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara no dia 12 de outubro de 2022, saúdam e felicitam o clube Juventude Azeitonense pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que de alguma forma contribuem para a sua atividade, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, e fazendo votos de continuação do bom trabalho."*

**“Saudação  
Aniversário do Estrelas do Faralhão Futebol Clube**

*Fundado em 1973, o Estrelas do Faralhão Futebol Clube originou de uma equipa de futebol criada em 1967 por um grupo de amigos. Surgiu com o intuito de suprimir a falta de oferta de atividades desportivas e recreativas à população do Faralhão.*

*Com uma história rica, repleta de sacrifícios e superação, o clube teve sempre uma forte ligação à prática da modalidade do futebol, expandindo-se também para a prática de chinquilha e atletismo.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara no dia 12 de outubro de 2022, saúdam e felicitam o Estrelas do Faralhão Futebol Clube pelo seu aniversário, bem como todos aqueles que contribuem de alguma forma para a sua atividade, reconhecendo a importância do movimento associativo para o desenvolvimento desportivo e cultural do concelho e fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**“Saudação  
Aniversário do Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão**

*Fundado em 1976, o CCDBA – Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão, celebrou o seu 46.º aniversário no dia 11 de outubro.*

*O CCDBA constituiu-se, ao longo dos anos, como um importante dinamizador do concelho de Setúbal, mais concretamente na Freguesia de Azeitão. Proporciona à população a oferta de modalidades como o futebol, capoeira, zumba, taekwondo e hip hop, bem como atividades de âmbito cultural e recreativo, como convívios e ateliers de pintura. Parte da sua atividade tem também uma componente social e comunitária, como é o caso da divulgação de recolhas de sangue.*

*Neste sentido e reconhecendo o papel do movimento associativo para o desenvolvimento cultural e desportivo do concelho, bem como para a promoção do bem-estar das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara no dia 12 de outubro de 2022, saúdam e felicitam a coletividade pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**“Saudação  
Clube Desportivo “Os Pelezinhos”**

*Fundado em 1981, o Clube Desportivo “Os Pelezinhos” celebrou o seu 41º aniversário no passado mês de setembro.*

*Tem como objetivos a promoção cultural, desportiva e recreativa, desenvolvendo uma atividade de formação desportiva que conduza à educação social dos jovens, com especial atenção àqueles que se encontram a viver em ambientes de risco.*

*Dados do clube indicam que entre 1981 e 2021 passaram pelo mesmo 8500 jovens.*

*Neste sentido e reconhecendo a importância do Clube Desportivo “Os Pelezinhos” para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, bem como para a formação dos jovens da nossa comunidade, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara no dia 12 de outubro de 2022, saúdam e felicitam o clube pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

### **“Saudação**

#### **Aniversário do Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol**

*A Associação Nacional dos Treinadores de Futebol é uma associação sindical que representa os treinadores portugueses e estrangeiros, seus associados, que exercem a sua atividade em Portugal. Tem como objetivo defender e promover por todos os meios ao seu alcance os interesses individuais e coletivos dos seus associados.*

*O Núcleo de Setúbal da ANTF, que representa os associados do distrito de Setúbal e promove atividades de formação e apoio aos treinadores, celebra o seu aniversário no dia 30 de setembro.*

*Neste sentido, os Vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara no dia 12 de outubro de 2022, saúdam e felicitam o Núcleo de Setúbal da ANTF pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que de alguma forma contribuem para a sua atividade, reconhecendo a importância do movimento sindical na proteção e luta dos direitos dos trabalhadores, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a sua bancada acompanhava as saudações apresentadas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Daniel Crispim Gomes Quintas, conforme documento anexo registado sob o n.º 18.

### **“Voto de pesar**

*Vêm os vereadores do Partido Socialista propor um voto de pesar a Daniel Crispim Gomes Quintas, trabalhador na Câmara Municipal de Setúbal e falecido no passado dia 25 de setembro.*

*Daniel Crispim, iniciou carreira na Câmara Municipal de Setúbal em agosto de 1994, tendo ingressado definitivamente nos quadros do município em agosto de 1998, onde ocupou várias funções até chegar a encarregado operacional no Setor Limpeza Urbana da Divisão de Higiene Urbana do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, funções que desempenhou até ao seu falecimento.*

*Reconhecido por todos os seus colegas como um homem dedicado, generoso e sempre disponível para ajudar seus pares, deixou cedo demais a sua família, amigos e colegas que tanto o admiravam.*

*A vereação do Partido Socialista endereça à família, amigos e colegas de trabalho, sentidas condolências e solicita que seja dado conhecimento deste voto à família e a todos os funcionários do município.”*

De imediato solicitou que se prestasse uma homenagem fazendo-se um minuto de silêncio.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Leu a seguinte recomendação, conforme documento anexo registado sob o n.º 19.

### **“Recomendação**

*Nos últimos 2 anos, a pandemia SARS-CoV-2 deixou marcas profundas na sociedade que se estendem muito para além das evidentes questões de saúde pública. A incerteza dos tempos que passámos contribuiu em muito para a introdução de alterações na economia mundial, de que a disrupção das cadeias de abastecimento e consequentes restrições à produção industrial são apenas um exemplo. A seca acentuada, fruto da aceleração das alterações*

climáticas, e as perniciosas consequências da guerra na Ucrânia, que se fazem sentir particularmente no exponencial aumento do custo da energia, convergiram também para que a inflação galopasse para valores de que não há registo nos últimos 30 anos. Para mitigar os efeitos adversos da inflação, o Governo anunciou recentemente um conjunto relevante de medidas:

*Apoio ao rendimento das famílias – Pagamento extraordinário de 125 euros a cada cidadão com rendimento bruto até 2.700 euros mensais, acrescido de um pagamento extraordinário de 50 euros por cada dependente, criança ou jovem, até aos 24 anos;*

*Apoio ao rendimento dos pensionistas – Pagamento de um suplemento extraordinário equivalente a meio mês de pensão. Esta medida extraordinária será paga de uma só vez em outubro;*

*Arrendamento – Limitação a 2% do valor de coeficiente de atualização das rendas de habitações e comerciais para 2023 conjugada com uma compensação aos senhorios da redução do IRS e IRC;*

*Eletricidade – Descida, em outubro, do valor do IVA que irá descer de 13% para 6%, esta descida abrange apenas os primeiros 100 kilowatt-hora de consumo mensal para potências contratadas até 6,9 KVA;*

*Gás – Possibilidade de regresso ao mercado regulado, limitação a 3,9% o aumento da tarifa regulada a partir de outubro.*

*Combustíveis – Suspensão do aumento da taxa de carbono, devolução aos cidadãos da receita adicional de IVA e redução do imposto sobre os produtos petrolíferos;*

*Transportes – Congelamento de todos os aumentos dos passes de transportes públicos e de bilhetes da CP em 2023.*

*Este conjunto de medidas de apoio às famílias permitirá um alívio no orçamento de cada agregado, traduzindo-se num alívio do impacto inflacionista no dia-adia dos portugueses. Contudo, face ao contínuo aumento do custo vida, que em Setúbal é agravado pela disseminação de estacionamento pago e pela incerteza decorrente de um mau serviço de transporte público (e que força os cidadãos ao uso de transporte próprio ou de outras formas de transporte público individual, soluções que sobrecarregam os orçamentos das famílias), é particularmente oportuna a adoção de medidas locais de apoio aos munícipes residentes no concelho de Setúbal.*

*Na procura de soluções que garantam um Município mais justo, mais equilibrado, mais solidário e mais harmonioso, os Vereadores do Partido Socialista recomendam que a Câmara Municipal de Setúbal implemente as seguintes medidas:*

- 1. Isenção de custos, no acesso aos transportes públicos, para todos os estudantes do ensino obrigatório que residam na área geográfica do concelho e aqui estudem;*
- 2. Isenção de taxas municipais de ocupação de via pública e publicidade;*
- 3. Isenção de taxas de utilização nos espaços culturais e desportivos;*
- 4. Congelamento do aumento das taxas e rendas municipais habitacionais e comerciais (onde se incluem os mercados municipais) para o ano de 2023;*
- 5. Redução da tarifa da água no concelho no ano de 2023;*
- 6. Criação do Fundo de Emergência Social:*

*Embora recaia sobre o Estado a responsabilidade pelas políticas de inclusão e de apoio aos mais carenciados, em função da emergência social que vivemos, entende-se como prioritária uma intervenção direta do Município através de políticas ativas que atenuem o sofrimento das pessoas e das famílias que vivenciam dificuldades.*

*De forma a proporcionar aos munícipes melhores condições de vida e igualdade de oportunidades, para que lhes seja possível realizar uma cidadania plena, recomenda-se a criação do FES, que tem como objetivo a definição e implementação de critérios e regras para a prestação de apoio financeiro pontual, de carácter urgente e inadiável, a agregados familiares residentes no concelho de Setúbal, de forma a suprir ou minorar necessidades prementes, devidamente fundamentadas e documentadas nas áreas do apoio alimentar, saúde, habitação e outras áreas consideradas essenciais (de que são exemplos o apoio alimentar excecional e de transição; a aquisição/reparação de bens ou de serviços essenciais*

*e indispensáveis à subsistência e à manutenção de vida condigna do agregado familiar; os encargos com educação; os medicamentos, meios complementares de diagnóstico ou outras despesas de saúde; a renda de casa em habitação privada (no âmbito de um Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento), água, eletricidade ou gás; e as telecomunicações na componente dos serviços de voz e internet).*

*7. Criação de um Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento:  
Apoiar os munícipes que revelem dificuldade no pagamento dos seus arrendamentos privados, potenciando assim a reorganização e capacitação socioeconómicas da família no seu dia-a-dia. O apoio prestado às famílias deverá ser calculado em função do rendimento mensal do agregado familiar per capita, que não pode ultrapassar o valor do salário mínimo nacional. O subsídio poderá variar entre os 75 e os 125 euros mensais e estará limitado ao apoio de 3 rendas por cada período de 12 meses consecutivos.”*

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que, naquele momento, estavam perante uma crise em que todos eram poucos, para dar um pouco daquilo que podiam imaginar que seria necessário. Era crucial adotar medidas que reforçassem e apostassem num vasto conjunto de respostas dirigidas às famílias. Apresentavam aquelas medidas, mas poderiam ser muitas outras, porque todas eram poucas. Atualmente, eram muitos os desafios que viviam em Setúbal ao nível dos transportes, como já tinha sido muito debatido naquele dia, os gastos acrescidos e pesados com o estacionamento, em termos de habitação, tinham uma redução drástica de oferta de casas para arrendar, preços elevados, tinham atualmente em Setúbal, quartos para arrendar a 580 euros e quem estava no terreno e tinha um despejo entrava em pânico, porque era um drama relativamente ao que poderia fazer e quais as respostas existentes. Exigência de 3 meses de renda de caução, a juntar aos aumentos da Euribor para quem tinha casa própria, não se vislumbrava um cenário muito colorido para os tempos que se avizinhavam. Na procura de soluções para apoiar as famílias que consideravam importante recomendar as medidas vertidas naquela recomendação.

Se havia área onde a função política fosse nacional, fosse local, devia estar comprometida, e atuar seria ao nível das necessidades básicas dos cidadãos e ter ações de exceção, indo ao encontro de medidas que fossem implementadas no território e que apoiassem as famílias setubalenses.

Aproveitar para dizer a quem os acompanhava remotamente, que era a Patrícia Paz, era vereadora eleita pelo Partido Socialista, sentia-se profundamente envergonhada com muitas das coisas que se passaram naquele dia e não era arruaceira.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que a recomendação do Partido Socialista, naquele momento fazia todo o sentido, todos os partidos tinham o dever num momento particularmente difícil tentar atenuar as dificuldades dos munícipes, mas também era o reconhecimento de que as medidas do Governo não eram suficientes para fazer face àquilo que eram os problemas das pessoas. O que seria muito notório depois de toda a propaganda apresentada. Iriam ver até que ponto é que aquilo compensava o aumento brutal dos preços que era algo que também se tem mistificado apenas como sendo o resultado da intervenção da invasão da Rússia na Ucrânia. O que não seria, porque as tendências inflacionistas já se verificavam desde meados do ano passado.

O PSD estava também a estudar um conjunto de medidas que iria apresentar muito em breve.

Iriam ver se conseguiriam ajudar os nossos concidadãos a fazer face a tudo aquilo, porque depois de dois anos de pandemia, com aquele resultado que tiveram das tendências inflacionistas, o estado em que estava o Serviço Nacional de Saúde, a situação da educação em Portugal. O cenário que se deparavam aos portugueses e não querendo ser injusto, quem estava numa força política que tinha a maioria absoluta, poderia ter às vezes a tentação de entender que as coisas estariam melhores do que os outros que na realidade não estavam, mas todos chegavam àquela conclusão e aquela recomendação era um reconhecimento disso mesmo. Aquilo era importante, era um bom ponto de partida, porque na realidade era

pouco. Mesmo aquilo que conseguissem aprovar ali, que esperava com o entendimento das forças políticas e também na própria Assembleia Municipal, se fosse o caso, talvez nem isso fosse o suficiente para atenuar a situação complicada que as pessoas viviam e que iriam viver, porque as pessoas menos avisadas iriam ser surpreendidas, principalmente no próximo ano, por uma crise muito grave. Se a mesma se iria verificar por uma recessão ou não da economia, seria uma questão que posteriormente se veria, quê estaria relacionado com dois trimestres seguidos negativos em termo crescimento, não era aquilo que interessava às pessoas, a discussão era aquilo que se passava na sua vida e o impacto que isso teria. O Partido Socialista tinha tido aquele mérito, era um pouco “agridoce” no que tinha dito, mas o PSD também iria apresentar propostas concretas para atenuar os efeitos daquela crise.

**Sr. Vereador Fernando José** – Relativamente à intervenção do senhor vereador Paulo Calado, disse que o Governo não era do Partido Socialista, era um Governo de Portugal, mas ainda naquele dia uma deputada do PSD tinha utilizado a expressão “o vosso Governo”.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse existirem intervenções infelizes de todas as pessoas, infeliz ou felizmente, porque assim não seria apenas por uns, seriam por todos.

**Sr. Vereador Fernando José** – Referiu que não estaria relacionado com o reconhecimento, mas com as medidas que complementavam as medidas que tinham sido apresentadas pelo Governo. Ainda no dia anterior, o Ministro das Finanças afirmara que as medidas que tinham sido apresentadas, não tinham como objetivo conseguir resolver todos os problemas que eram causados, não só pela criminosa invasão da Ucrânia e os seus efeitos, mas também por efeito da pandemia, que durante dois anos tinha entrado nas nossas vidas. Obviamente que se tratava de medidas que visavam mitigar e que iriam ser aplicadas e que se iriam refletir de forma positiva na vida das pessoas, porque falaram, não, de brutais cortes tal como tinha acontecido em 2012. Não existiam cortes nas remunerações, existem acréscimos nas remunerações, não existia um corte do subsídio de férias nem subsídio de Natal, estavam a chegar ao mês de novembro, e todos os trabalhadores, todos os funcionários públicos e também os pensionistas iriam ter direito ao subsídio de Natal. Não existiam naquelas medidas os cortes que existiram em 2012. Aquilo que tinham era uma tentativa por parte do Governo, com aquelas medidas que davam as respostas certas naquele momento.

Aquilo que o Partido Socialista tinha apresentado, não era uma proposta concreta, mas uma recomendação, porque os Vereadores do Partido Socialista não se demitiam das suas funções enquanto vereador naquela Câmara Municipal. O senhor Presidente da Câmara tinha feito um desafio a todas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal, para em diálogo, tentarem encontrar um consenso à volta de medidas municipais. Iriam estar presentes, mas não quiseram deixar de apresentar ali as medidas que já tinham anunciado na última reunião de Câmara através da brilhante intervenção da Vereadora Patrícia Paz.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que todos concordariam relativamente àquilo que era a necessidade de encontrar soluções para enfrentar a crise económica que se vaticinava e que iam no mesmo sentido. Sobre a análise e o diagnóstico que tinha sido apresentado na primeira parte daquela intervenção, era bom que pudessem ser justos, que os baixos salários que se praticavam em Portugal, as dificuldades que encontravam no Serviço Nacional de Saúde, as questões da Educação, não eram consequência do COVID nem seriam circunstâncias na guerra da Ucrânia, eram problemas estruturais do país que se arrastavam há décadas e que em situações mais complexas, mais difíceis de crises socioeconómicas tinham um reflexo num país que estruturalmente tinha aquelas características. Aquela era uma primeira nota que era bom que fossem justos, que num país com aquelas circunstâncias os problemas socioeconómicos tinham um impacto muito maior.

Sem prejuízo daquilo que o senhor Presidente já tinha dito, havia um conjunto de ações, estando programado e agendado para as próximas semanas, um conselho local de ação social especificamente para que junto das instituições particulares da solidariedade social se

fizesse um trabalho com as instituições. A forma como tinha sido apresentada uma recomendação, valeria a pena que se percebesse o que objetivamente aquilo pretendia dizer. Sem prejuízo de considerar a importância de se constituir um fundo de emergência social ou outro instrumento municipal, era bom que em primeiro lugar se fizesse um diagnóstico daquilo que seriam as respostas municipais já existentes, nomeadamente no que dizia respeito às questões alimentares. Certamente que a senhora Vereadora tinha consciência que a Câmara Municipal nunca interromperia o serviço de prestação alimentar em articulação com a Segurança Social, prestado a todos aqueles que se socorriam da linha de apoio municipal alimentar. Era uma situação que continuavam a acompanhar, quer com a Segurança Social, quer com as IPS. Parecia-lhe importante, que a par daquelas questões que eram ali colocadas, no que dizia respeito ao fundo de emergência social para encontrar algumas soluções, também era importante que se fizessem contas, porque havia um conjunto de assunções e considerações relativamente àqueles que eram os destinatários da possibilidade daquele tipo de apoios, que teriam de avaliar devidamente e o impacto que aquilo representava. Não deixava de ser apenas uma recomendação para aprofundar, também, a disponibilidade manifestada pelo senhor vereador Fernando José. Referiu que o mesmo acontecia com um conjunto de outras propostas ou recomendações que eram ali colocadas relativamente à questão das taxas municipais, que precisariam de avaliar, não só pela sua pertinência, mas pelo real impacto que elas pudessem ter. Se tinham ou não tinham, mas que não fossem apenas manifestações que pudessem suscitar a simpatia, mas que objetivamente iriam ao encontro das necessidades das pessoas.

Não querendo retirar qualquer responsabilidade ou qualquer disponibilidade como fizeram no passado, pretendia recordar um conjunto de apoios com as IPS e os apoios que o próprio município desencadeou, valeria a pena como parte integrante da resposta de ação social que, fundamentalmente o território também abarcava, que algumas daquelas matérias também se considere como a própria Segurança Social estaria a considerar os seus apoios sociais, as suas prestações sociais perante uma crise. Perante aquela matéria desconheciam, e certamente da parte do Partido Socialista ali representado também desconheceria.

Querendo acreditar iria dar dois exemplos concretos, como do ponto de vista desta crise social que iriam enfrentar iria ser ou não majorado, ou aumentada a possibilidade do apoio de rendimento social de inserção, estaria ou não pensado, estaria ou não considerado, teria ou não o Governo alguma perspetiva sobre aquela matéria, haveria um aumento de pessoas que pudessem ser beneficiadas com rendimento social de inserção.

Do ponto de vista da ação social, matérias que ainda se encontravam em cima da mesa e sem definição no que dizia respeito a transferência de competências, desconhecia-se como seria considerado. Questionou se havia a possibilidade, em matéria de ação social, a Segurança Social, com as autarquias, com as instituições particulares de solidariedade social terem alguma perspetiva de encontrar outros instrumentos para beneficiar, nomeadamente naquelas respostas às que tinham sido questionadas pela senhora Vereadora.

Era tudo matérias que valeriam a pena serem aprofundadas sem prejuízo daquilo que deveria ser o papel, porque não estariam numa discussão de substituição de poder local, de poder central, na realidade estariam todos preocupados com os seus concidadãos, mas em nome de algum rigor e naquilo que era a possibilidade objetiva que o município poderia encontrar, merecia, havendo a disponibilidade já apresentada e também levantada pelo senhor vereador Fernando José, que se aprofundasse aquelas questões, tendo em consideração, aqueles que seriam os parceiros fundamentais para encontrarem os melhores caminhos para responder àquela crise.

**Sr. Presidente** – Disse compreenderem a iniciativa do Partido Socialista, feita com toda a legitimidade, mas quando falavam de política seria bom que fossem colocados os “pontos nos is”. Disse ter tido a oportunidade de na última Assembleia Municipal chamar a atenção para as preocupações que todos tinham relativamente à degradação da situação social e económica do país e Setúbal não ficava de fora, tendo as suas especificidades naquela matéria e os cidadãos de Setúbal haviam de ter os mesmos problemas que outras

populações. Era uma situação não apenas nacional, era uma situação internacional de grande preocupação.

Ficavam um pouco na dúvida, porque o Governo dizia que Portugal ia continuar a crescer, embora as entidades da comunidade internacional que tratavam das questões do crescimento e do desenvolvimento, falassem em recessão, numa dimensão muito mais drástica da situação, mas ficavam atentos àquela diferença de posições. Nas medidas que o Governo apresentou, pelo menos daquelas que tinham sido divulgadas e que os senhores Vereadores do Partido Socialista também apresentaram, havia um conjunto de questões, que estavam relacionadas com competências governativas, as quais não tinha visto, sendo que uma dessas questões até tinha sido colocada naquela recomendação e que tinha a ver com as rendas e a política de habitação. Conforme a Constituição Portuguesa a política nacional de habitação, cabia aos governos prosseguir, por essa razão não sabia porque é que o Partido Socialista na sua recomendação trazia como recomendação, ser o Município a ter de pagar o diferencial, no que dizia respeito às rendas. Igualmente preocupante era não ver nas medidas que tinham sido anunciadas nenhuma medida relativamente aos pescadores e à pesca, era uma questão fundamental para a população de Setúbal. Não se tinha ouvido falar em nenhuma medida relativamente àquela matéria, no programa do Governo das medidas que tinham sido anunciadas.

Outra questão que era muito preocupante é que não havia nenhuma medida relativamente à situação dos professores. Todos tinham conhecimento de que uma grande parte dos professores circulavam pelo país, uns tinham a família no Sul e eram colocados no Norte, outros que eram do litoral eram colocados no interior e vice-versa. Sabiam que a educação das nossas crianças, o funcionamento das escolas, a estabilidade do funcionamento das escolas tinha muito a ver com a disponibilidade e o bem-estar dos professores. Numa situação de crise como aquela que se anunciava, embora o Governo não tivesse essa opinião, preocupava-o que o Governo não tivesse enunciado nenhuma medida no sentido de poder criar alguns apoios, designadamente aos professores que estavam deslocados, sendo que naquelas situações, quem era penalizado seria o funcionamento das escolas, tendo em conta a situação em que os próprios professores se encontravam com aquelas deslocalizações, com as famílias de um lado e terem de ir trabalhar noutro lado a quilómetros de distância.

Tinham sido apenas algumas notas, mas como era óbvio, existiam outras preocupações e, daquilo que tinha ouvido, o Governo estava muito preocupado com a redução do défice, mas ficou menos preocupado perante a crise que se apresentava, com os problemas do aumento dos salários, designadamente dos trabalhadores da função pública e também das reformas e do salário mínimo nacional.

Eram entendimentos diferentes, como em tudo falavam de política, e por essa razão seriam entendimentos diferentes, mas já que tinha sido apresentada aquela recomendação trazida pelo Partido Socialista, e com todo um conjunto de medidas que o Governo tomara, aproveitara para falar de um conjunto de questões que lhe preocupavam e que não tinham sido incluídas nem contempladas nas preocupações do Governo.

Disse que tinha proposto na Assembleia Municipal ouvir todos os partidos representados na Assembleia Municipal, para todos terem a oportunidade de conversarem sobre os contributos, para encontrarem medidas que servissem melhor a população setubalense e para que todos assumissem a responsabilidade de não colocar em causa o equilíbrio das contas do Município. Seria um ponto de honra que teriam a obrigação de salvaguardar, porque as consequências de apresentar medidas para tudo e mais alguma coisa, sem ter em conta a situação do orçamento, naturalmente que isso teria um nome, quando se apresentavam propostas e não se tinha em conta aquelas questões maiores. Era naquele quadro de ouvir todos, de ver os contributos que cada um poderia dar, para encontrarem formas de poder criar os apoios e os incentivos às populações. Também com outra dimensão de serem solidários e estarem ao lado das populações, sobretudo daqueles que fossem sendo mais afetados pela crise, na exigência de políticas e de medidas ao Governo, porque isso é que lhes cabia fazer em solidariedade e ao lado das nossas populações.

Tudo aquilo tinha de ser feito num quadro de equilíbrio das contas do Município, não podiam querer que deixassem chegar à situação ou aproximar a situação daquilo que encontraram em 2002 na Câmara Municipal. Custou muito e ainda custava muito pagar 3 milhões de euros pelo contrato de reequilíbrio financeiro que tiveram de fazer com o Governo, e também custava muito a todos os cidadãos de Setúbal, por isso era necessário que todos assumissem as suas responsabilidades, quando propunham tudo e mais alguma coisa e não conseguir ser responsável para perceber quais seriam os contributos e quais seriam as medidas que melhor poderiam ajudar os cidadãos, sem colocar em causa o equilíbrio financeiro. Comparar tudo aquilo com quem poderia tomar medidas a nível nacional e daquilo que eram as declarações como foi apresentado, em que se estava mais preocupado com o défice do que resolver os problemas das populações, era um contraste frontal com aquilo que era o entendimento e a responsabilidade que tinham enquanto força política que dirigia a gestão da Câmara Municipal que teriam de ter, tendo de ficar bem claro e afirmada aquela posição. Gostaria que ficasse bem claro, porque cada um poderia apresentar todas as medidas e mais algumas, por essa razão estaria a gastar o seu latim no sentido de chamar a atenção para as coisas, terem de ter ponderação, responsabilidade naquilo que se poderia propor sobre a sensibilidade sobre a disponibilidade sobre aquilo que era a preocupação do que aí vinha, do que já viviam, tendo sido o primeiro a dar o sinal e a manifestar essa disponibilidade. Por essa razão, já tinha sido marcada a reunião com todos os partidos com representação na Assembleia Municipal, no sentido de todos poderem dar o contributo naquele quadro que tinha referido.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse entenderem por bem prestarem contributos que não eram de todo irresponsáveis, porque os contributos serviam para preparar o orçamento e para definir prioridades. Teriam de saber que prioridades é pretendiam definir.

Nada do que do fundo de emergência social, nos programas de apoio ao arrendamento, nada daquilo era novo e existia noutros municípios há muito tempo, muitos antes da situação do COVID. Municípios como Lisboa, Porto, Coimbra, Oeiras, Almodôvar, Aguiar da Beira, Leiria, Póvoa do Varzim, Sintra, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Sever do Vouga, Ovar, Amarante, Gouveia, Penacova, Miranda do Corvo, Estarreja, Marco de Canaveses Odemira, Lagoa, Portimão, Silves, Mafra, Matosinhos, Caldas da Rainha.

A União das Freguesias de Setúbal tinha um fundo de emergência social, criado em abril de 2020.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que nem o Ministro das Finanças se atreveria a fazer um discurso como o senhor Presidente da Câmara tinha feito. Critica o Governo por estar preocupado com as contas certas, mas depois aqui também diz terem de ter cuidado com as contas certas do município. Quem estava na gestão tinha precisamente essa responsabilidade, de olhar para os tempos que atravessavam e ir um pouco mais além.

Depois da última reunião terem ficado a saber que existia um “diálogo q.b.”, tinha ficado naquela reunião a saber teriam de existir para o senhor Presidente “propostas q.b.”. Propostas, sim, mas propostas quanto baste.

**Sr. Presidente** – Disse ao senhor Vereador que percebia bem a mensagem. Só tinha chamado a atenção, porque era muito bonito apresentar propostas para tudo e mais alguma coisa, fazer contas é que era mais difícil. O senhor Ministro das Finanças do Governo do senhor Vereador Fernando José, decidira dar prioridade ao défice, enquanto o apoio aos portugueses era q.b., mas a prioridade era o défice. No que dizia respeito à Câmara de Setúbal, ao senhor não era preciso contar nenhuma história do que tinham sido aqueles vinte anos, em que os setubalenses pagaram três milhões de euros ao ano, para resolver um problema. Aquilo é que era política à séria.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que ainda há pouco não se podia fazer política, porque falavam de um assunto e agora poderiam fazer política, porque aquele assunto já não interessava. Ficaram a saber que existiam propostas boas e propostas más do Partido

Socialista e as propostas que vinham do Partido Comunista eram todas boas, todas as propostas apresentadas pelo Partido Comunista a nível nacional eram todas propostas boas, não eram exageradas, tudo o que vinha do Partido Socialista, nomeadamente da Câmara de Setúbal eram propostas anticomunistas, de aproveitamento político, de grandes furos. Na realidade já estavam habituados àquela atitude.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Informou o senhor Presidente que quem o ouvia falar sobre o impacto das descidas da redução da receita fiscal no Município, nunca desconfiaria que a CDU e o senhor Presidente tinha votado na última proposta de redução de carga fiscal, abster-se o que viabilizaria a sua aprovação. Era uma boa nota que teriam de deixar que também a CDU já tinha percebido que era necessário reduzir a carga fiscal municipal. A proposta de Orçamento de Estado que tinha sido recentemente entregue na Assembleia da República previa um reforço daquilo que eram as transferências de verbas para os municípios, o que vinha em linha com aquilo que era a necessidade de os municípios darem respostas adicionais, aquilo que era a resposta definida pela Administração Central. Pretendia fazer uma correção que lhe parecia ser relevante. O senhor Presidente insistia em dizer que a Constituição dizia que a habitação era da responsabilidade dos Governos, mas na realidade não dizia, porque aquilo que a Constituição dizia era que a habitação, tal como outras matérias era da responsabilidade do Estado, tal como dizia de forma muito clara que o Estado era unitário e respeitava na sua organização o princípio da subsidiariedade, o que significava existirem matérias que eram melhor resolvidas, com uma melhor eficiência de recursos e com uma resposta mais adequada às necessidades das populações, se fossem tratadas no nível de Administração que não o nível da Administração Central. Era precisamente por isso que existiam autarquias e a Constituição previa também a possibilidade de terem um nível intermédio de administração que seria a Administração Regional.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que era pena que aquele nível de Administração não estivesse já implementado, porque a responsabilidade não seria dali.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 20 a 23.

#### **“Saudação**

#### **49.º Aniversário do Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão**

*O Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão, comemorou o seu quadragésimo nono aniversário no passado dia 1 de outubro de 2022.*

*O Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão tem como propósito, a promoção cultural, desportiva e recreativa, desenvolvendo as seguintes atividades: Danças de Salão, Futebol, Ténis, Taekwondo, Danças Sociais, Hip Hop, Zumba, Marchas Populares e Bailes e Ateliês de Pintura.*

*Ao longo dos seus 49 anos, o cariz social e humano foi sempre uma preocupação do Centro Cultural e Desportivo de Azeitão, ficando patente na sua forma de atuação.*

*Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 12 de outubro de 2022, endereçam os parabéns ao Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão por mais um aniversário, fazendo votos que no futuro continuem a primar pelos valores que os guiaram até aqui.*

*A presente saudação deverá ser enviada à Direção Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão.”*

**“Saudação  
Clube de Futebol “Os Sadiños”**

*O Clube Futebol “Os Sadiños” comemorou o seu 76.º Aniversário em Sessão Solene que teve lugar no passado dia 5 de outubro de 2022.*

*Para além da sua tradição no futebol, é o único no concelho de Setúbal a promover Esgrima Desportiva e histórica, estão também a tentar envolver novas perspetivas de desporto adaptado e novas modalidades. Inclui nos seus projetos uma vertente de apoio social, para pessoas com deficiências motoras, fazendo a recolha e reconversão de cadeiras de rodas e outras para prestar apoio a pessoas com deficiência (Auditiva, Intelectual, Motora) no concelho, exemplo disso são as modalidades de Boccia, Ciclismo (Estrada e Montanha), Esgrima em Cadeira de Rodas, Ténis de Mesa, etc.*

*Têm sido promotores da cultura, nomeadamente, através do Grupo Coral Alentejano “Os Amigos dos Sadiños”.*

*Não podemos, por isso, deixar de enaltecer o trabalho realizado nestas décadas e parabenizar a resiliência deste Clube, que tanto tem dado aos setubalenses.*

*Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 12 de outubro de 2022, endereçam os parabéns ao Clube de Futebol “Os Sadiños”, na pessoa do seu Presidente da Direção José Manuel Santos, por mais um aniversário, fazendo votos que no futuro continuem a primar pelos valores que os guiaram até aqui.*

*A presente saudação deverá ser enviada à Direção Clube.”*

**“Saudação  
61.º aniversário do Coral Luísa Todi**

*No próximo dia 25 de outubro de 2022 comemora-se o sexagésimo primeiro aniversário do Coral Luísa Todi.*

*A partir de 30 de julho de 1963, dia em que fez a sua primeira apresentação em público no Teatro Luísa Todi, nunca mais deixou de estar ativo, atuando em todo o País e também no estrangeiro com grande sucesso, levando a cidade de Setúbal a todos os cantos do Mundo, assim se tornando, o Coral Luísa Todi, um Embaixador Cultural da Cidade de Setúbal.*

*Agraciados pelos seus inúmeros concertos e pelo seu papel de organizador de algumas das mais importantes manifestações culturais, no campo da música, o Coral Luísa Todi prima pela qualidade e pela preocupação de “chegar” a todo o público, possuindo diversos tipos musicais, do popular ao clássico.*

*Ao longo dos seus 61 anos, tem sido dirigido por vários maestros, atualmente dirigido pelo Maestro Fernando Malão.*

*O Coral Luísa Todi é motivo de orgulho para todos os setubalenses, tendo proporcionado ao longo destes anos muitos momentos de alegria com o público. É uma honra e um orgulho poder assistir a tanto talento.*

*Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 12 de outubro de 2022, endereçam os parabéns ao Coral Luísa Todi por mais um aniversário, fazendo votos que no futuro continuem a primar pelos valores que os guiaram até aqui e a “dar continuidade a um projeto de evolução artística programada, conducente a manter o Coral Luísa Todi como um Coro de grande qualidade artística”.*

*A presente saudação deverá ser enviada à Direção do Coral Luísa Todi.”*

**“Saudação  
49.º aniversário dos Estrelas do Faralhão Futebol Clube**

A associação “Estrelas do Faralhão Futebol Clube”, comemorou o seu quadragésimo nono aniversário no passado dia 1 de outubro de 2022.

O “Estrelas do Faralhão Futebol Clube” tem como principais objetivos, a promoção desportiva e recreativa. Dedicou-se a formar equipas de atletismo, masculino e feminino, que já grandes alegrias deram ao clube e aos seus associados. No passado formou também uma equipa de chinquilha, tão bem organizada que chegou a ter equipamento próprio. Dedicou-se também a formar uma equipa de futebol e presentemente é a sua principal atividade.

Queremos enaltecer a resiliência que têm tido ao longo destas quase cinco décadas, não desistindo do seu propósito.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 12 de outubro de 2022, endereçam os parabéns ao “Estrelas do Faralhão Futebol Clube” por mais um aniversário, fazendo votos que no futuro continuem a primar pelos valores que os guiaram até aqui.

A presente saudação deverá ser enviada à Direção do Estrelas do Faralhão Futebol Clube.”

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Apresentou as seguintes Saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 24 e 25.

**“Saudação  
Bruno Cabrita**

A Câmara Municipal de Setúbal saúda Bruno Cabrita, atleta do Grupo Desportivo Os Amarelos, pela conquista do título de Campeão do Mundo de Pesca em Barco Fundeado por equipas.

Na prova realizada ao largo de Albufeira, no Algarve, o atleta que representa o clube setubalense voltou a dar provas da sua boa condição e assumiu que a conquista deste título foi um sonho tornado realidade.

A seleção nacional conseguiu o título coletivo, ultrapassando as equipas de Itália e Espanha.

A Câmara Municipal de Setúbal reforça os parabéns a Bruno Cabrita e aos restantes elementos da formação nacional.”

**“Saudação  
Beatriz Bastos**

A Câmara Municipal de Setúbal saúda e dá os parabéns à atleta Beatriz Bastos pela conquista da medalha de bronze em basquetebol nos Mundiais para Atletas com Síndrome de Down, realizados no Funchal.

A atleta do Scalipus Clube de Setúbal foi a única atleta feminina na equipa nacional que conquistou o terceiro lugar nesta competição onde estão integradas apenas duas modalidades, o basquetebol e o judo.

Beatriz Bastos treina atualmente com a equipa de sub-14 feminina do Scalipus.

A medalha conquistada nestes campeonatos é um prémio que muito honra a cidade e o concelho e é também a certeza de que o apoio da autarquia na área do desporto de inclusão é um caminho certo que deve ser continuado e, sempre que possível, reforçado.

À atleta que alia vontade, resiliência, talento e espírito de sacrifício, a Câmara de Setúbal deseja os maiores sucessos desportivos no futuro.

Parabéns, Beatriz Bastos!”

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Disse que a bancada do Partido Socialista se associava às saudações apresentadas, na mesma linha que era sublinhada, que era a dignificação do concelho através da sua boa representação.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 8/2022 - Reunião ordinária de 06 de abril de 2022**

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Projeto da Ata n.º 9/2022 - Reunião ordinária de 20 de abril de 2022**

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **3. Projeto da Ata n.º 10/2022 - Reunião ordinária de 04 de maio de 2022**

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **4. Projeto da Ata n.º 11/2022 - Reunião ordinária de 18 de maio de 2022**

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **5. Deliberação n.º 3312/2022 – Proposta n.º 28/2022 – GAP – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Aporvela – Organização da Semana do Mar de Setúbal 2022**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27.

**Sr. Presidente** – Propôs que votassem a presente proposta a seguir à proposta n.º 2533/2022-DAF/DICONT, referente ao ponto 160 da Ordem de Trabalhos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 3313/2022 – Proposta n.º 29/2022 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública relativa ao Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), para a utilização de uma área do espaço marítimo nacional para a atividade de imersão de dragados no âmbito das dragagens de manutenção do estaleiro da Lisnave, na Mitrena**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 30

**Sr. Presidente** – Informou os vereadores que os serviços municipais competentes elaboraram um parecer, o qual seria submetido a apreciação dos vereadores no sentido também da Câmara de Setúbal dar o seu contributo para aquele processo e com uma avaliação técnica, com todas as preocupações, remetendo para algumas questões que será importante esclarecer melhor e outras de aprofundamento do estudo no sentido de garantir que a imersão dos dragados naquela zona não tinham quaisquer impactos no meio. Tendo em conta o grau de toxicidade que alguns daqueles dragados, reconhecia-se a possibilidade de alterar a localização da deposição dos dragados, ou por imersão, ou por deposição em aterro. Tratava-se de um parecer suficientemente abrangente, aprofundado e também manifestava uma avaliação ponderada da situação, tendo em conta que também falavam de uma empresa extremamente importante, que tinha a sua atividade no concelho e que com aquelas medidas tinha como objetivo dinamizar a sua própria atividade. Tinham de compreender aquilo que estava em causa, mas também fazer a avaliação dos impactos que aquela ação teria, pelo que deviam ser tomadas as medidas mais adequadas do ponto de vista dos efeitos no meio onde seriam depositados os dragados.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que pretendia agradecer o parecer, porque estava muito bem fundamentado e era muito claro. Ficava evidente e era isso que procuravam defender, que era a compatibilização da atividade económica com a sustentabilidade ambiental. Deviam ser cada vez mais exigentes, ter uma exigência ambiental sobre as empresas que laboravam no Estuário do Sado para minorar o mais possível os efeitos da sua atividade, com os valores a preservar no estuário, particularmente o efeito sobre as atividades económicas relevantes para a região e concelho que não podiam deixar de frisar, como era o caso da exploração dos bivalves e da pesca.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 3314/2022 – Proposta n.º 2380/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – 5.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que de acordo com aquilo que tinha sido prática nas últimas reuniões e enquanto não se sentavam para rever a delegação de competências, a qual devia ser feita, o PSD propunha que as propostas de manifestação prévia pudessem ser

votadas de uma só vez, entre a deliberação n.º 3315/2022 até à deliberação n.º 3465/2022, do ponto n.º 8 ao ponto n.º 158 inclusive, da Ordem de Trabalhos.

**Sr. Presidente** – Questionou os senhores Vereadores do Partido Socialista se viam alguma inconveniência daquela proposta.

Não havendo oposição à proposta o Sr. Presidente colocou à votação a deliberação n.º 3315/2022 até à deliberação n.º 3465/2022, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

**8. Deliberação n.º 3315/2022 – Proposta n.º 2381/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Esperança, Lote 138 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 7).

**9. Deliberação n.º 3316/2022 – Proposta n.º 2382/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, Lote 212, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 7).

**10. Deliberação n.º 3317/2022 – Proposta n.º 2383/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Celestino Alves, n.º 7 – 3.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 7).

**11. Deliberação n.º 3318/2022 – Proposta n.º 2384/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4 a 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 2.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 7).

**12. Deliberação n.º 3319/2022 – Proposta n.º 2385/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale do Cobro, Rua do Alecrim, n.º 19 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 7).

- 13. Deliberação n.º 3320/2022 – Proposta n.º 2386/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Guilherme Faria, n.ºs 36 a 44 e Travessa das Papoilas, n.ºs 9 a 21 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 7).

- 14. Deliberação n.º 3321/2022 – Proposta n.º 2387/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Santiago, n.º 3 – 2.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 7).

- 15. Deliberação n.º 3322/2022 – Proposta n.º 2388/2022 – DA/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.ºs 46, 46A e 46B – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 7).

- 16. Deliberação n.º 3323/2022 – Proposta n.º 2389/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – "Casal da Flamengo", sítio da Onena ou Combros, em Alferrare, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 7).

- 17. Deliberação n.º 3324/2022 – Proposta n.º 2390/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Campos Rodrigues, n.º 2B – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 7).

- 18. Deliberação n.º 3325/2022 – Proposta n.º 2391/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Sousa Gomes, n.º 10 – 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 7).

**19. Deliberação n.º 3326/2022 – Proposta n.º 2392/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bairro Afonso Costa, n.º 96 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 7).

**20. Deliberação n.º 3327/2022 – Proposta n.º 2393/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Maria de Sousa Brandão, n.º 11, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 7).

**21. Deliberação n.º 3328/2022 – Proposta n.º 2394/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A, 21B, 21C e 21D – 1.º Dto. Retaguarda, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 7).

**22. Deliberação n.º 3329/2022 – Proposta n.º 2395/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A, 21B, 21C e 21D – 1.º Esq. Retaguarda, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 7).

**23. Deliberação n.º 3330/2022 – Proposta n.º 2396/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A, 21B, 21C e 21D – 1.º Esq. Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 7).

**24. Deliberação n.º 3331/2022 – Proposta n.º 2397/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Gás, n.º 6 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 7).



**25. Deliberação n.º 3332/2022 – Proposta n.º 2398/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A, 21B, 21C e 21D - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 7).

**26. Deliberação n.º 3333/2022 – Proposta n.º 2399/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frederico Franco Paiva, n.ºs 46 e 50 - Armazém, n.º 4, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 7).

**27. Deliberação n.º 3334/2022 – Proposta n.º 2400/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Gás, n.º 6 – Cave n.º 4, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 7).

**28. Deliberação n.º 3335/2022 – Proposta n.º 2401/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Oliveira Martins, n.º 4 - R/C Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 7).

**29. Deliberação n.º 3336/2022 – Proposta n.º 2402/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mafaldo de Setúbal, n.º 15 e Rua Clube Recreativo Palhavã, n.ºs 62 e 64 – 2.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 7).

**30. Deliberação n.º 3337/2022 – Proposta n.º 2403/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Osório de Oliveira, n.º 6 - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 7).



**31. Deliberação n.º 3338/2022 – Proposta n.º 2404/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 148 – 1.º H, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 7).

**32. Deliberação n.º 3339/2022 – Proposta n.º 2405/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Miradouro do Sado, n.ºs 7, 7A, 9, 11, 13 e 13A e Rua do Convento, n.ºs 8 e 10 - Bloco C, 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 7).

**33. Deliberação n.º 3340/2022 – Proposta n.º 2406/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Várzeas, Rua Dr. Fernando Vale, n.ºs 16 e 16A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 7).

**34. Deliberação n.º 3341/2022 – Proposta n.º 2407/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça de Portugal, n.º 6 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 7).

**35. Deliberação n.º 3342/2022 – Proposta n.º 2408/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 74 – 1.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 7).

**36. Deliberação n.º 3343/2022 – Proposta n.º 2409/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 20 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 7).

**37. Deliberação n.º 3344/2022 – Proposta n.º 2410/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale Andeiro, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 7).

**38. Deliberação n.º 3345/2022 – Proposta n.º 2411/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, Rua dos Pessegueiros, Lote 207 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 7).

**39. Deliberação n.º 3346/2022 – Proposta n.º 2412/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Professor Carlos Baeta Neves, n.º 7 – 4.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 7).

**40. Deliberação n.º 3347/2022 – Proposta n.º 2413/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Jardía, Rua do Bem Estar, n.ºs 15 e 17, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 7).

**41. Deliberação n.º 3348/2022 – Proposta n.º 2414/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 24 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 7).

**42. Deliberação n.º 3349/2022 – Proposta n.º 2415/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Cordoaria, n.ºs 19 e 21, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 7).

**43. Deliberação n.º 3350/2022 – Proposta n.º 2416/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa dos Alperces, n.º 19, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 7).

**44. Deliberação n.º 3351/2022 – Proposta n.º 2417/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Canes, Rua da Junta, n.º 13, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 7).

**45. Deliberação n.º 3352/2022 – Proposta n.º 2418/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos, Rua do Alecrim, n.ºs 2 e 2-A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 7).

**46. Deliberação n.º 3353/2022 – Proposta n.º 2419/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 5 - Bloco E, 6.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 7).

**47. Deliberação n.º 3354/2022 – Proposta n.º 2420/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Brancanes, n.ºs 11 e 11-A - R/C C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 7).

**48. Deliberação n.º 3355/2022 – Proposta n.º 2421/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 51 – 3.º Posterior Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 7).



**49. Deliberação n.º 3356/2022 – Proposta n.º 2422/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 267 a 275, tornejando para a Rua dos Trabalhadores do Mar e Rua 1.º de Maio, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 7).

**50. Deliberação n.º 3357/2022 – Proposta n.º 2423/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 590 e 592 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 7).

**51. Deliberação n.º 3358/2022 – Proposta n.º 2424/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sociedade Arqueológica Lusitânia, Lote 13 – 1.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 7).

**52. Deliberação n.º 3359/2022 – Proposta n.º 2425/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Várzeas, Rua Francisco Sá Carneiro, Lote 18, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 7).

**53. Deliberação n.º 3360/2022 – Proposta n.º 2426/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 6 – 4.º Rec., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 7).

**54. Deliberação n.º 3361/2022 – Proposta n.º 2427/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lopo Homem, n.º 2 - R/C C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 7).

**55. Deliberação n.º 3362/2022 – Proposta n.º 2428/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos, Rua do Alecrim, n.ºs 2 e 2-A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 7).

**56. Deliberação n.º 3363/2022 – Proposta n.º 2429/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Praia da Saúde, n.ºs 11 a 15H -R/C, Loja n.º 12, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 7).

**57. Deliberação n.º 3364/2022 – Proposta n.º 2430/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tomás Ribeiro, n.º 110 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 7).

**58. Deliberação n.º 3365/2022 – Proposta n.º 2431/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia Encarnação Maracoto, n.º 127 – 1.º andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 7).

**59. Deliberação n.º 3366/2022 – Proposta n.º 2432/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4 a 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 6.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 7).

**60. Deliberação n.º 3367/2022 – Proposta n.º 2433/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lote 7 – 1.º andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 7).

- 61. Deliberação n.º 3368/2022 – Proposta n.º 2434/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização "Torres do Sado", Edifício 3, Rua José Luciano de Carvalho, n.º 9 – 1.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 7).

- 62. Deliberação n.º 3369/2022 – Proposta n.º 2435/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Afonso costa, n.ºs 9 e 9A – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 7).

- 63. Deliberação n.º 3370/2022 – Proposta n.º 2436/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cachofarra, Travessa da Cachofarra, n.º 24, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 7).

- 64. Deliberação n.º 3371/2022 – Proposta n.º 2437/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida António Sérgio, n.º 32, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 7).

- 65. Deliberação n.º 3372/2022 – Proposta n.º 2438/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Comediantes, n.ºs 7, 7A e 7B e Avenida Bento Gonçalves, n.ºs 6A, 6B, 6C e 6D - Sub-Cave, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 7).

- 66. Deliberação n.º 3373/2022 – Proposta n.º 2439/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Vaz, n.ºs 44 e 44-A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 7).

- 67. Deliberação n.º 3374/2022 – Proposta n.º 2440/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Comediantes, n.ºs 7, 7A e 7B e Avenida Bento Gonçalves, n.ºs 6A, 6B, 6C e 6D - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 7).

- 68. Deliberação n.º 3375/2022 – Proposta n.º 2441/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Comediantes, n.ºs 7, 7A e 7B e Avenida Bento Gonçalves, n.ºs 6A, 6B, 6C e 6D - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 7).

- 69. Deliberação n.º 3376/2022 – Proposta n.º 2442/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.ºs 27A, 27B e 27C, tornejando para a Rua Gama Braga, n.ºs 31 e 33 e para a Rua Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.ºs 16 e 16A – 3.º A, em setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 7).

- 70. Deliberação n.º 3377/2022 – Proposta n.º 2443/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Guarda do Pinheiro, Rua Frederico Franco Paiva, (Lote 7), n.º 2, em Azeitão.**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 7).

- 71. Deliberação n.º 3378/2022 – Proposta n.º 2444/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização do Choilo, Rua do Choilo, Lote 301, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 7).

**72. Deliberação n.º 3379/2022 – Proposta n.º 2445/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta dos Vidais, Rua Afonso Castro, n.º 23 – 3.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 7).

**73. Deliberação n.º 3380/2022 – Proposta n.º 2446/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Carvalho Serra, n.º 11 – 3.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 7).

**74. Deliberação n.º 3381/2022 – Proposta n.º 2447/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Rua do Casal Verde - R/C Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 7).

**75. Deliberação n.º 3382/2022 – Proposta n.º 2448/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Freire, n.ºs 1A e 1B – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 7).

**76. Deliberação n.º 3383/2022 – Proposta n.º 2449/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, n.º 78C, 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 7).

**77. Deliberação n.º 3384/2022 – Proposta n.º 2450/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 7 - R/C G, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 7).

- 78. Deliberação n.º 3385/2022 – Proposta n.º 2451/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Padre Américo, n.ºs 1 (Torre 5), 2 (Torre 4), 3 (Torre 3), 4 (Torre 2) e 5 (Torre 1) - Torre 1, 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 7).

- 79. Deliberação n.º 3386/2022 – Proposta n.º 2452/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – "Capela", sítio da Capela, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 7).

- 80. Deliberação n.º 3387/2022 – Proposta n.º 2453/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Eletricidade, n.º 5 – 6.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 7).

- 81. Deliberação n.º 3388/2022 – Proposta n.º 2454/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.ºs 90, 92 e 94, Rua da Cerâmica, n.ºs 2, 2A, 4, 4A, 6 e 8, Rua dos Ferroviários, n.ºs 1, 3, 5 e 7 e Azinhaga dos Trabalhadores, Bloco D, n.ºs 1, 3, 5, 7 e 7A – 2.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 7).

- 82. Deliberação n.º 3389/2022 – Proposta n.º 2455/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Manuel I, n.ºs 74, 74A e 74B – 5.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 7).

- 83. Deliberação n.º 3390/2022 – Proposta n.º 2456/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.ºs 24 e 26, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 7).

- 84. Deliberação n.º 3391/2022 – Proposta n.º 2457/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.ºs 8, 8A e 8B e Praceta Nunes de Almeida, n.ºs 48, 48A a 48C – 2.º E, Arrec. C/V-4 e C/V-3, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 7).

- 85. Deliberação n.º 3392/2022 – Proposta n.º 2458/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Madalena Claro, Lote 95 – 4.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 7).

- 86. Deliberação n.º 3393/2022 – Proposta n.º 2459/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Carcavelas Nabais - Lagos, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 7).

- 87. Deliberação n.º 3394/2022 – Proposta n.º 2460/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia Encarnação Maracoto, n.º 127 - R/C D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 7).

- 88. Deliberação n.º 3395/2022 – Proposta n.º 2461/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta dos Foios - Aldeia Rica, Rua Padre Manuel Frango de Sousa, Lote 6, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 7).

- 89. Deliberação n.º 3396/2022 – Proposta n.º 2462/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Professor Gentil Martins, n.º 5 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 7).

**90. Deliberação n.º 3397/2022 – Proposta n.º 2463/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Paz, n.º 47, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 7).

**91. Deliberação n.º 3398/2022 – Proposta n.º 2464/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Moinho, n.ºs 2 e 4 – 2.º G, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 7).

**92. Deliberação n.º 3399/2022 – Proposta n.º 2465/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 277, 279 e 281, Rua trabalhadores do Mar, n.ºs 65 e 67, Travessa dos Trabalhadores do Mar, n.º 65-A e Largo José Afonso, n.ºs 1-A e 1-B – 4.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 7).

**93. Deliberação n.º 3400/2022 – Proposta n.º 2466/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Torres do Sado, Rua Celestino Alves, n.ºs 2 e 4, com Traseiras para a Rua Doménico Maia, n.º 7 – 4.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 7).

**94. Deliberação n.º 3401/2022 – Proposta n.º 2467/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Misericórdia, n.ºs 16 e 18, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 7).

**95. Deliberação n.º 3402/2022 – Proposta n.º 2468/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Flávio Resende, n.ºs 15, 15-A e 15-B, e Rua António Ribeiro Sanches, n.ºs 24 e 24-A - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 7).



- 96. Deliberação n.º 3403/2022 – Proposta n.º 2469/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Flávio Resende, n.ºs 17, 17-A e 17-B tornejando para a Rua Egas Moniz, n.º 6 - Loja n.º 1 - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 7).

- 97. Deliberação n.º 3404/2022 – Proposta n.º 2470/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.ºs 1 e 3 - R/C B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 7).

- 98. Deliberação n.º 3405/2022 – Proposta n.º 2471/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Melros, n.º 18, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 (ver ponto 7).

- 99. Deliberação n.º 3406/2022 – Proposta n.º 2472/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge de Sousa, n.ºs 10, 12 e 14 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123 (ver ponto 7).

- 100. Deliberação n.º 3407/2022 – Proposta n.º 2473/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Michel Giacometti, n.ºs 4 e 6 – 3.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 7).

- 101. Deliberação n.º 3408/2022 – Proposta n.º 2474/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gregório Lopes, n.º 9 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 7).

**102. Deliberação n.º 3409/2022 – Proposta n.º 2475/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fran Pacheco, n.ºs 54 e 56, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 126 (ver ponto 7).

**103. Deliberação n.º 3410/2022 – Proposta n.º 2476/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Misericórdia, n.ºs 10, 12, 14 e 16 – 1.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127 (ver ponto 7).

**104. Deliberação n.º 3411/2022 – Proposta n.º 2477/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 55 e 57, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128 (ver ponto 7).

**105. Deliberação n.º 3412/2022 – Proposta n.º 2478/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de Macau, n.º 2 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129 (ver ponto 7).

**106. Deliberação n.º 3413/2022 – Proposta n.º 2479/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 3, com Traseiras para a Avenida D. Manuel I, n.ºs 44, 46 e 48 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130 (ver ponto 7).

**107. Deliberação n.º 3414/2022 – Proposta n.º 2480/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tomás Ribeiro, n.º 76, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 131 (ver ponto 7).

**108. Deliberação n.º 3415/2022 – Proposta n.º 2481/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Acácio Barradas, n.ºs 5, 5A, 5B e 5C - Bloco 1, 2.º Frt. Recuado, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132 (ver ponto 7).

**109. Deliberação n.º 3416/2022 – Proposta n.º 2482/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Maria Jales, n.º 14 - C/V Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133 (ver ponto 7).

**110. Deliberação n.º 3417/2022 – Proposta n.º 2483/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 4.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134 (ver ponto 7).

**111. Deliberação n.º 3418/2022 – Proposta n.º 2484/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Mulatas, Rua Lázaro Losano, n.ºs 15 e 15-A - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 135 (ver ponto 7).

**112. Deliberação n.º 3419/2022 – Proposta n.º 2485/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Giestas, n.ºs 7, 9 e 11 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 136 (ver ponto 7).

**113. Deliberação n.º 3420/2022 – Proposta n.º 2486/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, n.ºs 22 e 22A a 22G – 2.º Dto. e Garagem n.º 1, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 137 (ver ponto 7).

**114. Deliberação n.º 3421/2022 – Proposta n.º 2487/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Carlos da Costa Frescata, n.º 5 (antigo Lote 7) - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 138 (ver ponto 7).

**115. Deliberação n.º 3422/2022 – Proposta n.º 2488/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Castelo de S. Filipe, n.º 8, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 139 (ver ponto 7).

**116. Deliberação n.º 3423/2022 – Proposta n.º 2489/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Gâmbia, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 140 (ver ponto 7).

**117. Deliberação n.º 3424/2022 – Proposta n.º 2490/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada de Santas, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 7.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 141 (ver ponto 7).

**118. Deliberação n.º 3425/2022 – Proposta n.º 2491/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Antigo Olival, n.º 7 – 1.º D22, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 142 (ver ponto 7).

**119. Deliberação n.º 3426/2022 – Proposta n.º 2492/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Santo Amaro, Rua Sophia de Mello Breyner Andersen, n.º 4, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 143 (ver ponto 7).



**120. Deliberação n.º 3427/2022 – Proposta n.º 2493/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Losano, n.ºs 1 e 1A – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 144 (ver ponto 7).

**121. Deliberação n.º 3428/2022 – Proposta n.º 2494/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Madalena Claro, Lote 29 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 145 (ver ponto 7).

**122. Deliberação n.º 3429/2022 – Proposta n.º 2495/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo António Joaquim Correia, n.ºs 26, 27 e 28 – 1.º Andar, em setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 146 (ver ponto 7).

**123. Deliberação n.º 3430/2022 – Proposta n.º 2496/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo António Joaquim Correia, n.ºs 26, 27 e 28 - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 147 (ver ponto 7).

**124. Deliberação n.º 3431/2022 – Proposta n.º 2497/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lotes 2, 3 e 4 - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 148 (ver ponto 7).

**125. Deliberação n.º 3432/2022 – Proposta n.º 2498/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 24 e 24-A e Praceta da Quinta do Tavares, n.ºs 23, 24, 25, 26 e 27 - 3º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 149 (ver ponto 7).



**126. Deliberação n.º 3433/2022 – Proposta n.º 2499/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Quinta da Amizade, Lote 208 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 150 (ver ponto 7).

**127. Deliberação n.º 3434/2022 – Proposta n.º 2500/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Moinho do Frade, n.ºs 1-A, 1-B e 1-C – 3.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 151 (ver ponto 7).

**128. Deliberação n.º 3435/2022 – Proposta n.º 2501/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Aníbal José, n.º 8 – 2.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 152 (ver ponto 7).

**129. Deliberação n.º 3436/2022 – Proposta n.º 2502/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 66 e Rua São Tomé e Príncipe, n.ºs 23, 25 e 27 - R/C F, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 153 (ver ponto 7).

**130. Deliberação n.º 3437/2022 – Proposta n.º 2503/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.º 40, tornejando para a Rua dos Marmeleiros, n.º 18 - R/C B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 154 (ver ponto 7).

**131. Deliberação n.º 3438/2022 – Proposta n.º 2504/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 87 e Rua Morgado de Setúbal, n.º 96 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 155 (ver ponto 7).

**132. Deliberação n.º 3439/2022 – Proposta n.º 2505/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 87 e Rua Morgado de Setúbal, n.º 96 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 156 (ver ponto 7).

**133. Deliberação n.º 3440/2022 – Proposta n.º 2506/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral; n.º 152, tornejando para a Praça Machado dos Santos, n.º 39-B – 3.º B, em setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 157 (ver ponto 7).

**134. Deliberação n.º 3441/2022 – Proposta n.º 2507/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 e Rua José Carlos Ferreira, n.º 2 – 1.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 158 (ver ponto 7).

**135. Deliberação n.º 3442/2022 – Proposta n.º 2508/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Luz, n.º 2 – 3.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 159 (ver ponto 7).

**136. Deliberação n.º 3443/2022 – Proposta n.º 2509/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Aldeia Rica, Quinta dos Foios, Lote 47, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 160 (ver ponto 7).

**137. Deliberação n.º 3444/2022 – Proposta n.º 2510/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Carlos da Maia, n.º 120, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 161 (ver ponto 7).



**138. Deliberação n.º 3445/2022 – Proposta n.º 2511/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia Encarnação Maracoto, n.º 58 – 5.º Esq. Rec., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 162 (ver ponto 7).

**139. Deliberação n.º 3446/2022 – Proposta n.º 2512/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 6 – 4.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 163 (ver ponto 7).

**140. Deliberação n.º 3447/2022 – Proposta n.º 2513/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Manuel Rodrigues Coelho, n.º 6 - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 164 (ver ponto 7).

**141. Deliberação n.º 3448/2022 – Proposta n.º 2514/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Alfazema, n.º 11 - R/c Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 165 (ver ponto 7).

**142. Deliberação n.º 3449/2022 – Proposta n.º 2515/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. José Leite de Vasconcelos a tornejear para a Rua Dr. Henrique Constantino, n.º 72 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 166 (ver ponto 7).

**143. Deliberação n.º 3450/2022 – Proposta n.º 2516/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 50, 50-A e 52 – 4.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 167 (ver ponto 7).



**144. Deliberação n.º 3451/2022 – Proposta n.º 2517/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Tebaida, Lote 15 e Largo Cidade de Magdeburgo, n.º 12 - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 168 (ver ponto 7).

**145. Deliberação n.º 3452/2022 – Proposta n.º 2518/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, Lote 4 - C/V Esq., Garagem C/V Dta. e R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 169 (ver ponto 7).

**146. Deliberação n.º 3453/2022 – Proposta n.º 2519/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jacob Azambuja, n.º 15 – 3.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 170 (ver ponto 7).

**147. Deliberação n.º 3454/2022 – Proposta n.º 2520/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Marinheiro e Rua da Revolução, n.º 17-B, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 171 (ver ponto 7).

**148. Deliberação n.º 3455/2022 – Proposta n.º 2521/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Águias, n.º 1 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 172 (ver ponto 7).

**149. Deliberação n.º 3456/2022 – Proposta n.º 2522/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.ºs 24, 24-A e 24-B – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 173 (ver ponto 7).

**150. Deliberação n.º 3457/2022 – Proposta n.º 2523/2022 – DAF/DICONT/SERGEP  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua dos Artificios Vidreiros, n.ºs 2, 2-A e 2-B, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 174 (ver ponto 7).

**151. Deliberação n.º 3458/2022 – Proposta n.º 2524/2022 – DAF/DICONT/SERGEP  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Poeta Sebastião da Gama, n.º 15 - R/C Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 175 (ver ponto 7).

**152. Deliberação n.º 3459/2022 – Proposta n.º 2525/2022 – DAF/DICONT/SERGEP  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 138 a 138F - R/C Loja n.º 2,  
em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 176 (ver ponto 7).

**153. Deliberação n.º 3460/2022 – Proposta n.º 2526/2022 – DAF/DICONT/SERGEP  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 2 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 177 (ver ponto 7).

**154. Deliberação n.º 3461/2022 – Proposta n.º 2527/2022 – DAF/DICONT/SERGEP  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.ºs 2 e 2-A, tornejando para a  
Praceta Pêro Vaz Caminha – 1.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 178 (ver ponto 7).

**155. Deliberação n.º 3462/2022 – Proposta n.º 2528/2022 – DAF/DICONT/SERGEP  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Luísa Tody, Lotes 89, 90 e 91 – 1.º Dto., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 179 (ver ponto 7).



**156. Deliberação n.º 3463/2022 – Proposta n.º 2529/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Principal das Praias do Sado, n.º 114 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 180 (ver ponto 7).

**157. Deliberação n.º 3464/2022 – Proposta n.º 2530/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Natália Correia, n.º 8 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 181 (ver ponto 7).

**158. Deliberação n.º 3465/2022 – Proposta n.º 2531/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 75 – 3.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 182 (ver ponto 7).

**159. Deliberação n.º 3466/2022 – Proposta n.º 2532/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Celebração de contratos de arrendamento e de comodato – FESTROIA**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 183 a 185, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**160. Deliberação n.º 3467/2022 – Proposta n.º 2533/2022 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 186 a 189, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 4 votos a favor da CDU e 6 abstenções do 4 do PS e do 2 PPD/PSD.



**161. Deliberação n.º 3468/2022 – Proposta n.º 2534/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime do direito de superfície, a constituir sobre 2 parcelas de terreno, sitas em Serralheira, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 190.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que pretendia dar nota que aquele lapso era quase uma mudança de paradigma, passavam da idade não ativa para a idade ativa. Relativamente à criação do polo operacional e daquele espaço de lazer, questionou se seria financiamento direto do Município ou se seria financiamento através de fundos comunitários.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz que não tinha essa informação relativamente àquela nova utilização.

O lapso terá sido pelo facto de Junta de Freguesia também ter aquele objetivo, mas não seria aquele local para aquela unidade de apoio à terceira idade. Desconhecia onde se tinha dado o lapso, eventualmente seria como a história dos computadores, quando se estava a compor os textos as coisas já lá estavam e quando se colocava no papel em vez de surgir o parágrafo A ou B surgia o C, terá sido aquilo que eventualmente teria acontecido. Sabia que existia uma grande determinação da Junta de Freguesia em construir aquele equipamento para que os trabalhadores da junta pudessem guardar os seus equipamentos, evitando o transporte e a deslocação dos próprios trabalhadores.

Se existia, ou não, alguma candidatura não lhe sabia dizer, de qualquer forma era por uma boa razão.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**162. Deliberação n.º 3469/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 08/2022/DRH/SBS contra Francisco Simões Silva Romão**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 191, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação secreta, tendo a mesma sido aprovada com 9 votos sim e 1 voto em branco.

**163. Deliberação n.º 3470/2022 – Proposta n.º 23/2022 – DEB/DIGEPE – Proposta de Apoio Financeiro à UNISSETI - Universidade Setubalense da Terceira Idade**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 192, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**164. Deliberação n.º 3471/2022 – Proposta n.º 34/2022 – DOM – AD56/10 – RUBE – Reabilitação e Reconversão do Polo da Biblioteca da Bela Vista” – Auto de receção definitiva – Homologação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 193 e 194, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**165. Deliberação n.º 3472/2022 – Proposta n.º 35/2022 – DOM – Concurso Público 12/2022/DOM – CP 12/2022/DOM – Empreitada “Rede de Abastecimento Primário no Parque Urbano da Várzea” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 195 a 197, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Esclareceu que a proposta que tinha acabado de ser aprovada ia permitir a rede primária de rega e fazer a requalificação integral de todas as zonas verdes e de toda a arborização do Parque da Várzea.

**166. Deliberação n.º 3473/2022 – Proposta n.º 36/2022 – DOM – CPI 13/2022/DOM - “Reabilitação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público por Lotes com Publicidade Internacional - Candidatura n.º 59996 “Reabilitação do Bairro da Alameda das Palmeiras” - RE-CO2-I01 do PRR**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 198, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**167. Deliberação n.º 3474/2022 – Proposta n.º 2379/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – CONCURSO PÚBLICO N.º 28/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para locação operacional de dois veículos elétricos ao abrigo da 3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, 2.ª Parte do Fundo Ambiental**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 199 a 201, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**168. Deliberação n.º 3475/2022 – Proposta n.º 698/2022 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por inspeção aos elevadores números 371-15.12/001494 e 371-15.12/001495 – Processo n.º 229/06**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 202.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a sua bancada propunha que votassem em conjunto da deliberação n.º 3475/2022 à deliberação n.º 3536/2022, significava do ponto n.º 168 ao ponto n.º 229 da Ordem de Trabalhos.

**Sr. Presidente** – Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista se viam alguma inconveniência daquela proposta.

Não havendo oposição à proposta, o Sr. Presidente colocou à votação a deliberação n.º 3475/2022 até à deliberação n.º 3536/2022, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

**169. Deliberação n.º 3476/2022 – Proposta n.º 699 /2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de alterações de edifício de uso comercial – Processo n.º 324/05**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 203 (ver ponto 168).

**170. Deliberação n.º 3477/2022 – Proposta n.º 700/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e mudança de uso de comércio/serviços para habitação – Processo n.º 142/03**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 204 (ver ponto 168).

**171. Deliberação n.º 3478/2022 – Proposta n.º 701/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para a realização de obras de alteração, de uma moradia unifamiliar – Processo n.º 220/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 205 (ver ponto 168).

**172. Deliberação n.º 3479/2022 – Proposta n.º 702/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para ampliação de moradia e alteração de muro de vedação – Processo n.º 539/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 206 (ver ponto 168).

**173. Deliberação n.º 3480/2022 – Proposta n.º 703/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação de projeto de arquitetura de ampliação de garagem – Processo  
n.º 1167/18**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 207 (ver ponto 168).

**174. Deliberação n.º 3481/2022 – Proposta n.º 704/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação –  
Processo n.º 328/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 208 (ver ponto 168).

**175. Deliberação n.º 3482/2022 – Proposta n.º 705/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação de projeto de arquitetura para legalização e alterações de  
edificação – Processo n.º 421/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 209 (ver ponto 168).

**176. Deliberação n.º 3483/2022 – Proposta n.º 706/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em  
moradia – Processo n.º 225/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 210 (ver ponto 168).

**177. Deliberação n.º 3484/2022 – Proposta n.º 707/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação de projeto de licenciamento de arquitetura para construção de  
moradia unifamiliar – Processo n.º 205/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 211 (ver ponto 168).

**178. Deliberação n.º 3485/2022 – Proposta n.º 708/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura de uma moradia, piscina e muro –  
Processo n.º 426/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 212 (ver ponto 168).



**179. Deliberação n.º 3486/2022 – Proposta n.º 709/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção  
– Processo n.º 106/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 213 (ver ponto 168).

**180. Deliberação n.º 3487/2022 – Proposta n.º 710/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença para obras de  
construção de campo desportivo – Processo n.º 222/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 214 (ver ponto 168).

**181. Deliberação n.º 3488/2022 – Proposta n.º 711/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção  
para alteração de fachada – Processo n.º 243/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 215 (ver ponto 168).

**182. Deliberação n.º 3489/2022 – Proposta n.º 712/2022 – DURB/DIGU –  
Concessão da licença de construção de edificação – Processo n.º 523/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 216 (ver ponto 168).

**183. Deliberação n.º 3490/2022 – Proposta n.º 713/2022 – DURB/DIGU –  
Concessão da licença de construção de moradia, garagem, piscina e  
muros de vedação – Processo n.º 524/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 217 (ver ponto 168).

**184. Deliberação n.º 3491/2022 – Proposta n.º 714/2022 – DURB/DIGU –  
Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, com 1 piso,  
garagem, piscina e muros de vedação – Processo n.º 547/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 218 (ver ponto 168).

**185. Deliberação n.º 3492/2022 – Proposta n.º 715/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar térrea, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 95/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 219 (ver ponto 168).

**186. Deliberação n.º 3493/2022 – Proposta n.º 716/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 536/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 220 (ver ponto 168).

**187. Deliberação n.º 3494/2022 – Proposta n.º 717/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de ampliação da moradia – Processo n.º 393/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 221 (ver ponto 168).

**188. Deliberação n.º 3495/2022 – Proposta n.º 718/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de ampliação de moradia e construção de garagem – Processo n.º 407/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 222 (ver ponto 168).

**189. Deliberação n.º 3496/2022 – Proposta n.º 719/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 330/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 223 (ver ponto 168).

**190. Deliberação n.º 3497/2022 – Proposta n.º 720/2022 – DURBDIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 1/06 – Processo n.º 973/00**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 224 (ver ponto 168).

**191. Deliberação n.º 3498/2022 – Proposta n.º 721/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º  
02/1998 – Processo n.º 2/95**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 225 (ver ponto 168).

**192. Deliberação n.º 3499/2022 – Proposta n.º 722/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º  
20/79 – Processo n.º 167/75**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 226 (ver ponto 168).

**193. Deliberação n.º 3500/2022 – Proposta n.º 723/2022 – DURB/DIGU –  
Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do  
RJUE – Processo n.º 4/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 227 e 228 (ver ponto 168).

**194. Deliberação n.º 3501/2022 – Proposta n.º 724/2022 – DURB/DIGU –  
Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do  
RJUE – Processo n.º 164/DFI/2021**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 229 e 230 (ver ponto 168).

**195. Deliberação n.º 3502/2022 – Proposta n.º 725/2022 – DURB/DIGU –  
Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do  
RJUE – Processo n.º 520/DFI/2021**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 231 e 232 (ver ponto 168).

**196. Deliberação n.º 3503/2022 – Proposta n.º 726/2022 – DURB/DIGU –  
Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do  
RJUE – Processo n.º 598/DFI/2021**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 233 e 234 (ver ponto 168).

**197. Deliberação n.º 3504/2022 – Proposta n.º 727/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE – Processo n.º 391/DFI/2021**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 235 e 236 (ver ponto 168).

**198. Deliberação n.º 3505/2022 – Proposta n.º 728/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do RJUE – Processo n.º 8/DFI/2021**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 237 e 238 (ver ponto 168).

**199. Deliberação n.º 3506/2022 – Proposta n.º 729/2022 – DURB – Alteração à Comissão de Vistorias**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 239 (ver ponto 168).

**200. Deliberação n.º 3507/2022 – Proposta n.º 730/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Processo n.º 322/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 240 (ver ponto 168).

**201. Deliberação n.º 3508/2022 – Proposta n.º 731/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração – Processo n.º 268/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 241 (ver ponto 168).

**202. Deliberação n.º 3509/2022 – Proposta n.º 732/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Obras de alteração – Processo n.º 164/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 242 (ver ponto 168).

**203. Deliberação n.º 3510/2022 – Proposta n.º 733/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Construção edifício habitação coletiva, com comércio/serviços e garagem em cave – Processo n.º 316/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 243 (ver ponto 168).

**204. Deliberação n.º 3511/2022 – Proposta n.º 734/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Demolição e construção – Processo n.º 434/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 244 (ver ponto 168).

**205. Deliberação n.º 3512/2022 – Proposta n.º 735/2022 – DURB/GAPRU – Indeferimento de projeto de arquitetura – Obras de alteração edifício – Processo n.º 251/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 245 (ver ponto 168).

**206. Deliberação n.º 3513/2022 – Proposta n.º 736/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local – Processo n.º 129/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 246 e 247 (ver ponto 168).

**207. Deliberação n.º 3514/2022 – Proposta n.º 737/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local – Processo n.º 131/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 248 e 249 (ver ponto 168).

**208. Deliberação n.º 3515/2022 – Proposta n.º 738/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local – Processo n.º 132/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 250 e 251 (ver ponto 168).

**209. Deliberação n.º 3516/2022 – Proposta n.º 739/2022 – DURB/GARIU – Prorrogação da ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinha “food-truck” e esplanada – Processo n.º 12/22..**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 252 a 254 (ver ponto 168).

**210. Deliberação n.º 3517/2022 – Proposta n.º 740/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito – Processo n.º 15/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 255 a 257 (ver ponto 168).

**211. Deliberação n.º 3518/2022 – Proposta n.º 741/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho para venda de castanhas – Processo n.º 139/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 258 e 259 (ver ponto 168).

**212. Deliberação n.º 3519/2022 – Proposta n.º 742/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 155/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 260 a 262 (ver ponto 168).

**213. Deliberação n.º 3520/2022 – Proposta n.º 743/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 156/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 263 a 265 (ver ponto 168).

**214. Deliberação n.º 3521/2022 – Proposta n.º 744/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 157/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 266 a 268 (ver ponto 168).

**215. Deliberação n.º 3522/2022 – Proposta n.º 745/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 158/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 269 a 271 (ver ponto 168).

**216. Deliberação n.º 3523/2022 – Proposta n.º 746/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 374/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 272 a 274 (ver ponto 168).

**217. Deliberação n.º 3524/2022 – Proposta n.º 747/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 375/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 275 a 277 (ver ponto 168).

**218. Deliberação n.º 3525/2022 – Proposta n.º 748/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 376/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 278 a 280 (ver ponto 168).

**219. Deliberação n.º 3526/2022 – Proposta n.º 749/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 377/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 281 a 283 (ver ponto 168).

**220. Deliberação n.º 3527/2022 – Proposta n.º 750/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 378/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 284 a 286 (ver ponto 168).

**221. Deliberação n.º 3528/2022 – Proposta n.º 751/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 379/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 287 a 289 (ver ponto 168).

**222. Deliberação n.º 3529/2022 – Proposta n.º 752/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 380/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 290 a 292 (ver ponto 168).

**223. Deliberação n.º 3530/2022 – Proposta n.º 753/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 381/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 293 a 295 (ver ponto 168).

**224. Deliberação n.º 3531/2022 – Proposta n.º 754/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 382/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 296 a 298 (ver ponto 168).

**225. Deliberação n.º 3532/2022 – Proposta n.º 755/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 177/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 299 a 301 (ver ponto 168).

**226. Deliberação n.º 3533/2022 – Proposta n.º 756/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 – Processo n.º 256/17**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 302 a 304 (ver ponto 168).

**227. Deliberação n.º 3534/2022 – Proposta n.º 757/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 199/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 305 a 307 (ver ponto 168).

**228. Deliberação n.º 3535/2022 – Proposta n.º 758/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 200/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 308 a 310 (ver ponto 168).

**229. Deliberação n.º 3536/2022 – Proposta n.º 759/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 201/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 311 a 313 (ver ponto 168).

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não houve.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e nove minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 1 de março de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 96 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio